

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

VICTOR GENIZELLI DA CUNHA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO DESEMPREGO:
A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES NOS EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES).**

**SÃO MATEUS
2018**

VICTOR GENIZELLI DA CUNHA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO DESEMPREGO: A
PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES NOS EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES).

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré, para obtenção do título de Mestre
Profissional em Gestão Social, Educação e
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social,
Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Me. Walece Negris Pereira.

SÃO MATEUS
2018

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

C972e

Cunha, Victor Genizelli da.

Economia solidária como alternativa ao desemprego: a percepção dos trabalhadores nos empreendimentos solidários de Cariacica (ES) / Victor Genizelli da Cunha – São Mateus - ES, 2018.

123 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: prof. Me. Walece Negris Pereira.

1. Economia solidária. 2. Desemprego. 3. Trabalho. 4. Empreendimento solidário. 5. Cariacica – ES. I. Pereira, Walece Negris. II. Título.

CDD: 331.1

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

VICTOR GENIZELLI DA CUNHA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO
DESEMPREGO: A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES NOS
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES)**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 13 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Me. Walece Negris Pereira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Lillian Pittol Firme de Oliveira
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. João Rodrigues Pinto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBaiano)

Ao meu pai Vicente de Paulo (*in memoriam*).

À minha mãe Rita de Cássia e ao meu padrasto Geraldo Magela.

Aos meus irmãos, afilhados, familiares, amigos e professores.

E a todos que acreditam e trabalham por um mundo melhor.

Dedico!

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da minha vida, por me conceder saúde, perseverança e sabedoria.

À minha família, por me incentivarem, apoiarem e me fornecerem todo o suporte necessário a esta jornada.

Ao Prof. Me. Walece Negris Pereira, pela contribuição e paciência na orientação deste trabalho.

À Profa. Dra. Lilian Pittol Firme de Oliveira pelas importantes contribuições no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do curso de Mestrado da Faculdade Vale do Cricaré, que muito contribuíram para a minha formação.

À equipe da Gerência de Economia Solidária do Instituto de Desenvolvimento do Município de Cariacica (IDESC), pela colaboração e pelo trabalho realizado no município.

Aos representantes e participantes dos empreendimentos solidários do município de Cariacica, por participarem e contribuírem para a realização desta pesquisa.

À equipe de apoio pedagógico da Faculdade Vale do Cricaré, na pessoa de Luzinete.

Aos colegas de viagem Cleveland, Cristiano e Marcos, pela grande parceria e pelos bons momentos vividos.

Aos meus colegas de mestrado, pelos momentos de convivência e trabalhos juntos realizados.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

A solidariedade nada tem a ver com a piedade. Não se trata de dar uma esmola para alguém para aliviar nossa consciência. A esmola e a piedade não empoderam ninguém. Ao contrário, elas humilham. A solidariedade implica não apenas sentir o outro, mas compartilhar nossas vidas, nossos sonhos [...] (GADOTTI, 2009, p.47)

RESUMO

CUNHA, Victor Genizelli da. **Economia solidária como alternativa ao desemprego: a percepção dos trabalhadores nos empreendimentos solidários de Cariacica (ES)**. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, Espírito Santo, 2018.

O trabalho apresenta um estudo sobre como as pessoas trabalhadoras dos empreendimentos solidários percebem a Economia Solidária e a sua tarefa na geração de emprego e de renda. Vivendo em uma sociedade em que muitos se encontram desempregados, é importante analisar todas as soluções alternativas, disponíveis e conhecidas que possam contribuir com a diminuição das taxas de desemprego. O objetivo principal deste estudo foi analisar a percepção existente dos trabalhadores dos empreendimentos solidários em relação à Economia Solidária, seus conceitos e sua função como alternativa ao desemprego. Para realização desta pesquisa, o município de Cariacica e seus respectivos empreendimentos solidários em operação foram selecionados. A coleta dos dados foi realizada através de dois questionários, um para os representantes dos empreendimentos solidários e outro para os participantes desses mesmos empreendimentos. Pôde-se, também, analisar as características dos empreendimentos e o perfil dos seus representantes e participantes. Os dados foram apresentados de forma gráfica, objetivando uma melhor visualização e interpretação. Como resultados, a pesquisa apontou que a percepção existente entre os trabalhadores é, em grande parte, harmoniosa com os conceitos e as teorias presentes na Economia Solidária. Além disso, a percepção dos pesquisados demonstrou que a Economia Solidária é, de fato, uma alternativa de ocupação a ser considerada e com potencial de gerar emprego para uma enorme contingente de excluídos do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Economia solidária. Desemprego. Trabalho. Empreendimento solidário.

ABSTRACT

CUNHA, Victor Genizelli da. **Solidarity economy as an alternative to unemployment: the perception of workers in solidarity enterprises of Cariacica (ES)**. 2018. 123 f. Dissertation (Master's degree in Social Management, Education and Regional Development) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, Espírito Santo, 2018.

The work presents a study about how the workers of solidarity enterprises perceive the Solidarity Economy and its task in the generation of employment and income. Living in a society where many are unemployed, it is important to look at all the alternative, available and known solutions that can contribute to the reduction of unemployment rates. The main objective of this study was to analyse the perception existent of workers of the solidary enterprises in relation to the Solidarity Economy, its concepts and its function as an alternative to unemployment. To carry out this research, the municipality of Cariacica and its respective solidarity enterprises in operation were selected. The data were collected through two questionnaires, one for the representatives of the enterprises and another for the participants of these same enterprises. It was also possible to analyze the characteristics of the enterprises and the profile of their representatives and participants. The data were presented graphically, aiming at a better visualization and interpretation. As results, the research pointed out that the perception among workers is, in large part, harmonious with the concepts and theories present in the Solidarity Economy. In addition, the perception of the respondents showed that the Solidarity Economy is, in fact, an employment alternative to be considered and with the potential to generate employment for a large contingent of the excluded from the labour market.

Keywords: Solidarity economy. Unemployment. Work. Solidarity enterprise.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil - Pessoas desocupadas (%).	29
Gráfico 2 – ES - Pessoas desocupadas (%).	30
Gráfico 3 – Grande Vitória - Pessoas desocupadas (%).	31
Gráfico 4 – Área de atuação dos empreendimentos solidários.....	67
Gráfico 5 – Participa de alguma rede solidária?	68
Gráfico 6 – Forma de organização do empreendimento solidário.	69
Gráfico 7 – Utiliza moeda social, local ou própria?	69
Gráfico 8 – Atividades desempenhadas pelos empreendimentos solidários.	70
Gráfico 9 – Tempo em operação do empreendimento solidário.	71
Gráfico 10 – O empreendimento está cadastrado no CADSOL?	72
Gráfico 11 – Sexo do representante do empreendimento solidário.	73
Gráfico 12 – Idade do representante do empreendimento solidário.	73
Gráfico 13 – Escolaridade do representante do empreendimento solidário.	74
Gráfico 14 – Quanto tempo como representante?.....	75
Gráfico 15 – Sexo dos participantes dos empreendimentos solidários.	76
Gráfico 16 – Idade dos participantes dos empreendimentos solidários.	77
Gráfico 17 – Escolaridade dos participantes dos empreendimentos solidários.	78
Gráfico 18 – Tempo de participação no empreendimento solidário.	78
Gráfico 19 – Estava desempregado antes de trabalhar no empreendimento?	79
Gráfico 20 – Representatividade da renda recebida no empreendimento.	80
Gráfico 21 – Propriedade coletiva.	81
Gráfico 22 – Direito à liberdade individual.	81
Gráfico 23 – Trabalho colaborativo.	82
Gráfico 24 – Decisões coletivas.	83
Gráfico 25 – Ação econômica e manutenção dos princípios solidários.	84
Gráfico 26 – A preocupação com o outro presente no empreendimento.....	85
Gráfico 27 – Percepção do representante sobre o nível de renda.....	86
Gráfico 28 – Percepção do participante sobre o nível de renda.	86
Gráfico 29 – Percepção do representante sobre a qualidade de vida.	87
Gráfico 30 – Percepção do participante sobre a qualidade de vida.	87
Gráfico 31 – Percepção do representante sobre educação.....	89
Gráfico 32 – Percepção do participante sobre educação.	89

Gráfico 33 – Percepção dos representantes sobre a dificuldade com a autogestão. 90	90
Gráfico 34 – Percepção dos participantes sobre a dificuldade com a autogestão. ... 90	90
Gráfico 35 – Percepção do representante sobre o apoio externo. 91	91
Gráfico 36 – Percepção sobre o apoio e a concessão de crédito. 92	92
Gráfico 37 – Percepção sobre aceitação de pessoas no empreendimento. 93	93
Gráfico 38 – Percepção de entrada de pessoas desempregadas. 93	93
Gráfico 39 – Percepção caso não trabalhasse no empreendimento solidário. 94	94
Gráfico 40 – Percepção do representante sobre alternativa ao desemprego. 95	95
Gráfico 41 – Percepção do participante sobre alternativa ao desemprego. 95	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DCSOL	Declaração de Empreendimento Econômico Solidário
ES	Espírito Santo
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESC	Instituto de Desenvolvimento do Município de Cariacica
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 TRABALHO.....	18
2.2 DESEMPREGO	19
2.2.1 Crises Capitalistas e a Redução do Emprego	19
2.2.2 O Desemprego e a Exclusão Social	22
2.2.3 A Lógica do Desemprego	25
2.2.4 Dados do Desemprego e Soluções Tradicionais	28
2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	32
2.3.1 Definição e Conceito	32
2.3.2 História da Economia Solidária	38
2.3.3 História da Economia Solidária no Brasil	41
2.3.4 A Reinvenção da Economia Solidária	42
2.3.5 Cultura e Educação para a Economia Solidária	44
2.3.6 Economia Solidária como Alternativa para o Desemprego	46
2.4 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	48
2.4.1 Definição e Características	48
2.4.2 Formalização e Gestão	52
2.4.3 Empresa Capitalista x Empresa Solidária	54
2.4.4 Redes de colaboração Solidária para Integração dos Empreendimentos 56	
3 METODOLOGIA	59
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
3.2 LOCAL DA PESQUISA	61
3.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	62
3.4 DESCRIÇÕES DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	63
3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	64
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
4.1 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS.....	67
4.2 REPRESENTANTES	72
4.3 PARTICIPANTES.....	75
4.4 PERCEPÇÕES	80

4.4.1 Princípios da Economia Solidária	80
4.4.2 Aspecto Econômico	85
4.4.3 Qualidade de Vida	86
4.4.4 Educação	88
4.4.5 Gestão	89
4.4.6 Apoio	91
4.4.7 Empregabilidade	92
4.5 DISCUSSÕES	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	106
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO CADSOL - ES.....	107
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS REPRESENTANTES.....	109
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PARTICIPANTES.....	112
APÊNDICE D – CARTILHA.....	114
ANEXO	121
ANEXO A – EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES).....	122

1 INTRODUÇÃO

O desemprego é assunto recorrente nos meios de comunicação e o temor cotidiano da maioria dos trabalhadores, não somente no Brasil, mas em todos os lugares do mundo. O ser humano cresce ouvindo e aprendendo que o trabalho dignifica e enobrece a sua vida. Contudo, acontece que hoje muitos desejam trabalhar e não conseguem, outros muitos dormem com a incerteza se ainda terão ou não os seus empregos no dia seguinte.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE¹), no Brasil, a taxa de desocupação foi estimada em 11,8% no quarto trimestre de 2017. A estimativa, nesse período considerado, é de 12,3 milhões de brasileiros à procura de um emprego.

Cabe promover um amplo entendimento que se reflita na conquista de políticas públicas estruturadas e no engajamento de toda a população no estabelecimento de novas práticas que façam voz ao movimento global de crítica ao sistema econômico capitalista e que promovam melhorias reais na qualidade de vida como um todo (FERRAZ; SHIMBO, 2008).

A presença de seres humanos dispostos a contribuir com sua força de trabalho e sem uma oportunidade de emprego não pode ser considerada uma situação normal por todos. O entendimento de uma sociedade justa é quando todas as pessoas estão efetivamente inseridas nela. Cada vez mais, cresce a compreensão de que a responsabilidade pelos problemas da sociedade deve ser de todos nós. Dowbor (2010, p. 5) destaca que:

[...] gradualmente, aquela atitude de lermos no jornal as desgraças do mundo, e de suspirar sobre coisas tristes, mas distantes, vai sendo substituída pela compreensão de que trata de nós mesmos, dos nossos filhos, e que a responsabilidade é de cada um de nós.

Além de não conseguirem a ocupação e o trabalho tão desejados, os desempregados, muitas vezes, enfrentam a falta de condições mínimas de sustento

¹ O IBGE é uma organização pública responsável pelos levantamentos e gerenciamentos de dados estatísticos. O instituto se constitui no principal provedor de dados e informações do Brasil, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

da família, a impossibilidade de manutenção das necessidades básicas, o desemprego e a exclusão contínua pela sociedade.

Os desempregados no Brasil e, especialmente, no município de Cariacica (ES), objeto de nosso estudo, são facilmente encontrados. Então, o que fazer com os excluídos do mercado de trabalho? Deixá-los à sorte ou incluí-los de forma permanente em programas assistenciais do governo? Com certeza, muitos responderiam que ocupá-los é a melhor solução, pois, dessa forma, haveria a geração de trabalho e renda e, o mais importante, o retorno da dignidade humana.

A Economia Solidária é uma alternativa à economia tradicional capitalista e, ainda, promete a geração de trabalho e renda àqueles que se encontram desempregados. Existem diversos empreendimentos solidários² fundamentados na Economia Solidária espalhados no Brasil e no mundo, contudo, ainda são poucos em comparação aos empreendimentos tradicionais que conhecemos.

Um modo diferente de produzir, vender, comprar e trocar é a Economia Solidária. Na economia tradicional existe a separação entre os donos do empreendimento e os empregados, na Economia Solidária os próprios trabalhadores também são os donos. Os trabalhadores que decidem como administrar o negócio, dividir as tarefas e repartir os ganhos (MTE, 2017).

O tema apresentado remete a vários aspectos que podem ser analisados sob o prisma da Gestão Social, da Educação e do Desenvolvimento Regional, portanto, serve de subsídio para as ações de organizações governamentais ou não governamentais. A análise contribui para o entendimento de como os trabalhadores percebem e se relacionam com a Economia Solidária.

Para a academia, esta pesquisa contribui com o acréscimo de novos conhecimentos para futuras pesquisas e publicações neste campo de estudo. Quanto aos empreendimentos solidários, esta pesquisa oferece subsídios aos trabalhadores para a criação de estratégias e propostas de mudanças que possam beneficiá-los. Para a sociedade, a pesquisa é extremamente importante por analisar uma solução que pretende ocupar parcela significativa da população sem trabalho e enfrentar, efetivamente, o problema do desemprego.

² Os empreendimentos que adotam a forma concreta de manifestação da Economia Solidária são também chamados de empreendimentos solidários.

A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de expandir o conhecimento em relação à Economia Solidária, principalmente, quanto ao seu desempenho como alternativa de ocupação para um enorme contingente de excluídos do mercado de trabalho. Ressalta-se que o desemprego é um problema constante em nossa sociedade e, até o momento, as soluções adotadas e tradicionais se mostraram insuficientes. Assim, pelos motivos expostos, a análise aqui apresentada é de grande importância.

Também, a realização desta pesquisa se torna relevante pelo fato de levar informações não apenas para a comunidade acadêmica, como também para os gestores públicos e para a sociedade como um todo, sobre a percepção daqueles que exercem as suas atividades através da Economia Solidária.

A dúvida existente é como as pessoas nos empreendimentos solidários em operação percebem a Economia Solidária e sua tarefa na geração de emprego e renda. Desse modo, surge então o grande questionamento norteador deste trabalho: qual é a percepção existente nos empreendimentos solidários de Cariacica quanto à Economia Solidária e a sua função de alternativa ao desemprego?

Cariacica foi escolhida como delimitação territorial desse trabalho, pois, conforme levantamento realizado em 07/03/2018 (APÊNDICE A), é o município que possui o maior número (32) de empreendimentos solidários no estado do Espírito Santo (ES), cadastrados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). O CADSOL é a identidade da Economia Solidária e, através desse cadastramento, os empreendimentos solidários podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL)³.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a percepção existente dos trabalhadores nos empreendimentos solidários de Cariacica em relação à Economia Solidária, seus conceitos e sua função como alternativa ao desemprego.

Assim, para alcançar o objetivo geral, faz-se necessário contemplar os objetivos específicos:

- a) Analisar a Economia Solidária, seus conceitos envolvidos, empreendimentos, história e formas de estruturação;

³ A Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL) é um instrumento de reconhecimento dos empreendimentos solidários e possibilita o acesso às políticas de apoio à Economia Solidária, como programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços, entre outras ações.

- b) Identificar os empreendimentos solidários em operação no município de Cariacica (ES), como também suas características;
- c) Levantar o perfil dos representantes e dos participantes dos empreendimentos solidários de Cariacica (ES);

A perspectiva adotada nesse trabalho é de que a experiência da Economia Solidária não é necessariamente o surgimento de uma nova economia anticapitalista, mesmo que essa seja a abordagem realizada por diversos autores (as). A abordagem adotada pelo presente trabalho é que a Economia Solidária se apresenta como um mecanismo alternativo de empregabilidade para os trabalhadores que procuram uma nova ocupação.

A introdução busca, de forma ampla, contextualizar a pesquisa e mostrar a relevância do tema. Apresenta-se o problema que motivou esta pesquisa, a justificativa, os objetivos gerais e específicos e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, consta o referencial teórico. Refletimos sobre os conceitos relacionados ao trabalho. Em seguida, traçamos um panorama sobre o desemprego, suas causas e os seus efeitos sobre o indivíduo e a sociedade. Abordamos as características estatísticas do desemprego em relação ao Brasil, ao estado do ES e à Grande Vitória, região metropolitana em que se encontra o município de Cariacica. Posteriormente, nesse mesmo capítulo, analisamos os fundamentos teóricos da Economia Solidária, seus empreendimentos, história e estruturação.

No terceiro capítulo, demonstramos a metodologia adotada para a pesquisa. Em seguida, no quarto capítulo, o cerne da questão: verificamos as características dos empreendimentos solidários do município de Cariacica e analisamos o perfil e a percepção dos trabalhadores. Com a consolidação das informações, discutimos sobre os resultados encontrados.

Em seguida, no quinto capítulo, tecemos as considerações finais a partir da pesquisa realizada. Por fim, apresentamos as referências utilizadas na dissertação, os apêndices e o anexo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRABALHO

Em nossa língua, a palavra trabalho se origina do latim *tripalium* que era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda com pontas de ferro, no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho e o linho. No entanto, a maioria dos dicionários registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois (ALBORNOZ, 1989).

No dicionário filosófico, o homem trabalha quando põe em atividade suas forças espirituais ou corporais, tendo como objetivo o que deve ser realizado ou alcançado. Assim, mesmo que não se produza nada imediatamente visível, o trabalho de ordem intelectual corresponde à mesma definição do trabalho corporal (ALBORNOZ, 1989).

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados e o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto e fadiga. Em outras, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos (ALBORNOZ, 1989).

No século XIX, Karl Marx (2017, p. 255) contextualizava o trabalho da seguinte forma:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu (em ato) aquilo que antes ele era potentia (em potência), a saber, força de trabalho em ação, trabalhador.

Albornoz (1989, p. 69) descreve como Karl Marx entende a relação do ser humano com o trabalho:

[...] a essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz. E a natureza dos indivíduos depende, portanto, das condições materiais que determinam sua atividade produtiva.

A relação do trabalho com o indivíduo e a sociedade é abordada por Goerck (2010, p. 7): “O trabalho ocupa uma posição central na forma de organização da

sociedade e na socialização dos sujeitos, pois é por meio dele que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma”.

Já Antunes (2009, p. 165) diz, de maneira sintética, que:

[...] a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana.

Conforme citado acima, Antunes (2009), no plano mais abstrato, não estava se referindo ao trabalho assalariado, fetichizado e estranhado, mas ao trabalho como criador de valores de uso, o trabalho na sua dimensão concreta, como atividade vital.

Assim, apesar das diferentes definições, o trabalho sem dúvida faz parte do cotidiano e da história da sociedade. Qualquer que seja o objetivo estabelecido, necessitamos do trabalho mental ou corporal para atingi-lo. O ser humano tem o trabalho como uma atividade vital e, portanto, qualquer iniciativa que propõe torná-lo acessível a todos merece atenção.

2.2 DESEMPREGO

2.2.1 Crises Capitalistas e a Redução do Emprego

As últimas crises do sistema capitalista acarretaram a redução do emprego e o aumento substancial do número de excluídos. Muitas vezes, a crise econômica é utilizada como uma ferramenta de chantagem, pois, com a desculpa da necessidade de superá-la, conquistas sociais e direitos trabalhistas são suprimidos. Conforme demonstrado a seguir, mudanças significativas no sistema capitalista ocorreram entre 1970 e 2000.

A partir dos anos 70, o capitalismo começou a apresentar os seguintes sinais (ANTUNES, 2009):

- a) diminuição da taxa de lucro devido, entre outros motivos, pelo aumento do custo da força de trabalho causado pela intensificação das lutas sociais;
- b) esgotamento do padrão de acumulação devido à retração do consumo que, na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que estava iniciando;

- c) crise estrutural do capital e seu sistema de produção, o capital financeiro foi colocado como um campo prioritário para a especulação;
- d) maior concentração de capitais por causa das fusões entre empresas monopolista e oligopolistas;
- e) crise do Estado do bem estar social;
- f) privatizações, tendência às desregulamentações, flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

A crise do *fordismo*⁴ e do *keynesianismo*⁵ era a expressão de um quadro crítico mais complexo. No seu significado mais profundo, exprimia uma crise estrutural do capital em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucros. A resposta à crise foi um processo de reorganização do capital, com o advento do neoliberalismo, privatizações, desregulamentações dos direitos trabalhistas e desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2009).

Brenner (1999, p. 12) relaciona a crise internacional com o crescimento do capital financeiro gerado pela incapacidade da economia real de proporcionar uma taxa de lucro adequada:

A crise, por sua vez, tem suas raízes profundas numa crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970.

A globalização, mais do que os choques do petróleo, pôs fim a idade de ouro do capitalismo (1945-1973). A inflação substituiu o desemprego como a grande preocupação, e a transferência das indústrias do centro para a periferia em industrialização criou a necessidade de se cortar custos e aumentar a atratividade de regiões para os investidores. Governos conservadores começaram a cortar impostos, a privatizar empresas estatais, a reduzir benefícios da seguridade social e abrir mais o mercado doméstico para competição externa. O individualismo nos

⁴ O fordismo é um modo de produção em massa criado por Henry Ford. Consiste no aumento da produção e possibilita a baixa nos preços.

⁵ O keynesianismo é uma teoria econômica que defende a intervenção do Estado no controle da economia.

levaria a supor que poupança e investimentos surgiriam e que a maioria dos indivíduos disputariam as vagas oriundas de uma demanda por trabalho em expansão. Frustraram-se essas expectativas. A desigualdade e a pobreza cresceram como resultado de velhos e novos processos de exclusão social (SINGER, 2008).

No Brasil, a globalização foi o principal propulsor da inclusão social nos anos 70, época do chamado Milagre Econômico. Nessa época, o Brasil tornou-se exportador de manufaturados para muitas empresas multinacionais em busca de economia com o custo da mão de obra. Contudo, não durou muito. Os choques do petróleo criaram um desequilíbrio nas contas do país. A aguda reversão chegou um ano antes da crise da dívida externa, aberta pelo desastre do México em 1982. Os fatores estruturais derivados de crises econômicas fizeram da exclusão social o traço dominante da década perdida (1981-1992). Diferente das crises passadas, desta vez a exclusão social afetou não somente os trabalhadores não qualificados, mas também um amplo número de pessoas da classe média (SINGER, 2008).

Antunes (2009) destaca que há, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana do trabalho, com contingentes precarizados ou à margem do processo produtivo, crescendo a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Mesmo com o avanço tecnológico que poderia significar uma redução do trabalho, há, em vários países, como a Inglaterra e Japão, uma política de prolongamento das horas da jornada de trabalho. Quanto mais aumenta a concorrência e a competitividade, mais nefastas são as suas consequências, e duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização da força de trabalho; e a degradação do meio ambiente. O capital, na utilização crescente da tecnologia como modo para elevar a produtividade, implica em crises, desemprego e tantas outras formas destrutivas.

A exclusão social é inerente ao capitalismo e a mesma foi atenuada pelos implantados socialistas do sufrágio universal, da barganha coletiva, da legislação do trabalho e da previdência social pública e universal, que o movimento operário e seus aliados conquistaram. Contudo, o capitalismo nesta quadra da história apresenta uma rejeição orgânica desses implantados, excetuando o sufrágio universal. O que exige repensar outra forma de enfrentamento da exclusão social (SINGER, 2008).

Conforme destaca Singer (2008), pode-se admitir que a terceira revolução industrial afetou profundamente os processos de trabalho e expulsou do emprego milhões de pessoas que cumpriam tarefas rotineiras, que exigiam um repertório limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas. Ao mesmo tempo, as aplicações da microeletrônica criaram novos postos de trabalho, provavelmente em menor número.

A exclusão do emprego formal pode ser considerada como um dos mais importantes processos de exclusão social. A abertura do mercado interno do Brasil, que começou em 1990 e se acelerou em 1994, está altamente correlacionada com tal exclusão (SINGER, 2008). Sob o dogma do livre mercado, o conceito de riqueza e os seus indicadores estão reduzidos ao valor produtivo e mercantil. Não pesam o impacto social, cultural e ambiental da atividade econômica. Endeusam uma escala de valores e colocam o paradigma social e do meio ambiente a serviço da produção econômica e de parâmetros utilitaristas e mercantilistas (REINTJES, 2008a).

2.2.2 O Desemprego e a Exclusão Social

A falta de bons empregos foi sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos. Para Singer (2008), é duvidoso que o problema do desemprego atinja os pobres antigos, os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais e da prestação de serviços sem exigência de qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados. Também, é provável que o desemprego esteja contribuindo para o aumento da pobreza.

As políticas fiscais e monetárias têm em vista impedir que a economia se aqueça em demasia, o que na prática implica manter uma generosa margem de sobre oferta de força de trabalho. Neste sentido, o desemprego não é um mal, mas um efeito funcional de políticas de estabilização (SINGER, 2008).

Em relação à intensificação da concorrência entre as empresas, Singer (2008) destaca que ela faz com que as organizações tenham que reduzir custos e, portanto, a aumentar a produtividade do trabalho, o que implica reduzir ao máximo a compra de força de trabalho. Os desempregados, que eram denominados de exército industrial de reserva, passam a desempenhar o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras, ou seja, existem para evitar que os salários subam.

Ao lado do desempregado ativo, há outro componente do exército de reserva, os pobres e os socialmente excluídos que se sustentam por meio de ocupações precárias. Esses pobres são candidatos potenciais a emprego no setor formal da economia (SINGER, 2008).

A flexibilização, desregulamentação ou precarização do trabalho divide de forma cada vez mais desigual os trabalhadores: enquanto uma parte trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente de trabalhadores deixa de poder trabalhar. A organização dos trabalhadores é atingida ao mesmo tempo pela precarização, terceirização, informalização e desemprego (SINGER, 2008).

Segundo Singer (2008), Marx⁶ escreveu certa vez que pior do que ser explorado pelo capital é não ser explorado por ele, ou seja, estar excluído de mercado de trabalho. O importante é que a exclusão de uma parte intensifica a exploração da outra. A pressão do grande número de excluídos conserva o padrão salarial num nível baixo, limitado apenas pela legislação do salário mínimo (SINGER, 2008).

Na realidade, segundo Singer (2008), o que necessitamos é de ocupação e não de emprego. Ocupação é toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. Emprego assalariado é um tipo de ocupação, mas não o único. Como a falta de ocupação é chamada de desemprego, pressupõe-se que a única maneira de alguém ganhar a vida é vender sua capacidade de produção ao capital e, assim, deixam de fora outras formas de atividade autônoma.

Dowbor (2008, p. 67) destaca os altos custos para sociedade por manter um trabalhador sem trabalho ou ocupação, bem como aborda as consequências para as futuras gerações desses excluídos socialmente:

Um desempregado representa um custo elevado, não só relativamente à sua contribuição potencial, caso fosse empregado, mas pela sua própria dificuldade de sobrevivência que gera custos de saúde, de segurança, de problemas de inserção social e profissional adequada dos seus filhos e assim por diante.

⁶ Karl Marx (1818 – 1883) foi filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista e criticou o capitalismo.

Os trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho vivenciam processos de produção subjetiva através de atividades informais, muitas vezes precárias, que exercem com objetivo de sobrevivência (EIDELWEIN, 2011).

Goerck (2010, p. 7) abordou como a chamada terceira revolução e o processo de diminuição do estado alteram as relações de trabalho e reduzem os direitos sociais, até então, adquiridos:

Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e micro-eletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente à III Revolução Industrial, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

Nesta etapa do capitalismo, a exclusão social aumenta por três tendências básicas: contração do emprego público, contração do emprego nas empresas capitalistas e crescimento muito menor da demanda pela produção autônoma (SINGER, 2008).

Ademais, o dinheiro nacional é emitido pelo Estado e sua quantidade é limitada para não gerar inflação. O resultado é que o volume de moeda e crédito é insuficiente para circular todo potencial produtivo da população. Praticamente todos os governos, ante o dilema de desencadear pressões inflacionárias ou provocar desemprego, escolhem a segunda opção. Na verdade, seria possível ter pouco desemprego e pouca inflação ao mesmo tempo, caso a sociedade fosse organizada para controlar o mercado e impedir pressões inflacionárias. Contudo, esta possibilidade é descartada, pois rejeitam qualquer controle social dos mecanismos de mercado. As experiências de organização autônoma mediante crédito mútuo estão mostrando que a política recessiva da moeda e crédito pode ser anulada em alguma medida. Para enfrentar a política recessiva no plano nacional e reduzir o desemprego, a luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político (SINGER, 2008).

2.2.3 A Lógica do Desemprego

O desemprego é uma das pautas prioritárias de muitos governos e a preocupação constante da maioria dos trabalhadores. No entanto, as suas verdadeiras causas e consequências nem sempre são citadas. Dentro desse contexto, é importante refletir sobre a lógica envolvida e, também, questionar se o desemprego presente em nossa sociedade é devidamente tratado.

Conforme trata Forrester (1997), o desemprego é descrito por toda parte, entretanto, o termo fica privado de seu verdadeiro sentido. A respeito do desemprego são feitas promessas, quase sempre falaciosas. Enquanto alguém diverte a plateia, milhões de pessoas, por tempo indefinido, têm direito apenas à miséria ou à sua ameaça mais ou menos próxima, à perda de muitas vezes de um teto, à perda de toda consideração social e até mesmo de toda autoconsideração. Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera.

Em relação ao desempregado e a lógica envolvida, Forrester (1997, p. 11) destaca que:

[...] um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores: agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.

Os desempregados são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados no tempo em que os empregos eram abundantes, são responsabilizados por estarem desprevenidos e são enganados por promessas falaciosas. Forrester (1997, p.14) considera que impor ao trabalhador a procura permanente do emprego que não existe poderia ser classificado como cômico ou sinistro. Ademais, questiona o tempo despendido pela procura do emprego:

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua, irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados - e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano - a procura "efetiva e permanente" desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, em vão, barrado previamente pelas estatísticas. Pois, afinal, se recusado cada dia útil de cada semana, de cada mês e, às vezes, de cada ano, será que isso constituiria um emprego, um ofício, uma profissão? Seria isso uma colocação, um job, ou mesmo uma aprendizagem? Seria um destino

plausível? Uma ocupação razoável? Uma forma realmente recomendável de emprego do tempo?

Em torno do trabalho e emprego, conforme destaca Forrester (1997), cantam as cantigas políticas de todas as tendências e se entoam as ladainhas de soluções fúteis, apressadas, repisadas, que sabemos que são ineficazes, que não atacam a desgraça acumulada, que nem sequer a visam.

Os discursos que analisam os problemas do trabalho e desemprego só tratam do lucro que é sua base e matriz, mas que jamais mencionam. O lucro é mantido em segredo e continua pairando como um pressuposto tão evidente que nem sequer é mencionado. O lucro opera à vista de todos, mas despercebido. Propaga-se por toda parte, mas jamais é citado, a não ser sob a forma daquelas pudicas criações de riquezas que pretendem beneficiar toda a espécie humana e ocultar tesouros de empregos. Tocar nessas riquezas seria criminoso e é preciso preservá-las a qualquer preço, não discuti-las, esquecer ou fingir esquecer que elas beneficiam sempre o mesmo pequeno número, cada vez mais poderoso, mais capaz de impor esse lucro como a única lógica (FORRESTER, 1997).

Dessa forma, em nome da lucratividade, muitos empregos são sacrificados. Quando a escolha é entre as pessoas ou o lucro, o segundo é, na maioria dos casos, escolhido. Segundo a lógica envolvida, a derrota deve sempre recair sobre os mais fracos, nesse caso, os trabalhadores.

Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que detém o poder. Segundo a lógica reinante, uma multidão de seres humanos encontra-se sem razão para viver neste mundo. Para obter a faculdade de viver, para ter os meios para isso, eles precisam responder às necessidades das redes que regem os planetas, as redes dos mercados. Portanto, sua vida não é mais legítima, mas tolerada. Importuno, o lugar deles neste mundo lhes é consentido, entre outros, por pura indulgência, pelo medo do escândalo, pelas vantagens que o mercado ainda pode tirar, pelos jogos políticos, pelas jogadas eleitorais baseadas na impostura de ver uma crise provisória que cada campo pretende ser capaz de estancar (FORRESTER, 1997).

Difícil admitir e impensável declarar que a presença de uma multidão de humanos se torna precária pelo fato de que sua presença não corresponder mais a

lógica dominante, uma vez que já não dá lucro. Forrester (1997, p. 28) realiza uma comparação entre um regime democrático e um regime totalitário:

Ninguém ousa declarar, numa democracia, que a vida não é um direito, que uma multidão de vivos está em número excedente. Mas, num regime totalitário, será que não se ousaria? Já não se ousou? E, embora deplorando, será que já não admitimos o princípio, quando a uma distância igual àquela de nossos locais de férias a fome dizima populações?

A probabilidade de estar empregado é a conexão entre diferentes elementos: o perfil do desempregado (sexo, idade, escolaridade, etc.); as trajetórias ocupacionais, pois as experiências anteriores de emprego são essenciais; as redes sociais constituídas nessas experiências ou na família; e o tipo de apoio institucional (seguro-desemprego, programas de intermediação, previdência social, etc.) destinado aos desempregados. Nesse contexto, a possibilidade de alcançar uma atividade profissional depende não só das características do trabalhador, mas igualmente da situação sócio-político-econômica de cada país e do amparo oferecido aos desempregados (SANTOS, 2008).

Forrester (1997, p. 31) aponta uma contradição em relação ao princípio presente em nossa sociedade que um indivíduo sem função é um indivíduo não possuidor de lugar:

Segundo o costume secular, atua aqui um princípio fundamental: para um indivíduo sem função, não há lugar, não há mais acesso evidente à vida, pelo menos ao seu alcance. Ora, as funções hoje desaparecem irrevogavelmente, mas esse princípio perdura, mesmo que doravante ele não possa mais organizar as sociedades, mas apenas destruir o estatuto dos humanos, deteriorar vidas ou até mesmo dizimá-las.

Em complemento ao citado acima, Forrester (1997, p. 31) aborda a omissão no enfrentamento ao que ela chama de ameaça oculta:

Ninguém sugere tentar uma gestão lúcida que talvez oferecesse um lugar para cada um, mas num jogo reconhecidamente diferente. Em vez de enterrar vivos, com ele, aqueles que dependem de um sistema falecido. Drama e desastre que poderiam ser evitados, e talvez até sem prejuízo para os atores, para os beneficiários do credo.

Ademais, a ameaça de desemprego causa sentimentos de vergonha, rejeição, abandono, insegurança, angústia e ansiedade que adentram o cotidiano dos indivíduos, configurando uma sociedade marcada pela indiferença, pela

desconfiança e pela ausência de compromisso mútuo entre as pessoas (SANTOS, 2008).

O desemprego contribui para o aumento do contingente de excluídos e de pobres em nossa sociedade e, nesses, ainda persiste alguma espera e angústia conforme também trata Forrester (1997, p.37):

Não há pior angústia que a esperança. Pior tremor. E não há pior horror que o fim de si próprio quando ocorre bem antes da morte e se deve arrastar enquanto vivo. Esses passos incertos. Essa ausência de percurso, mas que é preciso percorrer.

Acompanhando o desemprego e todos os sofrimentos ocasionados, temos, ainda, a redução dos salários, a precarização das condições e das relações de trabalho, com o aumento de práticas trabalhistas flexíveis, sem estabilidades nem garantias sociais (SANTOS, 2008).

A imposição que todos devem ter uma função perdura como um princípio fundamental em nossa sociedade. Então, resta ao indivíduo sem trabalho a exclusão, a humilhação, a angústia e a vergonha. Por causa do desemprego, atualmente, pessoas são privadas de participar efetivamente da sociedade.

Então, jovens, moças e rapazes são impedidos de habitar a sociedade tal como ela se impõe a eles, tal como a única sociedade viável, respeitável e autorizada. A única sociedade que é proposta, mas como algo distante, praticamente uma miragem. Dentro desse contexto, apresenta-se como a única sociedade lícita, existente e em vigor, porém é proibida, inacessível e rejeita esses jovens. Assim, identificamos um paradoxo de uma sociedade fundamentada no emprego, enquanto o mercado de emprego está ameaçado e perecendo (FORRESTER, 1997).

2.2.4 Dados do Desemprego e Soluções Tradicionais

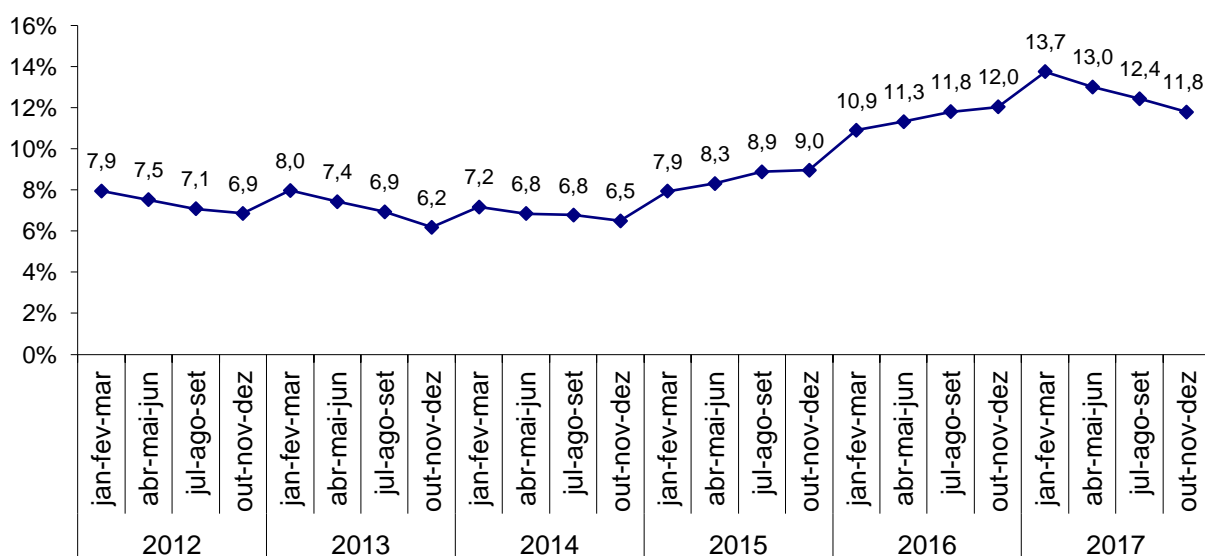
O IBGE, entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem como missão retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da realidade e ao exercício da cidadania. O IBGE possui como uma das suas funções prover os dados e as informações do Brasil para as necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade. O IBGE é

responsável pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

A PNAD Contínua tem com objetivo produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho. A pesquisa é realizada por meio de uma amostra de domicílios, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos para sua divulgação. A cada trimestre, são investigados 211.344 domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios (IBGE, 2017).

A periodicidade da PNAD Contínua pode ser: mensal, para um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil; trimestral, para indicadores relacionados à força de trabalho; anual, para os demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho; e variável, para outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente (IBGE, 2017).

Gráfico 1 – Brasil - Pessoas desocupadas (%).



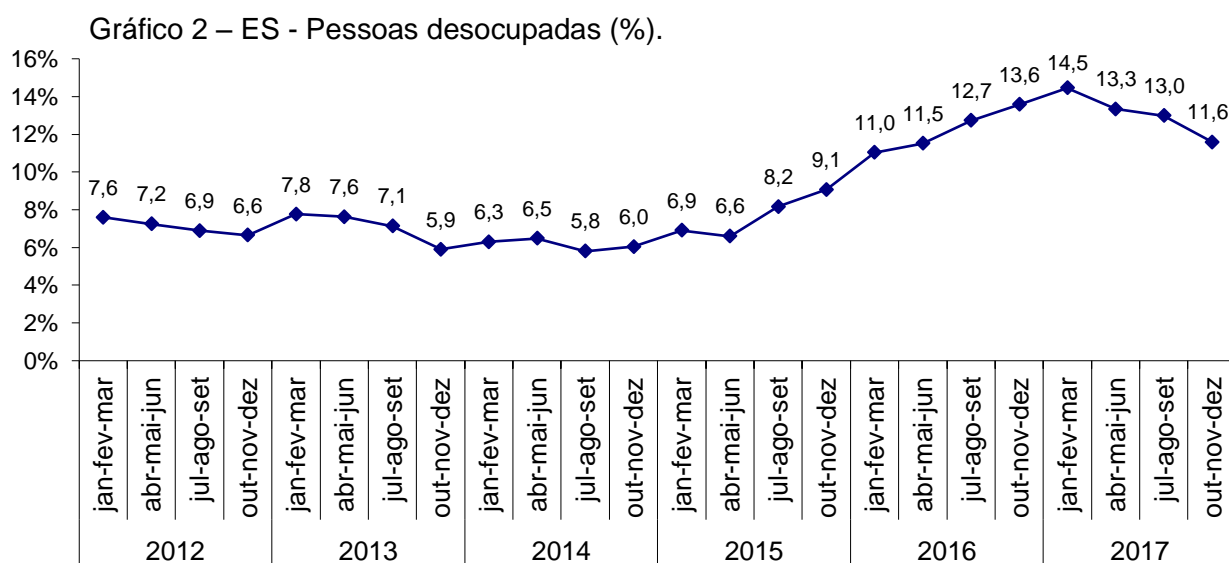
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Conforme dados consultados em 07/03/2018 no *website* do IBGE (GRÁFICO 1), a taxa de desocupação no Brasil foi estimada em 11,8% no quarto trimestre de

2017, ou seja, a estimativa era de 12,3 milhões de desocupados dentro do período considerado. Segundo o IBGE (2017):

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também são classificadas como desocupadas as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência.

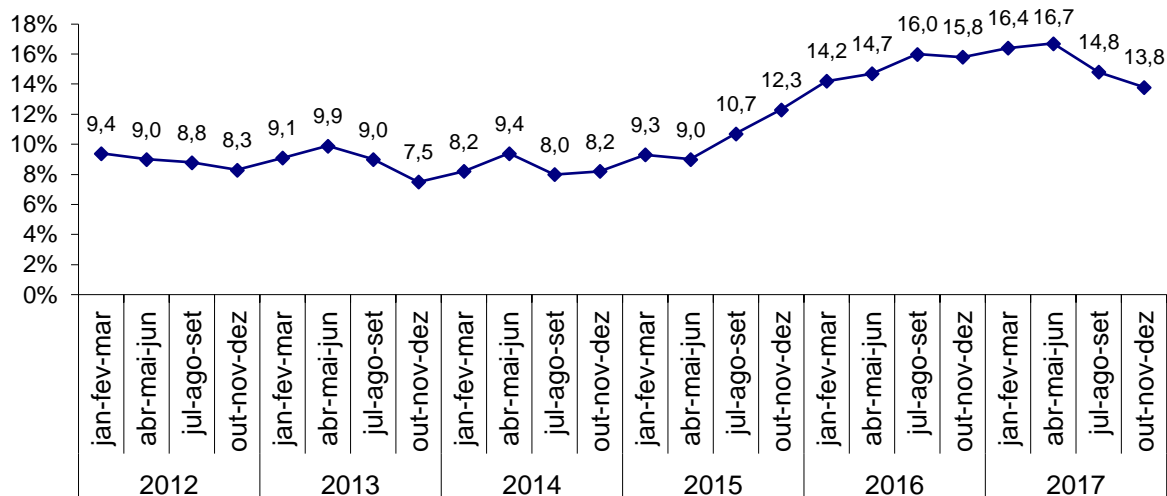
Nos mesmos dados consultados em 07/03/2018 no *website* do IBGE (GRÁFICO 2), a taxa de desocupação no ES, estado federativo em que se encontra o município de Cariacica, foi estimada em 11,6% no quarto trimestre de 2017, ou seja, a estimativa era de 244 mil desocupados dentro do período considerado.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Conforme dados consultados também em 07/03/2018 no *website* do IBGE (GRÁFICO 3), a taxa de desocupação na Grande Vitória, região metropolitana do Espírito Santo que é composta pelos municípios de Cariacica, Vitória, Vila Velha, Viana, Serra, Guarapari e Fundão, foi estimada em 13,8% no quarto trimestre de 2017.

Gráfico 3 – Grande Vitória - Pessoas desocupadas (%).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Observando os três gráficos acima, percebe-se que, apesar da queda registrada no último trimestre de 2017, houve um crescimento no percentual de desocupados desde 2012 em todos os locais analisados. Dessa forma, é extremamente necessário e válido analisar soluções para ocupar essa parcela significativa da população sem trabalho e enfrentar, efetivamente, o problema do desemprego.

As soluções tradicionais propostas para o desemprego se limitam em geral a oferecer treinamento profissional e, se alguém dispuser a começar um negócio por conta própria, a conceder financiamento. É preciso que fique claro que a maior qualificação não é solução para o desemprego. O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois estas dependem basicamente do crescimento dos mercados (SINGER, 2008).

Segundo Singer (2008), a transformação do desempregado em microempresários ou autônomos está em sintonia com a atual tendência descentralizadora, mas não concede a esses uma chance razoável de sucesso. Falta aos novos competidores experiência, conhecimentos para operar um negócio, além de conhecimento junto à clientela potencial. Dentro desse contexto, uma minoria de ex-desempregados obtém sucesso.

Historicamente, a solução para o desemprego foi a emigração. Países assolados pelo desemprego em massa, como a Itália e a Irlanda, organizavam a emigração de parte de sua população redundante a países como os Estados

Unidos, Austrália, Brasil, Argentina, etc. Locais em que os trabalhadores tinham oportunidade de se organizarem em pequenas empresas. Contudo, na atual crise do desemprego, a solução emigratória não está mais disponível. Já a reforma agrária pode proporcionar o reassentamento de famílias, mas isso não é o suficiente para resolver o problema de milhões de pessoas que não tem possibilidade de se inserir na divisão social do trabalho. Será necessária outra solução para o desemprego, que substitua o deslocamento geográfico por estruturas organizacionais que ofereçam às pequenas empresas a proteção necessária para poderem se desenvolver (SINGER, 2008).

Schütz (2008) destaca que as soluções restritas aos limites impostos pelas regras de economia de mercado não dão conta do problema dos excluídos e desempregados. As pessoas buscam alternativas fora destas regras, pois não alimentam mais esperanças de serem reincluídas pelos caminhos normais. As alternativas variam desde à ações criminais e recuperação de formas de subsistência tradicionais, até a organização de empreendimentos autogeridos e solidários. Contudo, a lógica do sistema de mercado não é questionada.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.3.1 Definição e Conceito

Subjetivamente, a lógica do capital se impôs em quase todas as dimensões de vida das pessoas. Objetivamente, devido aos avanços científico-tecnológicos e a conseqüente acumulação do trabalho morto, cada vez menos trabalhadores são necessários. Ou essas pessoas se organizam fora do mercado formal ou estão condenadas à exclusão ou mesmo à morte (SCHÜTZ, 2008).

Segundo Singer (2008), é possível organizar a produção em grande escala sem ser através do grande capital. É necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microempresa oferecendo possibilidades de cooperação e intercâmbio que aumentem suas probabilidades de êxito. O nome genérico a esta nova forma de organização é Economia Solidária. A ideia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas através da solidariedade entre produtores autônomos.

O mesmo fenômeno apresenta diversas expressões sinônimas: Economia Solidária, Economia Popular, Economia Popular e Solidária, Economia do Trabalho e Socioeconômica Solidária. Todas essas expressões retratam experiências baseadas na organização cooperativa ou associativa, de caráter democrático e fundamentadas no princípio da solidariedade (TEIXEIRA, 2010).

O capitalismo se tornou dominante que tendemos a tomá-lo como normal e, também, assumimos que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. A competição é boa, pois permite a nós consumidores escolhermos o que mais nos satisfaz pelo menor preço e ela faz com que o melhor vença. Contudo, a competição tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais, pois chama a atenção apenas para os vencedores e coloca os perdedores cada vez mais de lado. Seria necessário que a economia fosse solidária em vez de competitiva para que tivéssemos uma sociedade mais igualitária, significando que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. A solidariedade só pode se realizar se for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave da proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (SINGER, 2002).

Singer (2002, p. 10) aborda os princípios da Economia Solidária, a solidariedade como resultado natural e a necessidade do envolvimento do poder público para garantir a redistribuição dos ganhos:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável.

Dentro do âmbito nacional, destaca-se a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para fomentar a Economia Solidária no Brasil. Esse órgão governamental em seu *website* informa que a Economia Solidária (MTE, 2017) é:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os

donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados.

São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras.

Alguns princípios são muito importantes para a economia solidária. São eles:

Cooperação: ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;

Autogestão: as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

Ação Econômica: sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

Solidariedade: a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.

As organizações que fazem parte da Economia Solidária, denominadas também de empreendimentos solidários, são estruturadas como, por exemplo, através de associações, cooperativas, grupos de produtores, clubes de troca, centrais de comercialização e grupos de artesãos.

Conforme aborda Singer (2008), a Economia Solidária não é uma panaceia, e sim um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao *laissez-faire*⁷. Em lugar da concorrência, a cooperação. Em lugar da seleção pelos mecanismos do mercado, a limitação pela estruturação de relações solidárias entre produtores e entre consumidores, porém a não eliminação.

A história do cooperativismo é riquíssima em experiências bem-sucedidas e ainda hoje uma parcela nada desprezível da indústria, sobretudo da agricultura e de alguns serviços, segue seus princípios. Isto permite sustentar que a Economia Solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba (SINGER, 2008).

⁷ Expressão escrita em francês que simboliza o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência e apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

Milhares de pessoas não só sonham, mas também estão construindo outra economia. As iniciativas de economia alternativa e solidária surgem da necessidade de dar resposta à progressiva deterioração social, econômica e cultural que vivem as populações, devido à crescente desumanização da economia, à degradação do meio-ambiente e da qualidade de vida, à falta de valores éticos, à piora do nível de cultura e de educação. A Economia Solidária é uma forma de gerir a sociedade e engloba todas as atividades da cadeia produtiva. Com enfoque global e marca ética, contribui para democratizar e socializar a economia e democratizar a sociedade (REINTJES, 2008b).

Veronese (2008, p. 54 e 55) destaca que o cooperativismo verdadeiramente democrático se assenta em seis princípios (QUADRO 1) ou, caso contrário, não possuindo estes princípios se trata de uma distorção:

Quadro 1 – Princípios do cooperativismo verdadeiramente democrático.

Item	Princípio	Descrição
1	Voluntarista	Fica vedada qualquer discriminação pessoal ou controle dos sócios. A abertura e a transparência da cooperativa devem ser asseguradas.
2	Gestão Democrática	Administração colegiada, voto unipessoal – um sócio, um voto – nunca proporcional.
3	Limitação Capitalista	Resume a oposição do cooperativismo ao capitalismo e rege princípios de distribuição de sobras em moldes de decisão compartilhada.
4	Assistência Social	Todo integrante tem direito a contar com apoio em necessidades sociais, guardando as devidas proporções de possibilidades e contribuição.
5	Intercooperação	As entidades cooperativas devem colaborar entre si para fortalecer o sistema.
6	Educação, formação e informação	Os associados e a comunidade em geral devem ser informados e ter acesso à educação cooperativista e à qualificação para essa atividade.

Fonte: Veronese (2008, p. 54 e 55).

Também, Reintjes (2008b, p. 87) aborda diversas características para a produção fundamentada na Economia Solidária:

A nova economia consiste em produzir critérios ambientais e sociais, organizar as iniciativas sociais e empresariais, e os que nela trabalham em entes autogestionados. Significa produzir gerir, comercializar e consumir

com critérios éticos. Depositar a poupança em sistemas financeiros baseados em solidariedade. Consumir produtos ecológicos ou de comércio justo. Usar dinheiro social ou moeda local. Tecer redes de troca solidária, de desenvolvimento local, ou de serviços da proximidade, educativos ou culturais.

A Economia Solidária não é apenas uma alternativa econômica, visto que ela significa também alternativas políticas e sociais. A viabilidade da Economia Solidária não pode ser definida apenas por sua sustentabilidade econômica, mesmo que essa seja fundamental. Trata-se de compromissos éticos entre os atores envolvidos. Trata-se não apenas de apelos criativos, mas da consciência de que esta ação leva a um melhor bem-viver. O nível de renda das pessoas que sobrevivem de empreendimentos solidários é, na média, menor de que das pessoas que possuem postos de trabalhos formais. O êxito está em apresentar soluções melhores que as capitalistas para o bem-viver. A Economia Solidária torna possível o bem-viver das pessoas, representa uma alternativa qualitativamente diferente e reascende a esperança dos excluídos sem que esta seja identificada com a reinclusão nas referências do sistema atual (SCHÜTZ, 2008).

A Economia Solidária, na medida em que estabelece novas relações com a natureza e ao estar vinculada com a realidade local e regional, tende a fundamentar um novo paradigma, uma vez que contem indicativos de dois problemas gerados pelo modo de produção capitalista: o crescimento da miséria humana e a destruição ambiental (SCHÜTZ, 2008). Uma Economia Solidária exige um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade. A Economia Solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de cima para baixo, que torne a população em objeto passivo. Exige a participação de todos, para se tornarem sujeitos do processo histórico (RATTNER, 2008).

A Economia Solidária dominar a totalidade das atividades econômicas de um país e o capitalismo desaparecer é uma hipótese não provável no mundo em que vivemos. O importante é que, caso um dia todos os trabalhadores optem pela Economia Solidária, essa opção não seja imposta por coação política ou econômica (SINGER, 2009).

Rattner (2008) destaca que, ao rejeitarmos as verdades inquestionáveis do progresso, afirmamos a centralidade das decisões humanas coletivas na

reconstrução de nosso mundo que caminha para a barbárie. A experiência histórica e as tendências atuais da evolução ensinam que os caminhos da economia e sociedades solidárias não seguem por trilhas de revolução ou golpe, mas crescem e desenvolvem paralelamente dentro do próprio sistema capitalista que cada vez mais revela sua incompatibilidade com os destinos da humanidade. Em vez de estimularmos nossos filhos a competir, cumpre-nos a tarefa de ensinar e exemplificar as possibilidades de cooperação, como opção de um estilo de vida alternativo. Escapamos assim da padronização dos valores e do comportamento, tal como antecipado por visões pessimistas de autores como George Orwell⁸.

A Economia Solidária é o embrião de uma nova sociedade, como novo modo de produção diferente do modo de produção capitalista. A Economia Solidária permanece no campo da ética marxista, porém não em todas as suas concepções políticas-econômicas e estratégicas. Não se trata de tornar uma única economia hegemônica, mas sim de promover uma pluralidade de economias convergindo para o mesmo fim que é a realização para uma vida plena e a felicidade humana (GADOTTI, 2009).

O solidarismo na economia nega a separação entre trabalho e os meios de produção como é no capitalismo. Como os sócios tem a propriedade do negócio, os mesmos devem se autogerir. Essa autogestão é uma das dificuldades dos trabalhadores envolvidos. Comprometer-se como o processo de gestão pode ser uma experiência tida como acima da capacidade dos trabalhadores (VERONESE, 2008).

Dentro desse contexto, Schütz (2008) destaca que além de autogestão interna, elementos como o antes da produção, o bem-viver dos consumidores e a relação como o meio ambiente são critérios para afirmar o caráter popular e solidário de um empreendimento. Ademais, é um equívoco considerar sustentável a existência de ilhas não capitalistas no interior da economia de mercado.

Devido à sobrecarga do trabalho causada por dificuldades financeiras para aquisição de equipamentos e baixa qualificação técnica e administrativa, experiências com intenções solidárias tornam-se formas de exploração dos trabalhadores. Experiências que não levem a temas relacionados com a autogestão social, e à articulação em redes, tendem a ser absorvidas por cadeias produtivas

⁸ George Orwell (1903-1950), pseudônimo de Eric Arthur Blair, escritor e jornalista inglês. Conhecido pelo livro 1984 que trata sobre um país fictício dominado por um regime político totalitário.

capitalistas. Se os empreendimentos de Economia Solidária não conseguirem ir além de empreendimentos condenados à falência ou se tornarem capitalistas, não passarão de uma forma de ocupação muito conivente com o sistema ou de uma terapia ocupacional que camufla as contradições e os atritos fundamentais da sociedade. Da mesma forma, o discurso ecológico e as questões culturais podem ser integrados e neutralizados em seu potencial emancipatório (SCHÜTZ, 2008).

O cooperativismo teve como impulso original a melhoria das condições de vida e oficialmente divulgou como sua principal bandeira a autogestão. Muitas vezes o cooperativismo foi organizado intencionalmente para facilitar e justificar a reprodução dinâmica capitalista. As empresas de autogestão e, por si só, não representam um rompimento estrutural com a dinâmica de produção e o consumo capitalista. A autogestão não representa, necessariamente, uma orientação para o bem-viver dos consumidores e dos produtores em geral (SCHÜTZ, 2008).

Segundo Schütz (2008), a economia popular possui inúmeras formas de organização compostas por excluídos do mercado formal, pequenos empreendimentos, unidades familiares e, também, representada por outras formas de economia alternativa (indígena, clubes de troca, etc). A economia popular possui aspectos de economia não capitalista, porém, muitas vezes, é integrada às exigências de reprodução do capital.

A Economia Solidária não se identifica, pelo menos não de modo completo, com o cooperativismo e a economia popular. A Economia Solidária cria circuitos econômicos não submetidos à dinâmica produtiva capitalista, porém sem se isolar a mesma dinâmica (SCHÜTZ, 2008).

2.3.2 História da Economia Solidária

Gadotti (2009) destaca que a Economia Solidária é anterior ao capitalismo e afirma que Platão⁹ exaltava os valores da vida comunitária e o desaparecimento da propriedade privada. Os empreendimentos solidários sempre estiveram na história desde a mais remota antiguidade, encarnados em seus valores sociais. Na idade média, desenvolveram-se experiências de economia social, mas prevaleceu o poder da propriedade privada que era defendida pela Igreja.

⁹ Platão (427 a.C. - 347 a.C.) foi um filósofo grego da antiguidade, considerado um dos principais pensadores da história da filosofia.

A apologia irrestrita da competição é ideológica e não encontra fundamento na história. É possível afirmar que a maior parte da evolução foi caracterizada por associações de cooperação comunitárias, tais como, certas tribos indígenas do Brasil e de outros continentes. A desestruturação da vida comunitária em consequência da revolução industrial no final do século XVIII levou à afirmação de ideias e práticas cooperativas (RATTNER, 2008). A Economia Solidária nasceu como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção pouco depois do capitalismo industrial (SINGER, 2002).

Após a vitória britânica sobre Napoleão¹⁰ em 1815, foi encerrado um ciclo de guerras na Europa e, em seguida, a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Robert Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas do desemprego e da pobreza e restabelecer a atividade econômica. O diagnóstico de Owen era que a depressão foi causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos e produtos necessários à condução da guerra. Com a perda do trabalho da produção bélica, o mercado para a indústria civil também se contraiu. Era necessário reinserir trabalhadores ociosos na produção para reverter essa situação, permitindo os mesmos trabalhadores a ganhar e gastar no consumo, o que ampliaria o mercado (SINGER, 2002).

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres em vez de serem meramente distribuídos, fossem destinados para compra de terras e construção de aldeias cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias produzindo sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as aldeias. Owen tentava demonstrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de continuar desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados (SINGER, 2002).

O raciocínio de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica capitalista devido à queda da demanda total, é a ociosidade forçada de parte significativa da força de trabalho. Conseguir trabalho para os excluídos é

¹⁰ Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi imperador francês. Líder político, ditador e comandante do exército francês.

expandir a criação da riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido. Isso foi demonstrado de outra forma pelo britânico John M. Keynes durante a crise de 1930 (SINGER, 2002).

Contudo, na segunda década do século XIX, o governo britânico se negou a implementar o engenhoso plano de Owen. Então, ele partiu para os Estados Unidos com a intenção de erguer num meio social mais novo uma aldeia cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro, a ser imitado por pessoas de boa vontade. A aldeia cooperativa foi estabelecida em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana, e logo sofreu sucessivas cisões. Owen permaneceu até 1829, quando, desiludido, voltou à Inglaterra. Mesmo assim, os discípulos de Owen começaram a pôr em prática as suas ideias, criando sociedades cooperativas por toda parte. A primeira cooperativa *owenistas* foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades (SINGER, 2002).

Em 1844, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale foi fundada por 28 operários, metade deles *owenistas*. O impulso para a criação da cooperativa, provavelmente, foi devido à derrota de uma greve de tecelões (SINGER, 2002).

Segundo ADAMS (2010, p. 87 a 88), o cooperativismo originado em Rochdale, na Inglaterra, deixou um grande legado e prestou uma grande contribuição para os princípios cooperativos adotados atualmente:

As nossas heranças cooperativas mais importantes provém do cooperativismo de consumo que teve origem em Rochdale – Inglaterra, em 1844. Os atuais princípios cooperativos, com pequenas adaptações, são os mesmos criados pelos pioneiros de Rochdale.

No início do século XX, o movimento *kibutziano*¹¹ fundou colônias agrícolas coletivistas na Terra Santa, naquela época sob a dominação do império Otomano. Os fundadores e seus membros se comprometeram a viver de acordo com os princípios de propriedade coletiva dos meios de produção, a participação de todos os membros da comunidade no planejamento e alocação de recursos mediante vontade democrática em assembleias gerais. Apesar da escassez material e das condições ambientais adversas, os membros do *kibutz* tinham intensa vida cultural e

¹¹ *Kibutz* são agrupamentos em que funcionam comunidades com as seguintes características: atividades agrícolas, propriedades coletivas, igualdade social, meios de produção próprios e distribuição da produção para a comunidade.

social, o que refletia um novo estilo de vida e a fé no futuro da humanidade. O *kibutz* fracassou sob pressões para construção da sociedade israelense, da absorção de milhões de imigrante em 1948 e da entrada maciça de capital estrangeiro, sobretudo norte-americano (RATTNER, 2008).

Em 1956, o complexo cooperativo de Mondragón, no País Basco (Espanha), foi fundado pelo padre José Maria Arizmendiarieta¹². Hoje, este complexo é formado por mais de cem cooperativas. As primeiras cooperativas de Mondragón eram industriais, mas logo em 1959 foi criada a Caja Laboral Popular, que se tornou um dos maiores bancos do país (SINGER; MACHADO, 2000).

O marxismo opôs-se à Economia Solidária expressa, na sua época, pelo movimento anarquista de Pierre Joseph Proudhon¹³ e pelo cooperativismo, pois era a favor de um único modo de produção imposto a todos, o socialismo, por meio centralizado do estado. A tese de que o socialismo deveria ser imposto de cima para baixo pelo estado ruiu definitivamente no final do século XX (GADOTTI, 2009).

2.3.3 História da Economia Solidária no Brasil

O cooperativismo chegou ao Brasil através dos emigrantes europeus, no começo do século XX, era principalmente sobre a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As grandes redes de hipermercados provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo nas últimas décadas. As cooperativas agrícolas cresceram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos. Nenhuma dessas cooperativas era ou é autogestionária, bem como a direção e os operários são assalariados. Portanto, não se pode considerá-las parte da Economia Solidária (SINGER, 2002).

Milhões de postos de trabalho foram perdidos nas décadas de 1980 e de 1990, acarretando desemprego e acentuando a exclusão social. Nessa época, a Economia Solidária reviveu no Brasil e assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, mas sempre autogestionárias. A Cáritas¹⁴, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Uma parte dos

¹² José María Arizmendiarieta (1915 - 1976) foi um sacerdote católico.

¹³ Pierre-Joseph Proudhon (1809 - 1865) foi um filósofo político e econômico.

¹⁴ A Cáritas é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

PACs acabou se transformando em unidades de Economia Solidária. Há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Sem Terra (MST) (SINGER, 2002).

Outra modalidade foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir. Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de preservar seus postos de trabalho. Após casos isolados na década de 1980, o movimento começou em 1991 com a falência da empresa Makerli¹⁵ e a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). A União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) desenvolve a mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas com dificuldades em cooperativa de trabalhadores (SINGER, 2002).

O MST assentou muitas famílias em terras desapropriadas e o movimento decidiu promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias. A Economia Solidária no Brasil é composta também por cooperativas e grupos de produção associada, incubada por entidades universitárias, chamadas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). Essas incubadoras atendem a comunidade fornecendo formação em cooperativismo e em Economia Solidária, apoio técnico, logístico e jurídico para viabilização de empreendimentos autogestionários. Prefeituras de diversas cidades e alguns governos estaduais têm contratado entidades de fomento da Economia Solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. O objetivo é utilizar a assistência social para permitir o auto sustento dos que desejarem através de seu próprio esforço produtivo (SINGER, 2002).

2.3.4 A Reinvenção da Economia Solidária

A situação dos trabalhadores foi melhorando pelo movimento operário que foi conquistando direitos para os assalariados. Mesmo no Brasil, país semi-industrializado, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais um padrão de classe média. Esse avanço se generalizou após a segunda guerra e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Através do emprego, os trabalhadores alcançaram uma espécie de cidadania social.

¹⁵ Indústria de calçados de Franca (SP).

Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela Economia Solidária e pela tolerância do assalariamento e da profissionalização das gerências nas cooperativas. O movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em quantidade, mas em qualidade é provável que a sua degeneração tenha acentuado (SINGER, 2002).

Contudo, houve uma mudança a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa recomeçou. Grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e inclusive de países semi-industrializados como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho. Como resultado dessa desindustrialização, ressurgiu como força a Economia Solidária na maioria dos países. Singer (2002, p. 111) destaca as características desse renascimento: "o que distingue este novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento".

O avanço da Economia Solidária não abre mão inteiramente do apoio do Estado, principalmente para o resgate de comunidades miseráveis. Mas, para uma grande parte da população, construir uma Economia Solidária depende principalmente dela mesma. Cabe destacar que a reinvenção da Economia Solidária não se deve aos desempregados e marginalizados. Existem inúmeras entidades ligadas a igrejas, sindicatos e universidades. Essas entidades difundem os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico para criação de empreendimentos solidários (SINGER, 2002).

Em grande medida, as empresas solidárias são resultados da falência de firmas, da subutilização do solo por latifúndios e do desemprego em massa. A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos desejosos pelo trabalho. A Economia Solidária foi concebida para ser essa alternativa superior por proporcionar uma vida melhor às pessoas. Singer (2002, p. 114 e 115) discorre sobre o significado de uma vida melhor, como também ressalta o fortalecimento do sentimento de amparo pela comunidade:

Vida melhor não apenas no sentido que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc; na liberdade de cada

um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.

O atual crescimento da economia social e solidária pode parecer confuso, até mesmo contraditório. Na verdade, ele demonstra a vitalidade dessa economia na busca de novas formas de organização, as quais só poderão se estabilizar a partir do momento que o próprio capitalismo tiver gerado uma nova estabilidade (DEMOUSTIER, 2006).

Segundo Lima (2013), a Economia Solidária tem se articulado no território brasileiro em fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Também, é crescente o apoio de governos estaduais e municipais para promoção, incentivo e fortalecimento das políticas públicas da Economia Solidária.

O FBES atua com a finalidade de elaborar e acompanhar políticas públicas, dialogar com diversos movimentos sociais e se inserir nas lutas e nas reivindicações. Também, o FBES busca a confluência entre as forças da Economia Solidária e o apoio ao fortalecimento do movimento a partir das bases. O documento base orientador do FBES é o documento final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2012, em Luziânia, no estado de Goiás (FBES, 2017).

O FBES está organizado no Brasil em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de três mil empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, doze governos estaduais e duzentos municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. As atribuições das instâncias do FBES são articuladas e definidas nas plenárias nacionais, com ampla participação de representantes de todo Brasil (FBES, 2017).

2.3.5 Cultura e Educação para a Economia Solidária

Mais do que suporte financeiro e técnico, é necessário o desenvolvimento de um processo educacional para a concretização das práticas solidárias. Trata-se de uma educação que ocorre além da escola. Uma educação que depende do

reconhecimento da cultura proveniente das comunidades para mudar e reinventar paradigmas (LIMA, 2013).

Gadotti (2009, p. 24) enfatiza que a Economia Solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica, pois a mesma não se resume a um simples objeto ou produto:

A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável.

Na interpretação de Mance (2002), a educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos. A educação aqui é compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo autonomia das pessoas e das coletividades.

As práticas de Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. Esse tipo de economia está ligada à necessidade de formação cultural. É uma mudança profunda de valores e princípios que orientam ao comportamento em relação ao não sustentável. A eficiência econômica está ligada também a valores culturais de práticas solidárias (GADOTTI, 2009).

Ademais, Gadotti (2009) enfatiza que, como uma forma de produzir e reproduzir nossa existência, a Economia Solidária tem um componente educativo. A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista.

As pedagogias clássicas não dão conta dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. Não é possível ensinar a autogestão com simples lições de autogestão, como não é possível ensinar democracia com lições de democracia. É uma pedagogia que precisa ser construída com a prática. Não se trata apenas de oferecer cursos, mas sim de construir uma cultura juntos. A Economia Solidária baseia-se na ajuda mútua. Esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições deve ser levado em consideração na

formação. Os pobres sabem o que é isso: ajudar e saber que amanhã, se precisar, poder contar também com uma ajuda. No mercado capitalista ocorre o contrário: pode esperar uma rasteira amanhã, pois o princípio da economia capitalista é o da competitividade (GADOTTI, 2009).

Uma educação para a cooperação e solidariedade não é apenas uma opção ética, é também uma condição humana para o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar os talentos, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos (GADOTTI, 2009).

Segundo Gadotti (2009), a Economia Solidária, buscando formar para o consumo responsável, deveria ser matéria obrigatória. A formação de educadores populares e de agentes de desenvolvimento local tornou-se um campo socialmente relevante para educação de jovens e adultos. A educação e a qualificação são importantes para o fortalecimento de empreendimentos solidários para evitar a dispersão.

2.3.6 Economia Solidária como Alternativa para o Desemprego

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer aos excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser através de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para seus produtos, pois é indispensável os ex-desempregados terem um período de experiência para ganhar eficiência e fregueses (SINGER, 2008). Diante da falta de empregos formais, a Economia Solidária pode ser uma alternativa para os trabalhadores. A Economia Solidária é manifestada por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que possuem como objetivo a geração de trabalho e renda, como também a inclusão social e econômica (GOERCK, 2010).

Conforme entendimento de Singer (2009), uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão os sem-trabalho e os que sobrevivem precariamente com o trabalho incerto. Os desempregados ex-administradores de empresas, engenheiros, planejadores e profissionais especializados poderiam dar às novas pequenas empresas a base gerencial e técnica que precisam.

O compromisso básico dos trabalhadores seria dar preferência aos produtos do próprio empreendimento no gasto da receita obtida da venda de seus produtos a outros trabalhadores. Para garantia desse compromisso, as transações entre trabalhadores deveriam ser feitas com uma moeda própria. O uso desta moeda, diferente da moeda geral do país, dará a proteção que as pequenas empresas precisam para poder se viabilizar (SINGER, 2008).

Em relação ao suporte necessário para os empreendimentos solidários, Singer (2008) destaca a importância de contar desde o início com o apoio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Este patrocínio conferirá o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados, sem o qual o novo setor não terá o vigor necessário para começar. O apoio do poder público será crucial para erguer instituições de ajuda, dentre as quais a mais importante será um banco do povo, para garantir crédito àqueles que não têm propriedade para oferecer como garantia. O banco do povo, em lugar destas garantias, organizará grupos que poupam em conjunto e se responsabilizam solidariamente pelo pagamento dos créditos concedidos (SINGER, 2008).

O mercado protegido será uma condição necessária, mas não suficiente para que o êxito do novo setor de Economia Solidária. O objetivo almejado deve ser a criação de novas formas de organização da produção com capacidade e interessada em acolher sem limites novos trabalhadores, e que ofereça uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento para um padrão de vida digno. Para atingir o objetivo maior, será necessário o crédito solidário, a formação profissional e o aperfeiçoamento técnico continuado, também será preciso de serviços comunitários, como instâncias de arbitragem, centros de pesquisa, incubadoras, etc (SINGER, 2008).

Singer (2008) destaca que deveriam aceitar em princípio qualquer um que quisesse se associar, inclusive empresa com assalariados, pois ela também resolve o problema do desemprego que é a finalidade maior. A Economia Solidária deve ser um espaço livre para experimentação organizacional, pois só a tentativa e o erro possibilitam revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto realização do produtor.

O movimento operário necessita encontrar outras estratégias contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer um equilíbrio menos

desfavorável entre oferta e demanda no mercado formal de trabalho. A Economia Solidária é uma dessas estratégias. Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá dar a oportunidade aos que esperam em vão um novo emprego. O excesso de oferta de força de trabalho prejudica os sindicatos e confere aparente credibilidade à tese liberal de que os direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Eliminando o excesso da força de trabalho, os sindicatos poderão recuperar representatividade e poder de barganha (SINGER, 2008).

Caso a Economia Solidária se consolide e atinja dimensões significativas, Singer (2008) afirma que ela será competidora do grande capital. O que poderá recolocar a competição entre um modo de produção movido pela concorrência capitalista e o outro modo movido pela cooperação. Os homens poderão escolher e experimentar novas formas alternativas de organizar a vida.

2.4 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

2.4.1 Definição e Características

Existem cinco critérios que refletem cinco grandes traços característicos das iniciativas de Economia Solidária. Esses traços informam, respectivamente: sobre a natureza e origem dos recursos mobilizados; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Nesse contexto, França Filho e Laville (2004) definem os seguintes critérios das iniciativas de Economia Solidária: pluralidade de princípios econômicos; autonomia institucional; democratização dos processos decisórios; sociabilidade comunitário-pública; e finalidade multidimensional.

A pluralidade de princípios econômicos indica que o empreendimento de Economia Solidária tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre as três fontes de captação de recursos: venda ou prestação de serviços; poder público, como, os subsídios de instituições governamentais ou não; e das práticas recíprocitárias, como trabalho voluntário ou doações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A autonomia institucional significa reconhecer a independência em relação ao controle por outras instituições. Indica a autonomia de gestão do empreendimento. Contudo, não impede sua interdependência em relação às parcerias ou arranjos de cooperação interinstitucionais. No caso da democratização dos processos decisórios, significa a existência de mecanismos de decisão interna que são coletivos ou fundamentados no ideal da participação democrática (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Já a sociabilidade comunitário-pública sugere o fato de um modo de sociabilidade singular ao misturar padrões comunitários e relações sociais com práticas profissionais. Por fim, a finalidade institucional indica que, ao lado da dimensão econômica, o empreendimento internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

O empreendimento solidário, para Moura e Meira (2002), é uma forma de expressão da Economia Solidária podendo assumir o formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços. Já Gaiger (2009) destaca que o conceito de empreendimento econômico solidário compreende diversas modalidades de organizações econômicas, originadas da livre associação de trabalhadores e nas quais a cooperação funciona como sustento da sua eficiência e viabilidade.

Ainda, dentro desse contexto, Gaiger (2009) destaca que os empreendimentos solidários adotam arranjos coletivos nas posses dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, minimizando a presença de relações assalariadas. Através da socialização dos meios de produção e autogestão, expressam uma inflexão da economia popular, de base doméstica ou familiar. Ainda, em alguns segmentos, expressam uma reconversão da experiência operária do trabalho.

Em relação às formas, segundo Gaiger (2009, p. 181), os empreendimentos solidários se apresentam como: “grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativo e cultural”. Em relação à cooperativa, Culti (2006) destaca que é a forma clássica do empreendimento solidário.

Quanto à composição dos empreendimentos solidários, Culti (2006) afirma que envolvem predominantemente trabalhadores de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores de mercado informal, subempregados e

empobrecidos. Dessa forma, a Economia Solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda.

As organizações da Economia Solidária podem assumir configurações diferenciadas, mas todas elas surgem e se desenvolvem a partir da iniciativa da sociedade civil organizada. A pluralidade do fenômeno não deve ser negligenciada, pois dela advém a sua riqueza. Contudo, considerando o resultado de pesquisas realizadas por vários autores, em diferentes países, Andion (2005, p. 84) delineou algumas características comuns a esse tipo de organização, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Características comuns às organizações da Economia Solidária.

Item	Característica	Descrição
1	Projeto Definido	Elas têm em geral papel social, que provém de um projeto definido. A criação de uma organização deste tipo está sempre ligada a alguma problemática precisa, consequência de demanda social. Desta forma, a riqueza coletiva, gerada por este tipo de organização, não se mede somente pelos produtos e serviços que ela gera, e sim pela sua contribuição à sociedade ou a coletivo mais restrito.
2	Espaços Enraizados na Esfera Pública e Comunidades Políticas Locais.	Atuando como vetores para a realização de projetos sociais, estas iniciativas são caracterizadas como espaços enraizados na esfera pública, pois elas exprimem a capacidade dos cidadãos de agir para transformar a realidade em que vivem. Os membros de tais organizações, em geral, não são ligados por laços de sangue ou parentesco e provém de diferentes camadas sociais. Na sua interação cotidiana, estes atores negociam permanentemente para promover uma ação coletiva que vise ao interesse geral. Desta forma, operam a transição entre a esfera privada e a esfera pública, constituindo-se em comunidades políticas locais.
3	Participando na Concepção da Oferta e da Demanda dos Bens e Serviços	A proximidade entre os indivíduos e a reciprocidade entre eles também redefinem as relações econômicas, presentes neste tipo de organização. É possível perceber a participação dos diferentes atores, assalariados ou voluntários, gestores e usuários, atuando coletivamente na gestão destes grupos e participando na concepção da oferta e da demanda dos bens e serviços. Esta participação permite um estabelecimento conjunto de preço e qualidade, visando, em muitos casos, à ampliação do acesso aos bens e serviços produzidos.
4	Hibridação de Diferentes Fontes de Financiamento	A diferenciação no preço e as formas de gestão financeira são baseadas numa hibridação de diferentes fontes de financiamento. Os recursos mercantis, provenientes da venda de bens e serviços; os recursos não mercantis, proveniente do financiamento do Estado e de outras agências financiadoras; e os recursos não-monetários, provenientes do voluntariado e dos dons recebidos, se combinam, permitindo maior flexibilidade e a continuidade dessas organizações ao longo do tempo.

Fonte: Andion (2005, p. 84).

Assim, conforme demonstrado no Quadro 2, as organizações de Economia Solidária devem ter como características: projeto definido relacionado a uma demanda social; comunidade de políticas sociais operando a transição entre a esfera privada e a esfera pública; participação na oferta e demanda de bens e serviços; e a hibridação das diversas fontes de recursos ou financiamentos.

Gaiger (2009, p. 181) enfatiza a nova racionalidade produtiva dos empreendimentos solidários que possuem como alicerce o solidarismo, destaca a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos em relação a um sentido de eficiência bem mais amplo e, ainda, aborda a célula propulsora básica da Economia Solidária:

As práticas características de tais empreendimentos inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere, à noção de eficiência, uma conotação bem mais ampla, incluindo a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se tanto da racionalidade capitalista, como da solidariedade comunitária, por ser esta desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho social e econômico que não seja circunscrito e marginal. Além disso, dado o papel decisivo de um conjunto crescente de organizações e agentes mediadores, os empreendimentos solidários tendem a buscar ou criar mecanismos e instituições de articulação, representação e intercâmbio, econômico e político. Com suas vinculações extensões, constituem a célula propulsora básica da economia solidária.

As relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à produção assalariada. O capital emprega o trabalho na produção assalariada, já os trabalhadores empregam o capital na produção através dos empreendimentos solidários (GAIGER, 2003).

Uma qualidade importante dos empreendimentos solidários se encontra em seu caráter multifuncional, sua vocação a atuar simultaneamente nas esferas econômica, social e política, como também agir concretamente no campo econômico ao mesmo tempo em que confrontam as estruturas dominantes. A razão de ser dos empreendimentos solidários consiste no atendimento às necessidades materiais dos seus membros, como também às necessidades não monetárias, como reconhecimento, inserção social, etc (GAIGER, 2009).

Ademais, Gaiger (2003, p. 201) destaca três exigências para que os empreendimentos solidários mantenham os seus traços distintivos e se consolidem como uma experiência econômica sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e social:

a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca.

Em suma, os estudos sobre as organizações da Economia Solidária, conforme o entendimento de Andion (2005), demonstram que sua principal diferenciação reside no fato de atuarem ao mesmo tempo como intermediárias e articuladoras de três esferas: a social, a política e a econômica. Essas organizações assumem, concomitantemente, funções: de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas.

2.4.2 Formalização e Gestão

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a forma de organização predominante dos empreendimentos solidários mapeados no Brasil é a associação, com 60% do total. Outros 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados enquanto organização cooperativa, além de um percentual residual de sociedade mercantil, com menos de 1%.

Embora as associações constituam uma alternativa intermediária de formalização, dada sua simplicidade jurídica, elas são formas organizacionais muito limitadas. De acordo com o Código Civil brasileiro, as associações não podem, por exemplo, exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos. No caso dos grupos informais, torna-se bem mais difícil o acesso a financiamentos e

programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados. Tal realidade traz à tona a importância do desenvolvimento de programas de apoio e assessoria técnica a esses empreendimentos para que consigam atender aos requisitos necessários para sua formalização, de acordo com as características de cada um (IPEA, 2016).

De acordo com o IPEA (2016), a personalidade jurídica de sociedade cooperativa seria a mais recomendada institucionalmente para o exercício social de uma atividade econômica coletiva. No entanto, a proporção de empreendimentos solidários formalizados em cooperativas ficou somente em 8,8%. O excesso de procedimentos burocráticos previstos em lei para a formalização de cooperativas no Brasil e a maior complexidade administrativa fazem com que muitos coletivos de trabalhadores não se sintam motivados a despendar tempo e recursos adicionais para realizar essa formalização de seu empreendimento, mantendo-se como associação ou mesmo na informalidade.

A associação é a pessoa jurídica constituída pela união de ideias e esforços de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Também, é a forma adotada por grande parte das organizações sem fins lucrativos, pois há possibilidade de maior flexibilização nas suas regras de funcionamento, o que facilita sua administração e a adoção de formas democráticas de decisão (ANDRADE et al., 2012).

A sociedade cooperativa em geral está regulada pela Lei Federal 5.764/71 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu seu regime jurídico. As cooperativas são sociedades de pessoas de natureza civil, com forma jurídica própria, constituídas para prestar serviços aos associados. Ainda, as cooperativas distribuem as sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral (ANDRADE et al., 2012).

Apesar do dinamismo e da amplitude da Economia Solidária, a gestão das organizações que dele fazem parte ainda é tema pouco explorado, seja por causa dos preconceitos ideológicos existentes, seja por causa da falta de fundamentação teórica adaptada à natureza destas organizações (ANDION, 2005).

As organizações da Economia Solidária, segundo Andion (2005), possuem exigências que estão presentes no cotidiano da sua gestão. Os imperativos da concorrência e os critérios definidos pelos financiadores exigem que as

organizações do tipo comunitário se profissionalizem e isto se torna condição da sua perenidade.

A autora Carolina Andion (2005) concebeu um enfoque teórico denominado dimensão de gestão dos empreendimentos solidários. As quatro dimensões interdependentes da gestão são classificadas como social, econômica, ecológica e, também, organizacional e técnica.

A dimensão social demonstra a interação das pessoas dentro da organização. Os atos humanos e as razões desses atos não se inscrevem somente no mundo objetivo instrumental das coisas existentes, mas também no mundo da vida, partilhado pelas pessoas. Já a dimensão econômica trata da gestão dos recursos financeiros e não financeiros utilizados na organização. A dimensão ecológica trata das relações da organização com o meio ambiente externo e, também, considera as múltiplas inter-relações das organizações com a comunidade local. Por fim, a dimensão organizacional trata do funcionamento interno das organizações e seus impactos sobre os indivíduos (ANDION, 2005).

Pode-se afirmar que as organizações da Economia Solidária possuem diversas áreas conflituosas, principalmente, em relação à gestão. Através das conclusões da Carolina Andion (2005), entende-se que os desafios na gestão desse tipo de empreendimento não podem ser negligenciados pelos profissionais que atuam nas organizações, nem pelas teorias que tratam desse tema.

2.4.3 Empresa Capitalista x Empresa Solidária

Os empregados ganham salários desiguais na empresa capitalista, conforme valor de cada tipo de trabalho determinado pela oferta e demanda. Como há rivalidade entre as carreiras, os empregadores também dão a alguns aumentos disfarçados de bônus, seguro saúde, etc. Na empresa solidária, os sócios recebem retirada e não salário, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas (SINGER, 2002).

Singer (2002) destaca que a decisão sobre o lucro cabe à assembleia de acionistas na firma capitalista e, em regra geral, uma parcela do lucro é entregue aos acionistas em forma de dividendo e o restante vai para fundos de investimento. As sobras têm sua destinação decidida pela assembleia nas cooperativas, uma parte

delas é colocada num fundo de educação, outra é posta em fundos de investimento e o que resta é distribuído aos sócios por algum critério aprovado pela maioria.

O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a solidariedade para dar trabalho e renda a quem precisa, bem como difundir no país ou no mundo um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas (SINGER, 2002).

Gadotti (2009) destaca que os empreendimentos solidários nem sempre são sem fins lucrativos. O lucro e a acumulação justa são legítimos numa Economia Solidária, pois não são alcançados por meio de exploração econômica e da dominação política. O que importa é que o valor da solidariedade esteja presente em todo processo econômico. A Economia Solidária não se rege pela racionalidade capitalista que é voltada exclusivamente para o lucro.

Talvez a principal diferença entre a Economia Solidária e a capitalista seja o modo como as empresas são administradas. A economia capitalista aplica a heterogestão, ou seja, a administração formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo. Os trabalhadores de nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas. Existe competição exacerbada entre setores de uma mesma empresa na economia capitalista, embora o objetivo seja aumentar o lucro, pode prejudicar o funcionamento como um todo. A heterogestão tem de suscitar o máximo de cooperação entre os empregados (SINGER, 2002).

A empresa solidária, segundo Singer (2002), é administrada democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias que podem ocorrer em curtos intervalos se necessário. Quando grande, assembleias gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão com um grande número de pessoas, dessa forma, elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos.

Nas empresas solidárias grandes, as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos. A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um

deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa solidária (SINGER, 2002).

Singer alerta (2002) que o perigo de degeneração da prática da autogestão vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões coletivas educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. Acontece que grande parte dos cooperadores se insere na Economia Solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza.

As pessoas não são inclinadas a autogestão, como não o são à heterogestão. Poucos optariam passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e a temer desde os bancos da escola, num processo educativo que prossegue a vida inteira. As crianças são inquietas, curiosas e desejosas por participar. A escola reprime esses impulsos e as obriga obedecer horários, ficar quietas e imóveis durante a aula, decorar coisas que nada lhes dizem e renunciar a satisfazer sua curiosidade (SINGER, 2002).

Singer (2002) enfatiza que tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas é em vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas formas de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias em organizações economicamente produtivas e centros igualitários de interação democrática, que é o que seus sócios desejam.

2.4.4 Redes de Colaboração Solidária para Integração dos Empreendimentos

A noção de rede, peculiar à teoria da complexidade, enfatiza: relações entre diversidades que se integram; fluxos de elementos circulantes nessas relações; laços que potencializam a sinergia coletiva; movimento em que cada elemento concorre para a reprodução dos outros; potencialidade de transformação de cada

parte pela sua relação com os demais; e a transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda rede.

Também, a noção de rede de colaboração solidária resulta da reflexão sobre práticas de atores contemporâneos. Enquanto categoria analítica, denota a existência de conexões entre os empreendimentos de Economia Solidária e a circulação colaborativa entre eles de informações, valores e materiais (MANCE, 2009).

A rede de colaboração solidária, conforme explicita Mance (2009), é elemento central da chamada revolução das redes. Considerando seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para potencializar as conexões já existentes e conectar empreendimentos solidários em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável e antagônico ao capitalismo.

Segundo Mance (2009, p. 279) quatro são os critérios básicos de participação nas redes de colaboração solidária:

a) inexistência, nos empreendimentos, de qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busca da preservação do equilíbrio ecológico nos ecossistemas (respeitando-se a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhamento de significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração.

O objetivo básico dessas redes é remontar as cadeias produtivas, objetivando assegurar o bem-estar de todos. De acordo com Mance (2009, p. 279) esse objetivo é alcançado:

a) produzindo-se, nas redes, tudo o que elas ainda consomem do mercado capitalista (produtos finais, insumos, serviços, etc.), adequando produtos e serviços aos horizontes ético e ecológico da economia solidária; b) corrigindo-se o fluxo de valores, evitando-se realimentar a produção capitalista, a qual ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; c) gerando-se novos postos de trabalho e distribuindo-se renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazerem-se as demandas das próprias redes; d) garantindo-se as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Dentro desse contexto, a gestão da rede colaborativa deve ser democrática, permitindo a livre participação e respeitando os acordos firmados. Para assegurar a autogestão e a autodeterminação de cada organização e da rede como um todo, a

gestão deve possuir as seguintes características: descentralização; gestão participativa; coordenação e regionalização (MANCE, 2009).

Desde o final do século XX, verifica-se o surgimento ou propagação de práticas de colaboração solidária na economia, como, por exemplo: autogestão de empresas por trabalhadores; cooperativismo popular; *fair trade*¹⁶ ou comércio équo e solidário; organizações solidárias de certificação e etiquetagem; agricultura ecológica; consumo crítico; consumo solidário; sistemas locais de emprego e comércio; sistemas locais de troca; sistemas comunitários de intercâmbio; bancos de tempo¹⁷; sistemas de intercâmbio com moedas sociais impressas em papel ou operadas em formato digital com *SmartCards*¹⁸ ou via *website*; economia de comunhão¹⁹; sistemas de microcrédito; bancos do povo; bancos éticos; bancos comunitários; grupos de compras solidárias; movimentos de boicote; difusão de *softwares* livres; feiras solidárias; portais de Economia Solidária; comércio eletrônico solidários; entre outras (MANCE, 2009).

Mance (2009) destaca que, quando as redes colaborativas locais são estrategicamente organizadas, elas operam para atender as demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana e do direito ao bem-viver, ao mesmo tempo em que combatem as estruturas responsáveis pela pobreza e exclusão.

¹⁶ O *Fair Trade* (Comércio Justo) contribui para o desenvolvimento sustentável. Proporciona melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados.

¹⁷ É um sistema de organização de trocas solidárias. Promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços. No Banco de Tempo, troca-se tempo por tempo.

¹⁸ *SmartCard* (cartão inteligente) é um cartão geralmente semelhante em forma e tamanho a um cartão de crédito convencional que necessita de um aparelho leitor para seu funcionamento.

¹⁹ Economia de Comunhão é um movimento iniciado em São Paulo, por Chiara Lubich. Nessa economia, ocorre uma harmonia entre princípios sociais e econômicos. O lucro é dividido em três partes: reinvestimento na própria empresa; ao encontro dos necessitados; e para a formação de pessoas.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, para a realização deste trabalho, foi realizado o levantamento bibliográfico preliminar para construção da fundamentação teórica. Esse levantamento pode ser entendido como um estudo exploratório, pois tem a finalidade de proporcionar, em relação à área de estudo, a familiaridade essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa (GIL, 2002).

O material bibliográfico foi selecionado de acordo com os assuntos em questão, encontrados em livros e trabalhos científicos. Para aprofundamento do estudo pretendido, foram utilizados os mais diversos tipos de informações: dados do IBGE e do MTE, *websites* disponibilizados na internet, questionários e, por fim, a análise dos resultados adquiridos através da pesquisa.

A pesquisa realizada nesse trabalho é classificada quanto à abordagem do tipo quantitativa. Segundo Creswell²⁰ (2008 apud CRESWELL, 2010, p. 26), a pesquisa quantitativa:

É um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. O relatório final escrito tem uma estrutura fixa, a qual consiste em introdução, literatura e teoria, métodos, resultados e discussão.

Ainda, a pesquisa se classifica como do tipo descritiva em relação aos objetivos, pois pretende descrever as características de determinada população e fenômeno, bem como possui como característica a utilização de técnica padronizada de coleta de dados, o questionário (GIL, 2002).

No tocante ao procedimento técnico, houve delineamento para levantamento de dados fornecidos por pessoas. Segundo Babbie²¹ (1990 apud CRESWELL, 2010, p. 36), a pesquisa de levantamento proporciona:

Uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, de atitudes ou de opiniões de uma população, estudando uma amostra dessa população.

²⁰ Creswell, J. W. **Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research**. 3a ed. Upper Saddle River, NJ: Merrill, 2008.

²¹ Babbie, E. **Survey research methods**. 2a ed. Belmont, CA: Wadsworth, 1990.

Inclui estudos transversais e longitudinais, utilizando questionários ou entrevistas estruturadas para a coleta de dados, com a intenção de generalizar a partir de uma amostra para uma população.

Segundo relata GIL (2002, p. 51), as principais vantagens do levantamento são:

- a) conhecimento direto da realidade: à medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores;
- b) economia e rapidez: desde que se tenha uma equipe de entrevistadores, codificadores e tabuladores devidamente treinados, torna-se possível a obtenção de grande quantidade de dados em curto espaço de tempo. Quando os dados são obtidos mediante questionários, os custos tornam-se relativamente baixos;
- c) quantificação: os dados obtidos mediante levantamento podem ser agrupados em tabelas, possibilitando sua análise estatística. As variáveis em estudo podem ser quantificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos. À medida que os levantamentos se valem de amostras probabilísticas, torna-se possível até mesmo conhecer a margem de erro dos resultados obtidos.

A caracterização desta pesquisa segundo a fonte de informação é classificada como pesquisa de campo (SANTOS,1999). A pesquisa de campo se define pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (FONSECA, 2002).

O questionário é adotado para coletar informações de um grupo de pessoas sobre o problema estudado para, após uma análise quantitativa dos dados, obter as conclusões (GIL, 2002). Destaca-se que, para a presente pesquisa, foi elaborado um questionário para os representantes dos empreendimentos solidários de Cariacica e outro questionário para os participantes desses mesmos empreendimentos.

A inquietação presente neste trabalho é com a realidade vivenciada e os resultados percebidos pelos trabalhadores dos empreendimentos fundamentados na Economia Solidária. De forma complementar, foi realizado um levantamento com o objetivo de traçar as características dos empreendimentos solidários e o perfil dos seus trabalhadores.

Através da percepção das pessoas participantes dos empreendimentos solidários, a pretensão foi analisar a Economia Solidária e a sua função como alternativa ao desemprego presente em nossa sociedade. Os empreendimentos solidários são uma alternativa existente e, também, possuem como um dos seus

objetivos ser uma opção de ocupação e geração de renda. Dessa forma, o presente estudo procurou ampliar o entendimento do potencial prático desses empreendimentos não tradicionais e considerados não capitalistas.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

Os representantes foram abordados, preferencialmente, nos empreendimentos solidários em que atuam para aplicação de um dos questionários (APÊNDICE B). Em relação ao outro questionário elaborado (APÊNDICE C), os próprios representantes de cada empreendimento se colocaram à disposição para aplicarem aos seus respectivos grupos de trabalho.

O município de Cariacica foi escolhido como local da pesquisa, pois, conforme levantamento realizado (APÊNDICE A) em 07/03/2018, apresentou o maior número (32) de empreendimentos solidários no estado do ES, cadastrados no CADSOL²² (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários).

Cariacica pertence ao estado do Espírito Santo. A sede do município se localiza a uma latitude sul de 20°16'21" e uma longitude oeste de Greenwich de 40°25'05". O município possui área total de 273,0 km² que equivale a 0,6% da área do ES. Limita-se ao norte com o município de Santa Leopoldina; ao sul com Viana; a leste com Vila Velha, Serra e Vitória e a oeste com Domingos Martins. A ocupação do município de Cariacica começou no século XVII e seus primeiros desbravadores foram os jesuítas na tentativa de catequizar as tribos indígenas localizadas na região. Já os primeiros imigrantes eram de origem pomerana²³, sendo acompanhados de alemães provenientes de Santa Leopoldina e Santa Isabel (INCAPER, 2011).

²² O CADSOL foi criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para ser a identidade da Economia Solidária. Os empreendimentos cadastrados são analisados por uma comissão local e podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário, um documento emitido via internet e que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio, como programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços, assessoria e demais ações (MTE, 2018).

²³ Os pomeranos são um povo alemão originário da Pomerânia, na região do Mar Báltico, entre as atuais Alemanha e Polônia.

3.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Inicialmente, foi consultada a Gerência de Economia Solidária do Instituto de Desenvolvimento do Município de Cariacica (IDESC²⁴) com o objetivo de conhecer a situação da Economia Solidária na região e, ainda, verificar se os empreendimentos solidários cadastrados no CADSOL permaneciam em operação. A informação recebida foi que o CADSOL se encontrava desatualizado. Sendo assim, em 02/04/2018, após solicitação de apoio remetida por *e-mail*²⁵ à Gerência de Economia Solidária de Cariacica, a listagem atualizada constando 18 empreendimentos solidários em atividade no município de Cariacica foi encaminhada (ANEXO A).

Em seguida, através de contato telefônico com os representantes dos empreendimentos solidários de Cariacica (ANEXO A), foi verificado se os mesmos continuavam em operação. Caso sim, foram explicados aos representantes os objetivos aqui pretendidos. Assim, através desse primeiro contato, foi delimitado o campo de pesquisa e, também, foi iniciada a interação com os representantes e participantes dos empreendimentos.

Numa segunda fase, foram aplicados os questionários aos representantes dos empreendimentos solidários e aos seus participantes, com perguntas relacionadas às características das organizações, ao perfil do pesquisado e, finalmente, às percepções sobre a experiência de participação no empreendimento solidário.

Ressalta-se que foi elaborado um questionário para os representantes dos empreendimentos solidários (APÊNDICE B) com o objetivo de coletar informações sobre o empreendimento, bem como o perfil e a percepção dos mesmos. Já o outro questionário (APÊNDICE C) foi elaborado para os participantes, ou seja, os demais trabalhadores que não desempenham a função de representante, com o objetivo de coletar informações sobre o perfil e a percepção dos mesmos.

Já na terceira etapa foi realizada uma análise, discussão e organização dos dados coletados pelas fases anteriores.

²⁴ O IDESC é uma autarquia, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio, com autonomia técnica, financeira e administrativa, vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal. Sua finalidade é atuar como órgão gestor e executor das atividades relacionadas ao desenvolvimento de Cariacica, principalmente em pensar e desenvolver as ações estratégicas para o seu crescimento socioeconômico e urbano.

²⁵ Conhecido também como correio eletrônico. Ferramenta que permite compor, enviar e receber mensagens, textos, figuras e outros arquivos através da internet.

3.4 DESCRIÇÕES DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Durante a fase de contato inicial com os representantes dos 18 empreendimentos solidários citados na listagem encaminhada pela Gerência de Economia Solidária de Cariacica (ANEXO A), percebeu-se que 4 organizações (Associação de Idosos de Cariacica, Centro de Atenção Psicossocial Cidade, Centro de Atenção Psicossocial Moxuara e Instituto de Pesquisa e Documentação Cariaciquense) adotam a Economia Solidária como atividade complementar às suas atividades principais, ou seja, desempenham prioritariamente outras atividades não inseridas na Economia Solidária. Já uma das organizações (Fazendo Arte) dessa mesma listagem (ANEXO A) não se encontrava em operação. Pelos motivos aqui expostos, essas 5 organizações foram excluídas do universo a ser analisado.

Assim, o universo acerca dos empreendimentos solidários em operação na cidade de Cariacica passou a ser composto por 13 organizações, quantitativo auferido através da listagem encaminhada pela Gerência de Economia Solidária do município com os devidos ajustes.

Para visitação e aplicação de um dos questionários (APÊNDICE B), o tamanho da amostra considerado foi de 12 empreendimentos solidários de Cariacica (QUADRO 3) e seus respectivos representantes. Para o cálculo da amostra foram considerados os seguintes dados: 13 empreendimentos confirmados após verificação da listagem encaminhada pela Gerência de Economia Solidária de Cariacica; grau de confiança de 95%; e margem de erro de 8,2%.

Ressalta-se que houve a tentativa de analisar 100% do universo, ou seja, aplicar o questionário aos 13 empreendimentos solidários e a seus respectivos representantes. Contudo, após diversos contatos telefônicos realizados, o representante de 1 dos empreendimentos confirmados não demonstrou disponibilidade para participar da pesquisa.

Quanto aos participantes, ou seja, aqueles que não desempenham a função de representante do empreendimento, o universo considerado foi de 81 pessoas, quantitativo auferido após visita realizada aos 12 empreendimentos solidários selecionados (QUADRO 3). O tamanho da amostra considerado foi de 50 participantes para aplicação do questionário (APÊNDICE C). Nesse caso, para o cálculo da amostra foram considerados os seguintes dados: total de 81 participantes

dos empreendimentos selecionados; grau de confiança de 95%; e margem de erro de 8,7%.

Ressalta-se que, da mesma forma que com os empreendimentos, houve a tentativa de analisar 100% do universo, ou seja, aplicar o questionário aos 81 participantes dos 12 empreendimentos solidários selecionados. Contudo, após diversas tentativas, 31 participantes não se encontravam disponíveis para participar da pesquisa.

A pesquisa foi realizada durante o período de 18/04/2018 a 09/06/2018, totalizando 12 empreendimentos solidários de Cariacica, 12 representantes e 50 participantes consultados. Apesar da distinção adotada nesta pesquisa entre representante e participante, pode-se considerar tanto um quanto o outro como trabalhador do empreendimento solidário. Sendo assim, a pesquisa consultou o total de 62 trabalhadores.

Quadro 3 – Amostra - Empreendimentos Solidários de Cariacica (ES).

item	Nome do Empreendimento
1	ACAMARP - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Rosa da Penha II
2	APROAC - Associação dos Produtores de Artesanato de Cariacica
3	Alimenta Ações
4	Banco Esperança
5	Banco Sol
6	Cooblofac - Cooperativa de Produção de Blocos
7	Costumes Artes
8	Flex Vida
9	Grupo de Artesanato e Costura
10	Grupo Sete Mulheres (7M)
11	Marisol
12	Mulheres do Sol

Fonte: Autor, 2018.

3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados adotado foi o questionário. Foram utilizados dois questionários: um para os representantes dos empreendimentos solidários (APÊNDICE B); e outro para os participantes dos empreendimentos solidários (APÊNDICE C).

A abordagem mais usual é preparar uma série de perguntas sobre o tema visando indagar os indivíduos da amostra (LAVILLE; DIONNE, 1999). O questionário constitui um instrumento de pesquisa com uma série de perguntas utilizadas para levantamento de dados. As respostas podem ser dadas sem a assistência do investigador (FONSECA, 2002).

Ademais, o questionário é um meio rápido e barato de obtenção de informações, não necessita de treinamento de pessoal e garante o anonimato ao respondente (GIL, 2002). Os questionários foram elaborados com perguntas abertas e fechadas.

Também, os questionários utilizaram escalas métricas, que são normalmente chamadas de quantitativas. O objetivo é mensurar atitudes ou opiniões trazendo pontos para avaliar a intensidade com que um respondente concorda com um conjunto de afirmações. O método de Escala Likert foi utilizado. Dessa forma, conforme demonstrado no Quadro 4, foram adotados cinco pontos como fatores de avaliação.

Quadro 4 – Escala Likert de cinco pontos.

Discorda Totalmente	Discorda	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: Autor, 2018.

A vantagem da escala Likert é sua facilidade de manuseio, pois é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer (COSTA²⁶ apud DOMINGOS JUNIOR; COSTA, 2014). Ademais, a escala Likert é de fácil organização e tem uma vantagem operacional no tocante à estrutura do instrumento de pesquisa (DOMINGOS JUNIOR; COSTA, 2014).

Os questionários elaborados foram divididos em blocos. O questionário destinado aos participantes foi dividido em 8 blocos: identificação e perfil do participante; identificação do empreendimento; princípios da Economia Solidária; aspecto econômico; qualidade de vida; educação; gestão; e empregabilidade. Já o questionário destinado aos representantes foi dividido em 9 blocos: identificação e perfil do representante; identificação do empreendimento; princípios da Economia

²⁶ COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**: aplicações em administração. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

Solidária; aspecto econômico; qualidade de vida; educação; gestão; apoio e empregabilidade.

No mais, ressalta-se que, durante o período de 18/04/2018 a 20/04/2018, foi realizado um pré-teste, com aplicação de um questionário (APÊNDICE B) para 2 representantes e de outro questionário (APÊNDICE C) para 2 participantes dos empreendimentos. O critério de seleção para o pré-teste foi não probabilística por acessibilidade. Os itens dos questionários e os detalhes da experiência de respondê-los foram avaliados e discutidos individualmente com cada respondente do pré-teste.

Os questionários foram aprovados por unanimidade por todos os participantes do pré-teste, não sofrendo alterações. Após aplicação dos questionários, foi realizada a análise dos resultados, concluindo-se que seria possível alcançar os objetivos propostos desta dissertação, respondendo à questão problema do estudo. A intenção da aplicação do pré-teste foi eliminar possíveis falhas na aplicação dos questionários, evitando transtornos e permitindo que, ao final da pesquisa, os objetivos propostos neste estudo fossem alcançados.

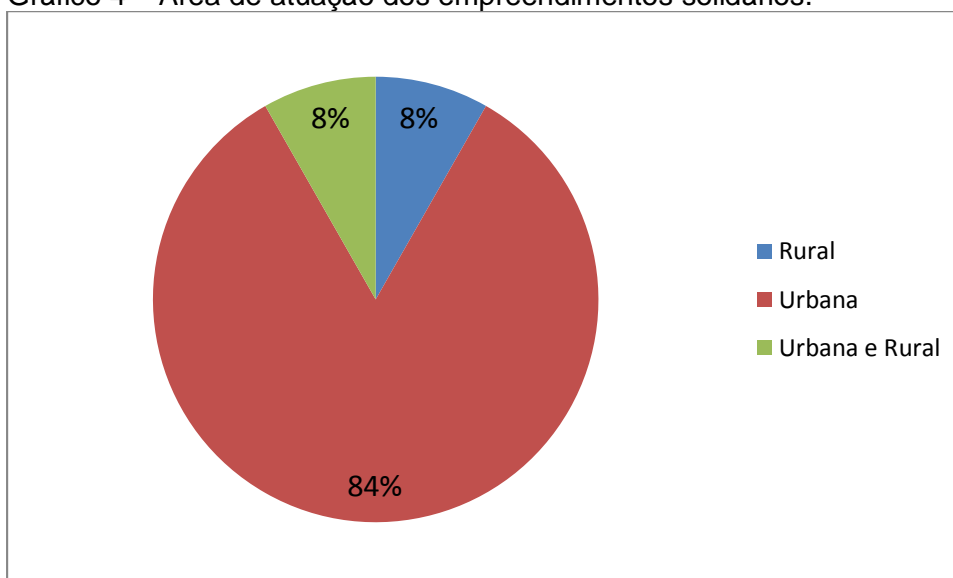
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS

Dos 12 empreendimentos solidários pesquisados, 84% atuam na área urbana, 8% atuam na área rural e 8% atuam tanto no meio urbano quanto no meio rural (GRÁFICO 4). Desse modo, verifica-se a predominância da Economia Solidária no perímetro urbano do município.

A distribuição identificada em Cariacica é diferente de mapeamentos já realizados dos empreendimentos solidários em território brasileiro. As pesquisas realizadas em todo o Brasil detectaram a predominância de empreendimentos no meio rural, muito em função das organizações da agricultura familiar que buscam diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção (IPEA, 2016).

Gráfico 4 – Área de atuação dos empreendimentos solidários.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Em relação ao questionamento sobre o empreendimento participar de alguma rede solidária²⁷, 92% dos representantes responderam que sim, participam, e 8% não responderam a pergunta (GRÁFICO 5). Conforme trata Mance (2009), a rede de

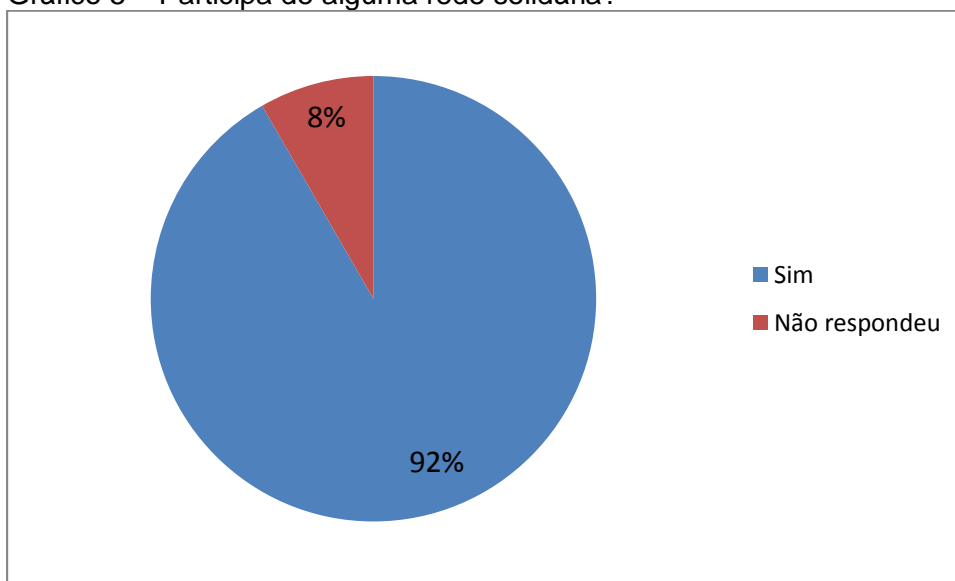
²⁷ Uma rede de economia solidária implica uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas à constituição de um circuito próprio de relações econômicas e de intercâmbio de experiências e saberes formativos (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p. 225).

colaboração solidária é elemento central da chamada revolução das redes. Considerando seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para potencializar as conexões já existentes e conectar empreendimentos solidários em um movimento de realimentação e crescimento conjunto e autossustentável.

Conforme demonstrado no Gráfico 5, constata-se que os empreendimentos pesquisados, em sua maioria, participam de redes solidárias. Ressalta-se que, ao participar dessas redes, os empreendimentos conseguem potencializar a sua sustentabilidade e o seu desenvolvimento, conforme destaca França Filho e Cunha (2009, p. 225):

[...] dois são os objetivos desse tipo de rede: permitir a sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária em particular; e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promover seu processo de desenvolvimento.

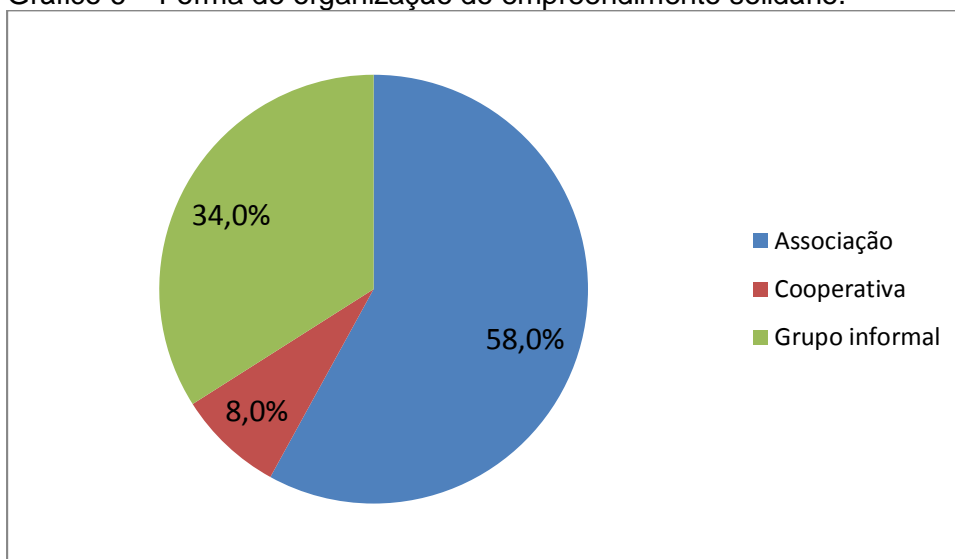
Gráfico 5 – Participa de alguma rede solidária?



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Quanto à forma de organização dos empreendimentos, 58% estão constituídos como associação, 34% como grupo informal e 8% como cooperativa (GRÁFICO 6). Desse modo, constata-se que a maioria dos empreendimentos de Cariacica pesquisados é formada por associações.

Gráfico 6 – Forma de organização do empreendimento solidário.

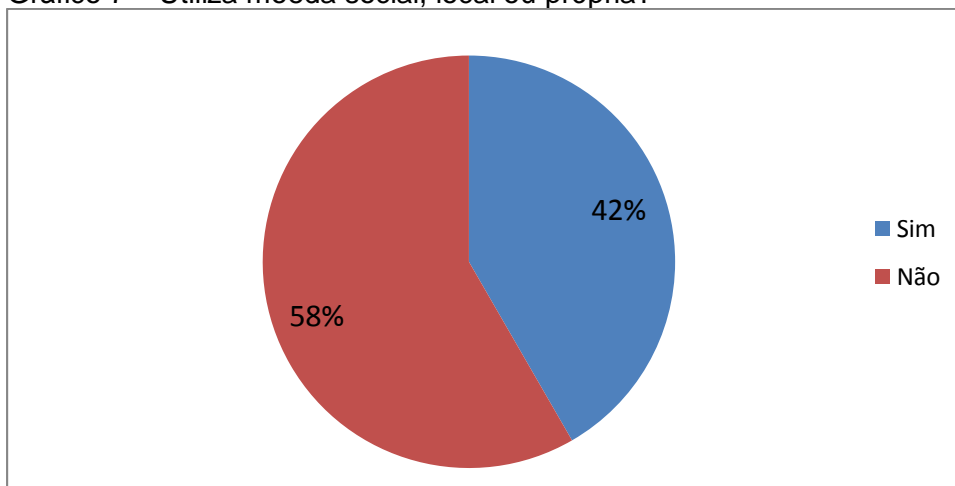


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

No Gráfico 6, a distribuição verificada se aproxima muito da realidade brasileira, pois, segundo o IPEA (2016), a forma de organização predominante dos empreendimentos solidários no Brasil é a associação, com 60%. Já 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados como cooperativas, além de um percentual residual de sociedade mercantil, com menos de 1%.

Questionado aos representantes dos empreendimentos sobre a utilização de moeda social, local ou própria, 58% responderam que não utilizam e 42% responderam que a adotam (GRÁFICO 7). Inclusive, foi verificado que um empreendimento solidário pesquisado pretende implementar a moeda solidária no formato digital.

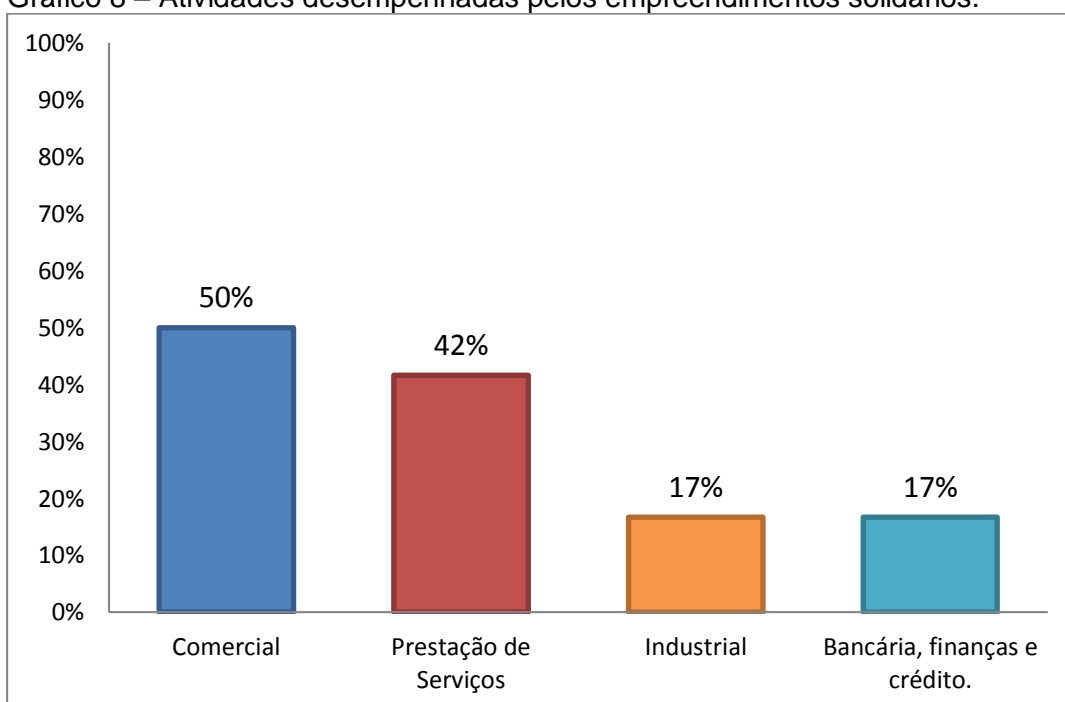
Gráfico 7 – Utiliza moeda social, local ou própria?



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Por não contar com uma moeda própria, a maioria dos empreendimentos não aproveita a oportunidade de manter os recursos na região, de incentivar o comércio local e de adicionar uma proteção a mais para viabilizar o empreendimento. Segundo Singer (2008), para garantia do compromisso básico de concederem preferência aos produtos da própria organização no gasto da receita obtida, as transações entre os participantes deveriam ser feitas com uma moeda própria. O uso dessa moeda, diferente da moeda geral do país, traria a proteção que os empreendimentos precisam para poderem se viabilizar.

Gráfico 8 – Atividades desempenhadas pelos empreendimentos solidários.



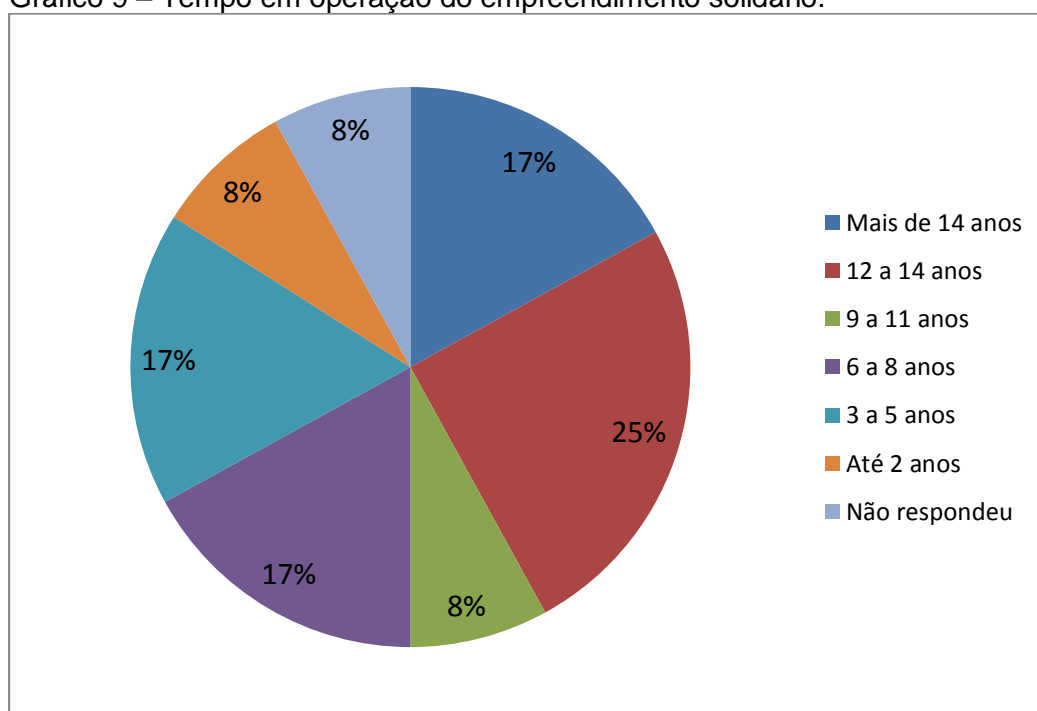
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Segundo consta no Gráfico 8, 50% dos empreendimentos exercem atividade comercial, 42% prestação de serviços, 17% atividade industrial e 17% atividade bancária, finanças ou crédito. Ressalta-se que, para esse item do questionário, foi possível o preenchimento de mais de uma resposta. Desse modo, dois empreendimentos pesquisados informaram que exercem múltiplas atividades: um realiza prestação de serviços e atividade bancária, finanças ou crédito; e o outro realiza atividade comercial, prestação de serviços e, também, atividade bancária, finanças ou crédito.

Conforme relatório do IPEA (2016), as atividades predominantes dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil são: indústria (30,6%);

agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (27,0%); comércio (17,3%); e outras atividades e serviços (13,4%). Assim, constata-se que, diferentemente dos dados nacionais, predomina o comércio e a prestação de serviços em Cariacica. Ademais, nenhum empreendimento pesquisado declarou realizar atividades agropecuárias. Essa diferença identificada em relação ao levantamento nacional pode ser atribuída ao fato do município de Cariacica pertencer à região metropolitana da Grande Vitória, ou seja, um local de comércio intenso e com elevada necessidade de prestação de serviços.

Gráfico 9 – Tempo em operação do empreendimento solidário.

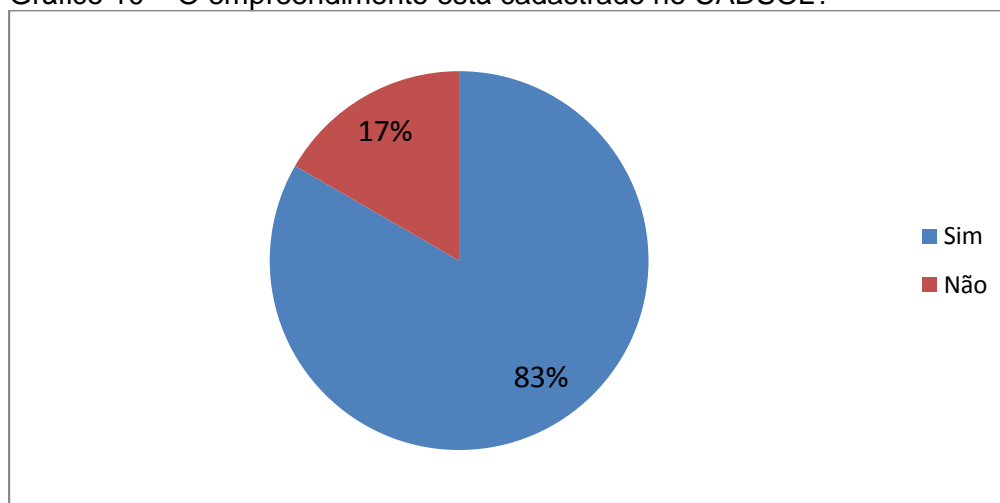


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Em relação ao tempo de vida dos empreendimentos (GRÁFICO 9), foi verificado que a maioria possui entre 12 e 14 anos. Ademais, ressalta-se a identificação de pequeno percentual (8%) com até 2 anos de existência, o que significa somente uma organização em funcionamento e criada recentemente entre 2016 e 2018.

Quanto à pergunta sobre o cadastramento do empreendimento no CADSOL do MTE, 83% responderam que estão cadastrados e 17% responderam que não (GRÁFICO 10).

Gráfico 10 – O empreendimento está cadastrado no CADSOL?



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

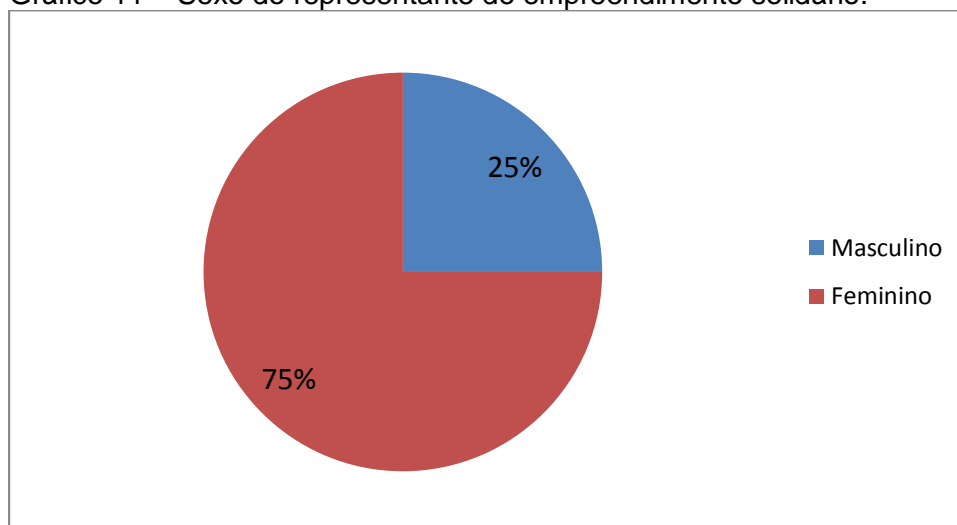
Desse modo, constata-se que nem todos os empreendimentos solidários pesquisados estão mapeados pelo cadastro nacional. Ressalta-se que esses 17%, por não constarem no CADSOL, podem não obter acesso às políticas de apoio existentes, como, por exemplo, programas públicos de financiamento, comercialização de produtos e serviços, compras governamentais e assessoria pública.

4.2 REPRESENTANTES

Dos 12 representantes dos empreendimentos pesquisados, 3 são do sexo masculino, representando 25% do montante e 9 são do sexo feminino, o que equivale a 75% do total (GRÁFICO 11). Desse modo, constata-se a prevalência de mulheres como representantes nos empreendimentos solidários de Cariacica.

Maio et al. (2012) destacam que: “as mulheres nas lideranças vêm influenciando na transformação cultural das organizações e transformando as possibilidades existentes em conquistas”. As mulheres estão, cada vez mais, desempenhando atividades nas organizações que antes eram predominantemente realizadas pelos homens. Conforme identificado por esta pesquisa, o gênero feminino desempenha relevante função nos empreendimentos solidários de Cariacica.

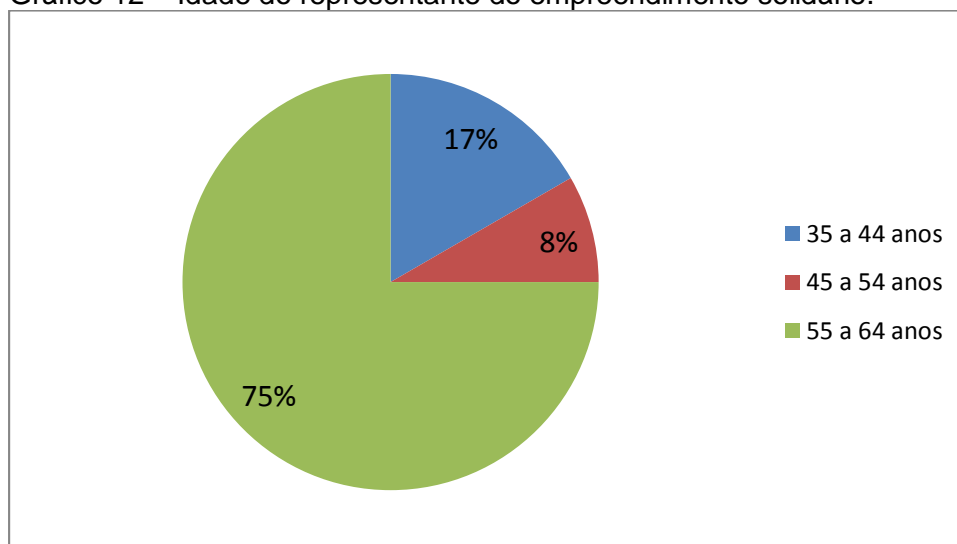
Gráfico 11 – Sexo do representante do empreendimento solidário.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Em relação à idade dos representantes, foi verificado que 75% possuem entre 55 e 64 anos, 17% entre 35 e 44 anos e os demais 8% entre 45 e 54 anos (GRÁFICO 12). Existe uma concentração de pessoas com idade elevada representando os empreendimentos pesquisados. Destaca-se que não há representantes pesquisados com menos de 35 anos.

Gráfico 12 – Idade do representante do empreendimento solidário.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

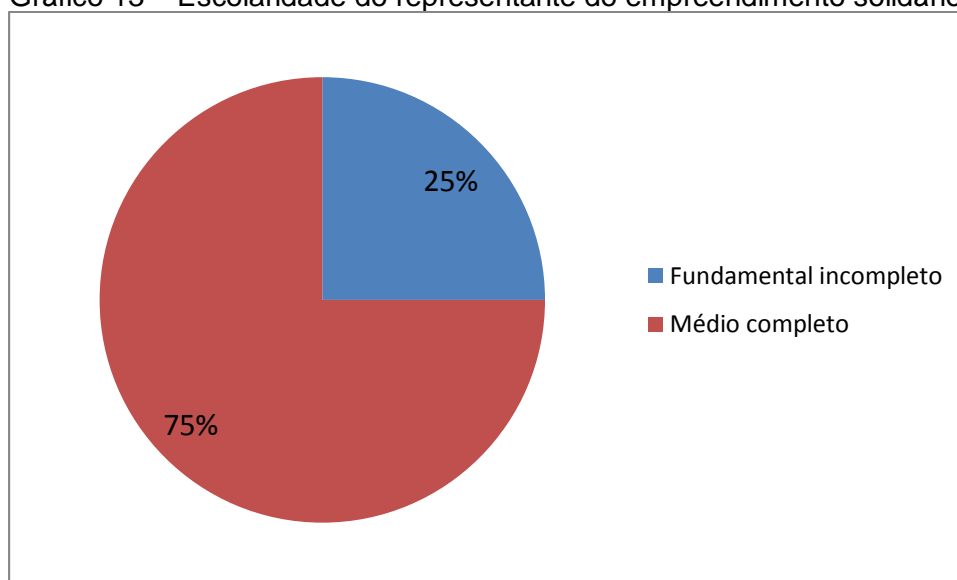
Dentro desse contexto, verifica-se que a representação dos empreendimentos em Cariacica é realizada por pessoas com extensa experiência de vida. Os muitos anos dos representantes podem significar maturidade na condução da organização e no enfrentamento dos problemas cotidianos, no entanto, também podem significar

rigidez e pouca abertura para novos modos de gerir o negócio. Conforme trata Pamplona (2003, p. 8 e 9), o fato de contar com pessoas maduras pode significar a existência tanto de facilidades quanto de dificuldades:

As pessoas mais maduras podem estabelecer ligações comerciais e sociais mais facilmente o que pode ser importante para que o negócio supere as dificuldades iniciais. Por outro lado, pessoas muito mais velhas podem ser menos diligentes, mais conformadas, possuírem mais dificuldades para suportar longas horas de trabalho e terem carência de habilidades e know-how decorrente de desatualização.

Quanto à formação escolar dos representantes, 75% do montante possuem o ensino médio completo e 25% possuem o ensino fundamental incompleto (GRÁFICO 13). Cabe destacar a ausência de representantes com ensino superior e o predomínio do ensino médio como escolaridade. Conforme trata Pamplona (2003), a maioria da literatura aponta a escolaridade como uma variável que afeta positivamente a chance de sucesso no auto-emprego²⁸. De forma análoga, para aumentar as chances de sucesso dos empreendimentos solidários em Cariacica, seria importante incentivar também o aumento da escolaridade dos seus representantes.

Gráfico 13 – Escolaridade do representante do empreendimento solidário.



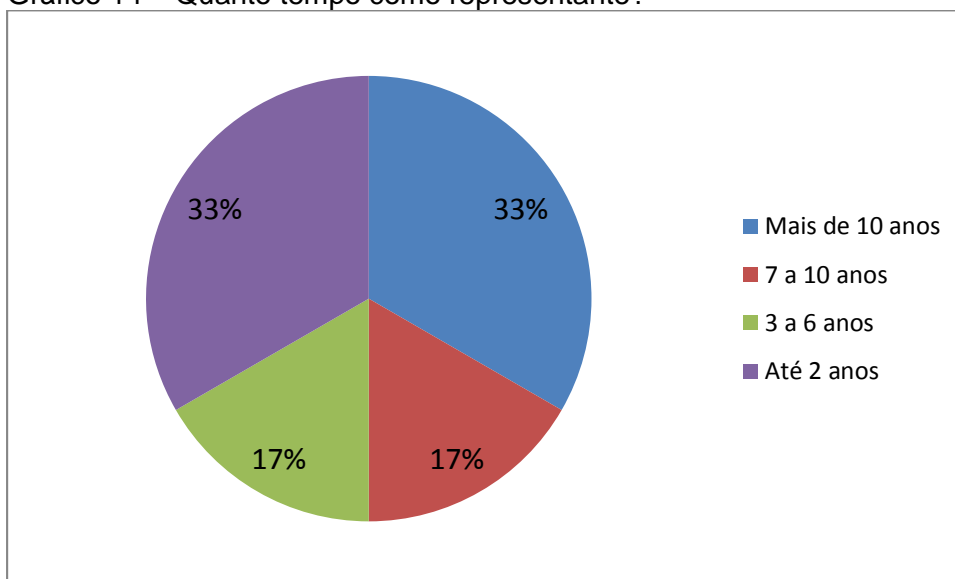
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

²⁸ A expressão “auto-emprego” é equivalente a “trabalho independente”. Também estamos admitindo que a expressão “auto-emprego” se equivale à expressão “auto-ocupação”. A expressão auto-emprego é consagrada na literatura e também expressa adequadamente a idéia apresentada por Marx de que o trabalhador independente é uma espécie de “patrão de si mesmo” que “auto-empregase como assalariado” (PAMPLONA, 2003).

Em relação ao tempo de atuação como representante, 33% dos pesquisados informaram que completaram 2 anos desempenhando a função, já 17% responderam que completaram de 3 a 6 anos, outros 17% de 7 a 10 anos e, ainda, 33% responderam que estão como representantes há mais de 10 anos (GRÁFICO 14). Constata-se que os empreendimentos de Cariacica possuem representantes experientes na mesma proporção que possuem representantes com pouco tempo desempenhando a função.

Tratando-se de empreendimentos solidários formalizados, como, por exemplo, as associações, observou-se que existe o incentivo à troca periódica do representante, ou seja, depois de decorrido um período definido, o representante é substituído. Já, quanto aos empreendimentos solidários não formalizados, como, por exemplo, os grupos informais, observou-se que esse incentivo à rotatividade, em sua maioria, não existe.

Gráfico 14 – Quanto tempo como representante?



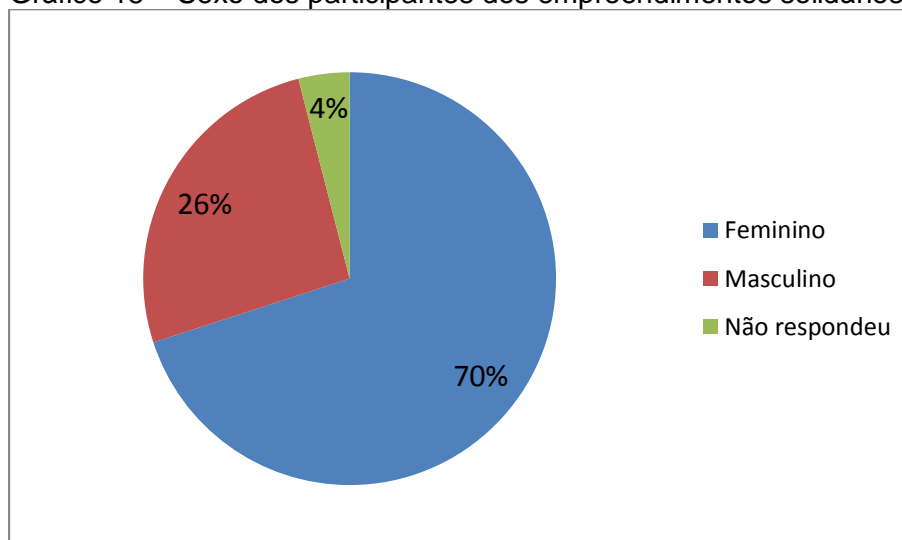
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

4.3 PARTICIPANTES

Dos 50 participantes dos empreendimentos pesquisados, 13 são do sexo masculino, representando 26% do montante, 35 são do sexo feminino, o que equivale a 70% do total, e somente 2 não responderam, o que corresponde a 4% (GRÁFICO 15). Percebe-se que, igualmente como ocorre com os representantes,

existe a prevalência das mulheres como participantes nos empreendimentos de Cariacica.

Gráfico 15 – Sexo dos participantes dos empreendimentos solidários.



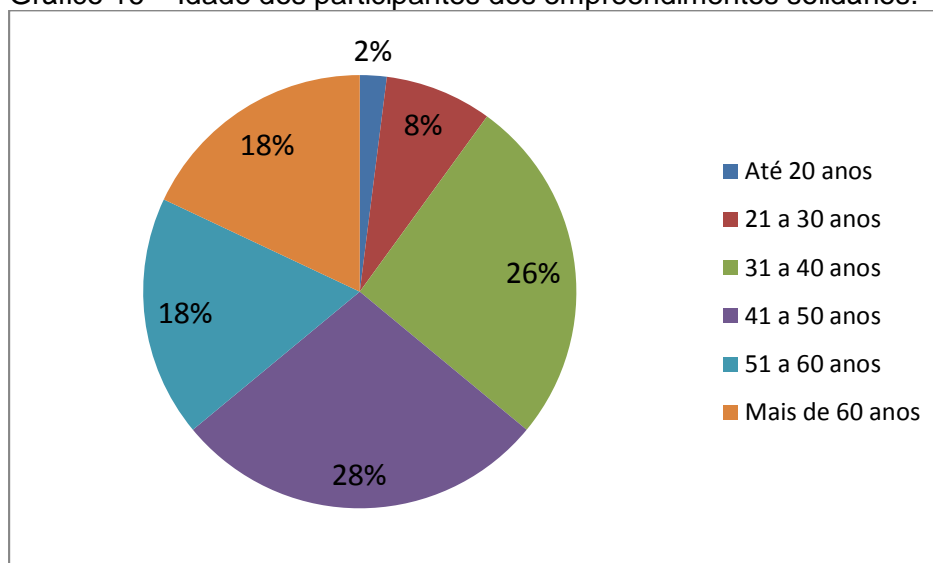
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Segundo dados coletados, a maior parte (56,4%) dos participantes de empreendimentos solidários no Brasil é composta por homens (IPEA, 2016). Em relação ao gênero, percebe-se que a situação em Cariacica é bastante diferente da realidade nacional.

Segundo Pitaguari, Santos e Camara (2012), a participação das trabalhadoras é maior nos empreendimentos solidários com até 20 pessoas. A concentração de mulheres em empreendimentos menores pode ser explicada pelo fato de que, para elas, a Economia Solidária aparece principalmente como um complemento da renda familiar e da dificuldade de conciliar o trabalho mercantil com as atividades domésticas (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012). Ressalta-se que, segundo informações coletadas, todos os empreendimentos solidários pesquisados podem ser enquadrados como pequenos, pois cada um apresenta menos de 20 trabalhadores permanentes.

Já Araújo e Antigo (2016) citam que “quanto ao sexo do indivíduo, observou-se que a razão de chance de um homem permanecer desempregado é menor do que a da mulher”. Dentro desse contexto, devido às dificuldades maiores impostas pelo mercado de trabalho, as mulheres do município de Cariacica encontraram nos empreendimentos solidários pesquisados uma alternativa de ocupação e de geração de renda.

Gráfico 16 – Idade dos participantes dos empreendimentos solidários.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

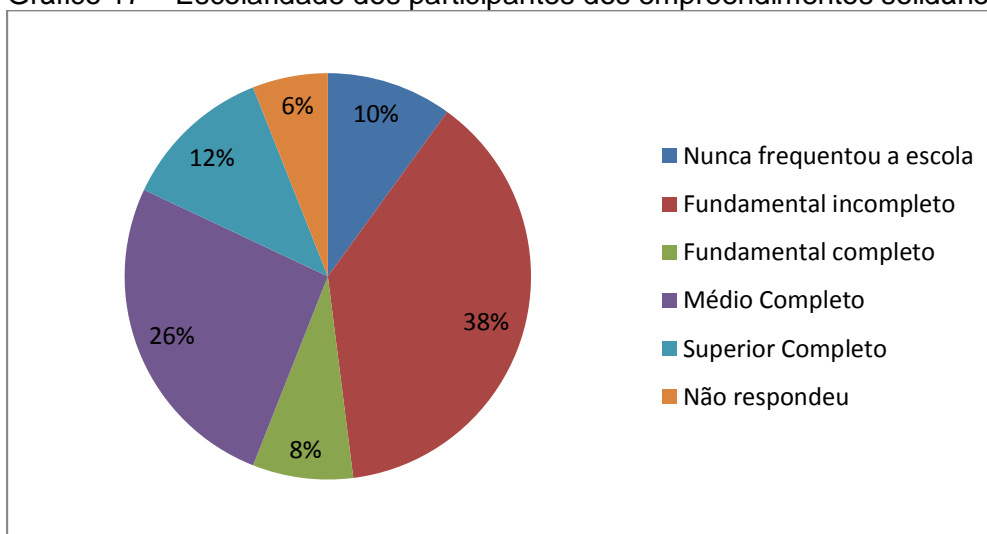
Em relação à idade dos participantes, foi verificado que 18% possuem mais de 60 anos, outros 18% entre 51 e 60 anos, 28% entre 41 e 50 anos, 26% entre 31 e 40 anos, 8% entre 21 e 30 anos e, por fim, 2% possuem até 20 anos (GRÁFICO 16). Existe uma concentração (54%) de pessoas com idade entre 31 a 50 anos participando dos empreendimentos. Ainda, cabe ressaltar que existem poucos participantes com até 30 anos de idade (10%).

O mercado de trabalho prefere, normalmente, trabalhadores jovens. Quando não apresenta a idade exigida, o trabalhador acaba sendo rejeitado pelo mercado de trabalho. Já a Economia Solidária pela sua função inclusiva se torna uma alternativa para todos os desempregados em qualquer faixa de idade.

No que se refere à formação escolar dos participantes, 38% possuem o fundamental incompleto, 26% o ensino médio completo, 12% o superior completo, 10% nunca frequentaram a escola, 8% possuem o fundamental completo e 6% não responderam (GRÁFICO 17). Percebe-se que aproximadamente metade dos pesquisados (48%) nunca frequentou a escola ou não completou o ensino fundamental.

Segundo Lima, Araújo e Pontes (2011), a predominância dos empreendimentos solidários em setores historicamente precários em termos de condições de trabalho, além de serem de baixa remuneração, concentram trabalhadores pouco escolarizados ou qualificados.

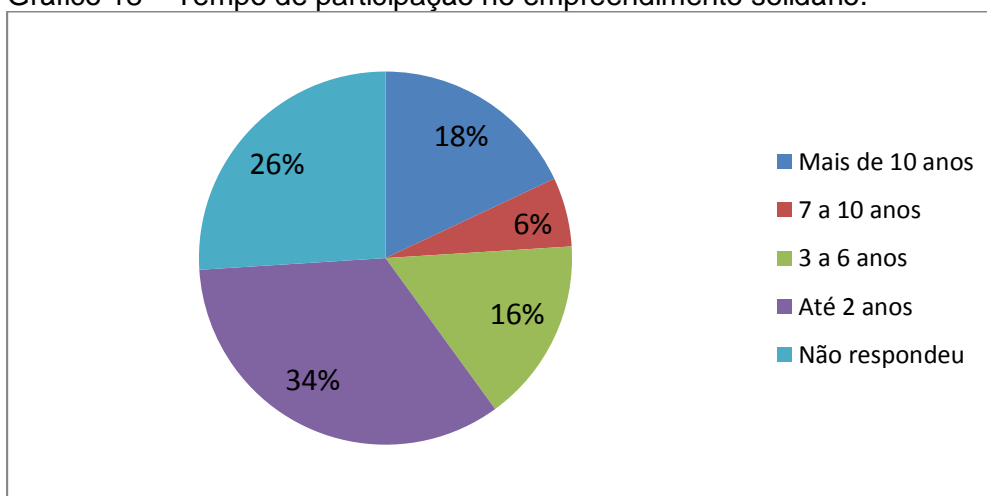
Gráfico 17 – Escolaridade dos participantes dos empreendimentos solidários.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Em relação ao tempo de participação, foi verificado que 34% dos pesquisados completaram até 2 anos de trabalho no empreendimento, já 16% completaram de 3 a 6 anos, outros 6% completaram de 7 a 10 anos, 18% responderam participar há mais de 10 anos e 26% não responderam (GRÁFICO 18). Considerando somente os que responderam, foi verificado que predomina a quantidade de participantes com pouco tempo de trabalho nos empreendimentos solidários. Essa quantidade significativa de novos trabalhadores pode ser atribuída à ampliação do número de desempregados, principalmente, nos últimos anos.

Gráfico 18 – Tempo de participação no empreendimento solidário.

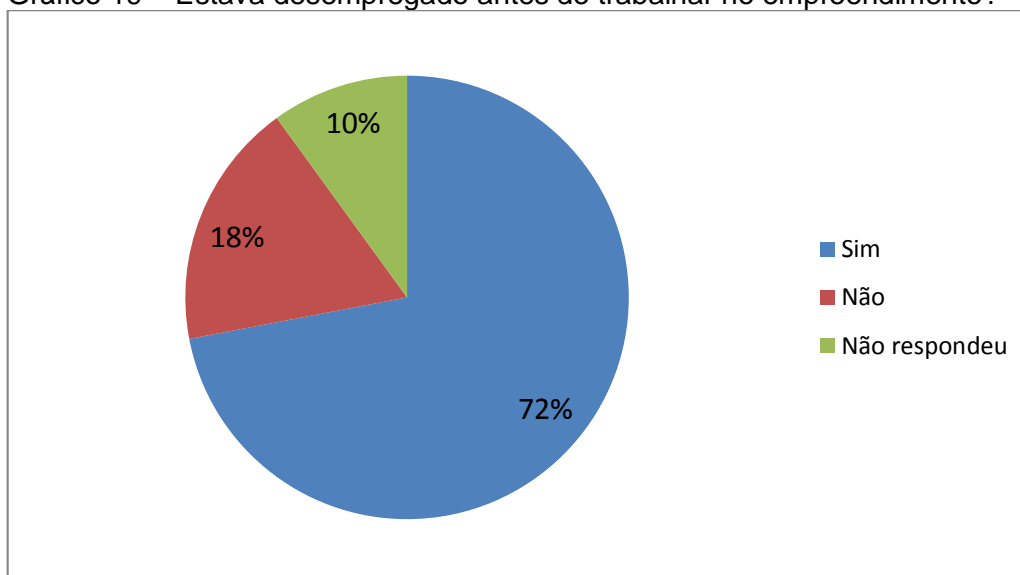


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Dentre os 50 pesquisados, 36 (72%) confirmaram que estavam desempregados antes de trabalhar no empreendimento (GRÁFICO 19). Nesse

contexto, pode-se observar que os empreendimentos solidários de Cariacica foram a alternativa de emprego encontrada por aproximadamente 3/4 dos participantes analisados.

Gráfico 19 – Estava desempregado antes de trabalhar no empreendimento?

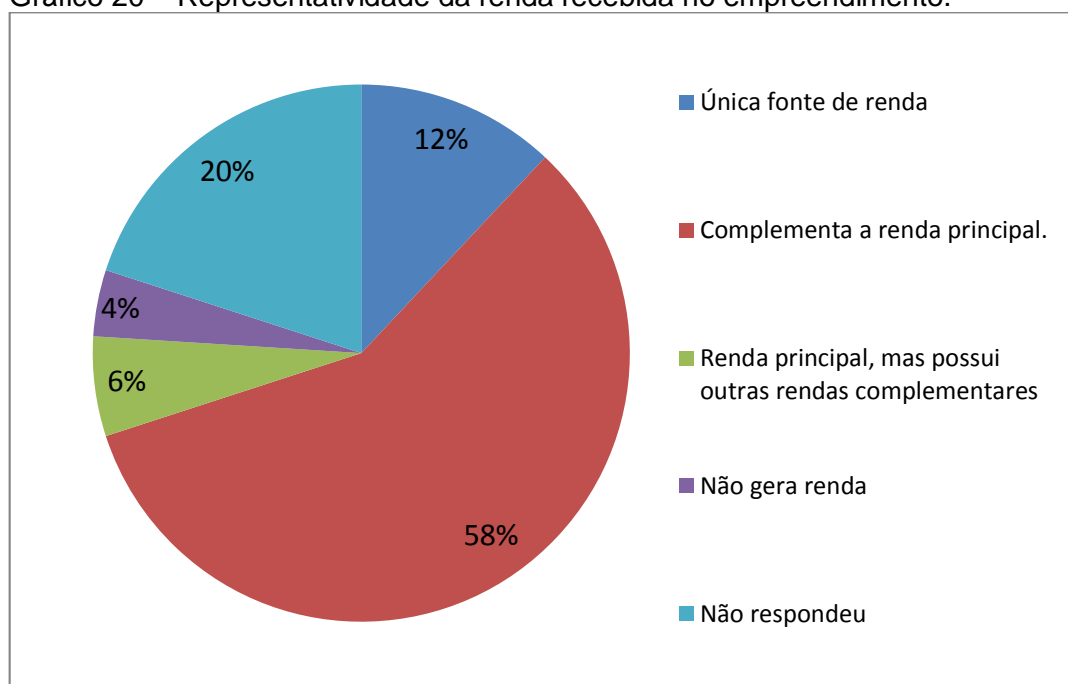


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Culti (2006) afirma que os empreendimentos solidários são compostos predominantemente por trabalhadores de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores de mercado informal, subempregados e empobrecidos. Dessa forma, confirmando a afirmação de Culti (2006), os empreendimentos de Cariacica são compostos fundamentalmente por ex-desempregados.

Em relação à representatividade do rendimento financeiro recebido no empreendimento, 58% informaram utilizar para complementar a renda principal, 20% não responderam, 12% citaram ser a única fonte de renda, 6% citaram ser o ganho principal e também possuir outras rendas complementares e, por fim, 4% informaram não receber nenhuma renda (GRÁFICO 20). Destaca-se que a maioria complementa a sua renda com o trabalho realizado no empreendimento solidário. Em muitos dos casos analisados, observou-se que o participante é aposentado, pensionista ou possui outra atividade remunerada fora do empreendimento.

Gráfico 20 – Representatividade da renda recebida no empreendimento.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

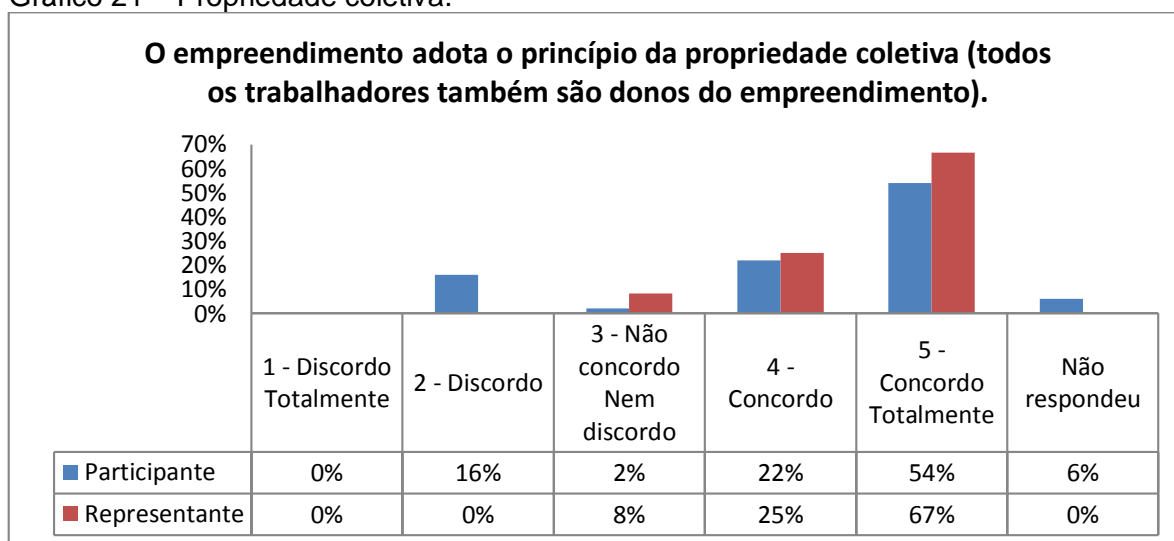
4.4 PERCEPÇÕES

4.4.1 Princípios da Economia Solidária

Foi solicitado aos pesquisados, representantes e participantes dos empreendimentos solidários, que analisassem a seguinte afirmação: o empreendimento adota o princípio da propriedade coletiva (todos os trabalhadores também são donos do empreendimento). Conforme demonstrado no Gráfico 21, verifica-se que a maioria concorda ou concorda totalmente com a frase. Contudo, 16% dos participantes responderam que discordam da afirmação e, portanto, entendem que a propriedade coletiva não é exercida no local em que trabalham. Ainda, verifica-se que o percentual de representantes (92%) concordando com a afirmação é maior que o percentual de concordantes entre os participantes (76%).

A Economia Solidária é outro modo de produção e um dos seus princípios básicos é a propriedade coletiva (SINGER, 2002). A percepção da maioria dos pesquisados é que se adota o princípio básico da propriedade coletiva nos empreendimentos solidários de Cariacica.

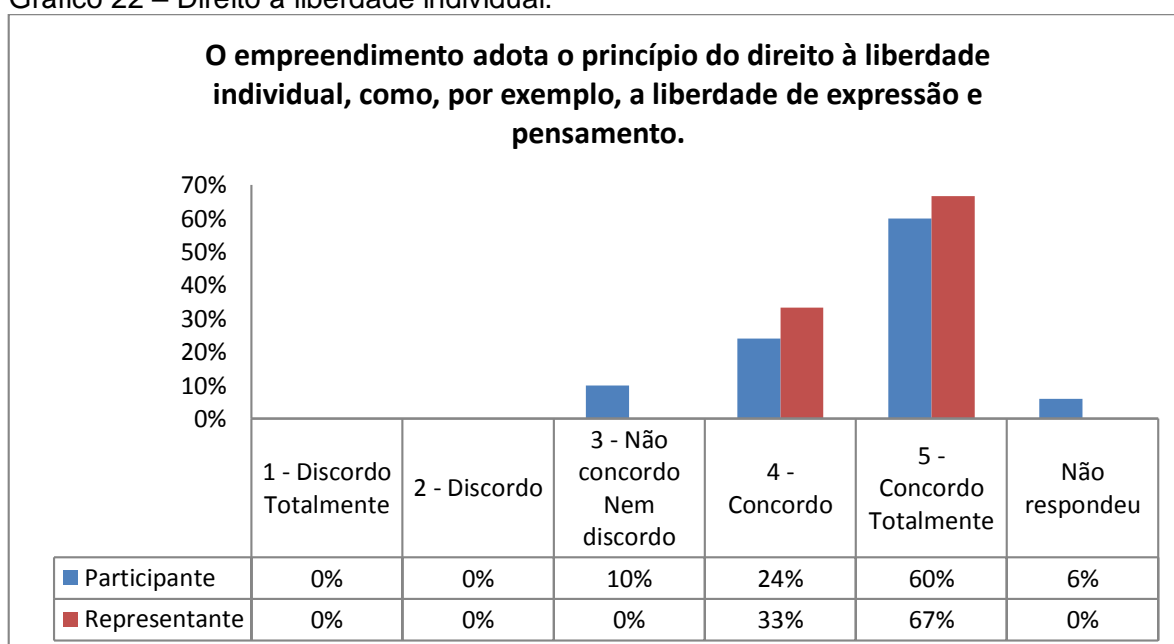
Gráfico 21 – Propriedade coletiva.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Conforme demonstrado pelo Gráfico 22, a maioria dos pesquisados concorda ou concorda totalmente com a afirmação que o empreendimento adota o princípio da liberdade individual. Analisando somente as respostas dos representantes, observa-se que todos concordam (100%), parcialmente ou totalmente, com a frase. Já 10% dos participantes informaram não concordar e nem discordar. Outra vez, o percentual de representantes (100%) que concordam com a afirmação é maior que o percentual dos participantes (84%).

Gráfico 22 – Direito à liberdade individual.



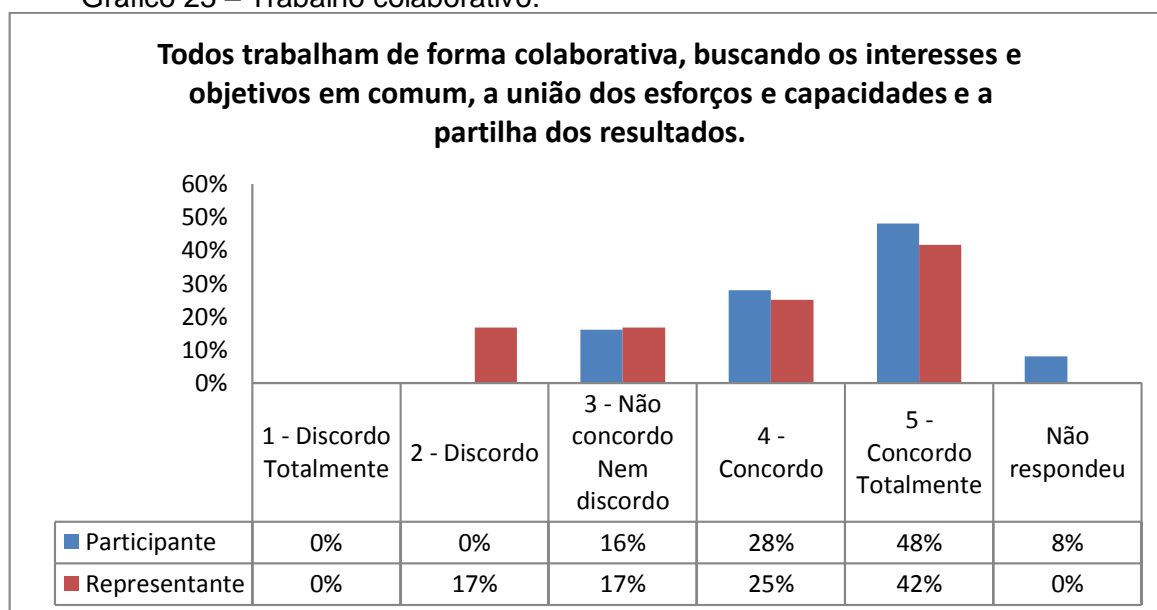
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

A Economia Solidária é um modo de produção que possui como princípio o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Constata-se, pela maioria dos pesquisados, que há o alinhamento dos empreendimentos de Cariacica com o princípio do direito à liberdade individual presente na Economia Solidária.

Os pesquisados foram solicitados a analisar a seguinte afirmação: todos trabalham de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades e a partilha dos resultados (GRÁFICO 23). A maioria respondeu que concorda totalmente. Contudo, uma parte considerável dos pesquisados respondeu que não concorda e nem discorda. Também, existem 17% dos representantes que discordaram da frase. Desta vez, diferente das duas análises anteriores, o percentual de representantes (67%) que concorda com a afirmação é menor que o percentual dos participantes (76%).

No princípio da cooperação da Economia Solidária, ao invés de competir, as pessoas devem trabalhar de forma colaborativa e buscar os mesmos objetivos (MTE, 2017).

Gráfico 23 – Trabalho colaborativo.

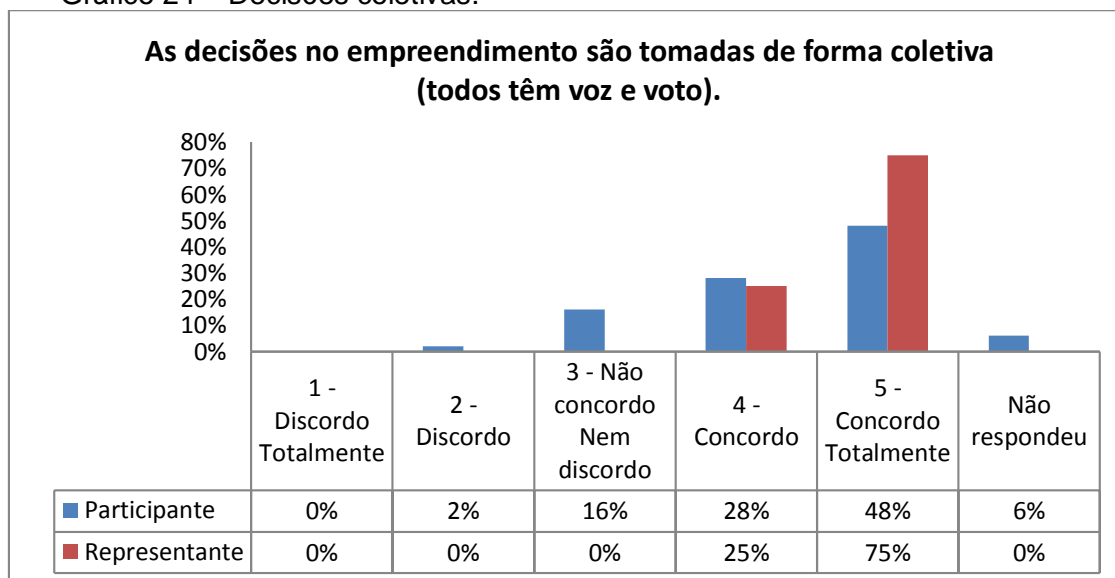


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Segundo Gaiger (2009), o conceito de empreendimento econômico solidário compreende modalidades de organizações econômicas, originadas da livre associação de trabalhadores e nas quais a cooperação funciona como sustento da sua eficiência e viabilidade. Conforme dados dispostos no Gráfico 23, a cooperação,

princípio essencial para a Economia Solidária, é percebida pela maioria dos pesquisados. No entanto, ressalta-se que 17% dos representantes responderam não concordar que todos trabalham de forma colaborativa no empreendimento.

Gráfico 24 – Decisões coletivas.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

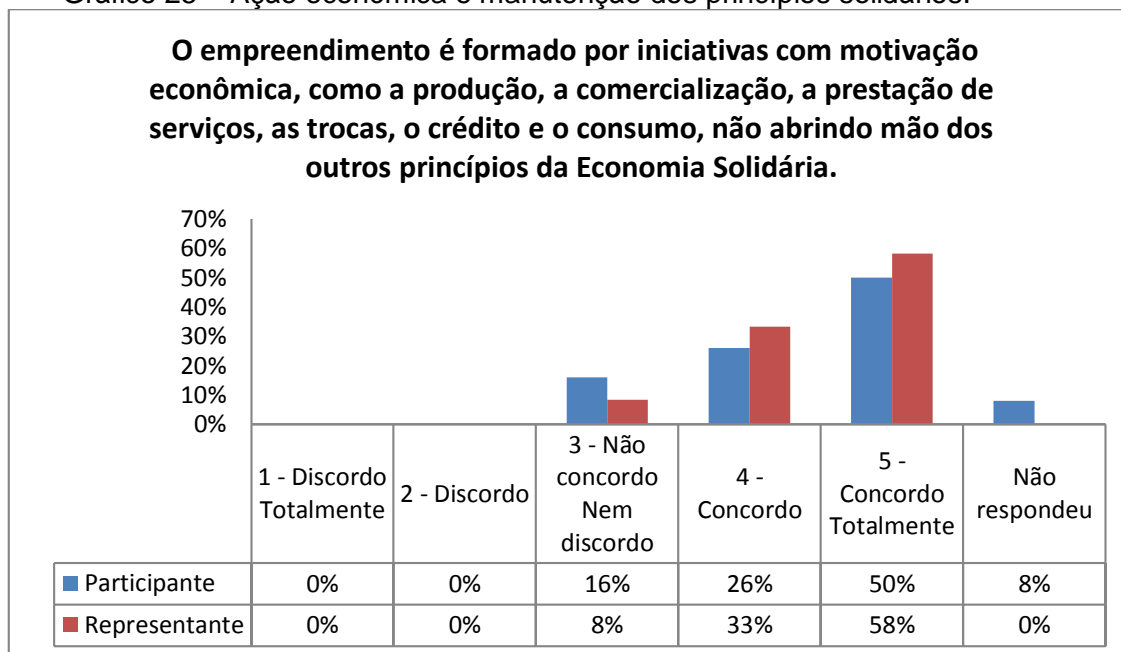
Os representantes informaram que concordam (25%) ou concordam totalmente (75%) que as decisões no empreendimento são tomadas de forma coletiva (GRÁFICO 24). Já a maioria dos participantes concordou (28%) ou concordou totalmente (48%) com a afirmação apresentada sobre todos terem voz e voto no empreendimento.

O princípio da autogestão presente na Economia Solidária define que decisões nos empreendimentos devem ser tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo (MTE, 2017). Assim, conforme percepção da maioria dos pesquisados, percebe-se que prevalece a autogestão nos empreendimentos solidários de Cariacica.

Foi solicitado aos pesquisados que analisassem a seguinte frase: o empreendimento é formado por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo, não abrindo mão dos outros princípios da Economia Solidária. As repostas foram, em grande parte, concordantes. Destaca-se que não existem repostas discordantes em relação à afirmação entre todos os pesquisados. Ainda, conforme

demonstrado no Gráfico 25, os representantes (92%) possuem repostas concordantes em percentual maior de que os participantes (76%).

Gráfico 25 – Ação econômica e manutenção dos princípios solidários.

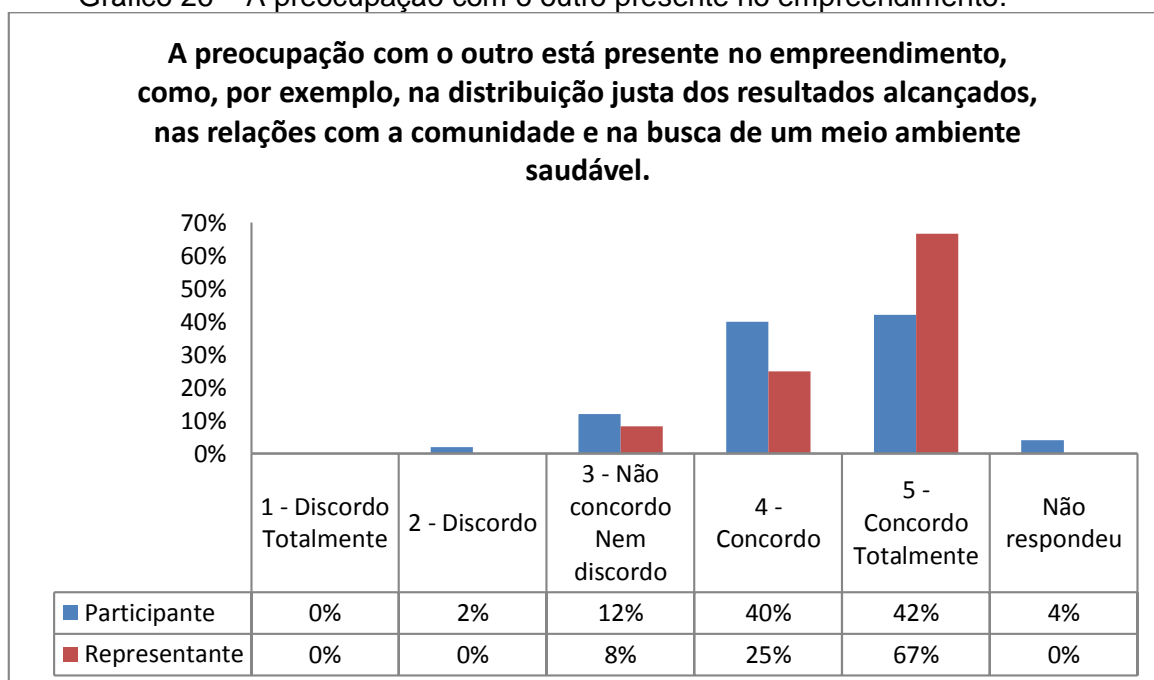


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

O princípio da ação econômica é quando o empreendimento solidário, sem deixar de lado os demais princípios da Economia Solidária, realiza atividades com motivação econômica, como, por exemplo, a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo (MTE, 2017). Na percepção da maioria dos pesquisados, o princípio da ação econômica é seguido pelos empreendimentos solidários em Cariacica.

Os pesquisados avaliaram sobre a preocupação com outro dentro do empreendimento solidário. A maioria dos representantes respondeu que concorda totalmente com a seguinte afirmação: a preocupação com o outro está presente no empreendimento, como, por exemplo, na distribuição justa dos resultados alcançados, nas relações com a comunidade e na busca de um meio ambiente saudável (GRÁFICO 26). Já, quanto aos participantes, há uma divisão entre os que somente concordam e os que concordam totalmente. Quando comparamos os dois grupos pesquisados, pode-se observar que existe uma concordância maior entre os representantes do que entre os participantes. Ainda, consta um pequeno percentual (2%) dos participantes que discordam da afirmação apresentada.

Gráfico 26 – A preocupação com o outro presente no empreendimento.



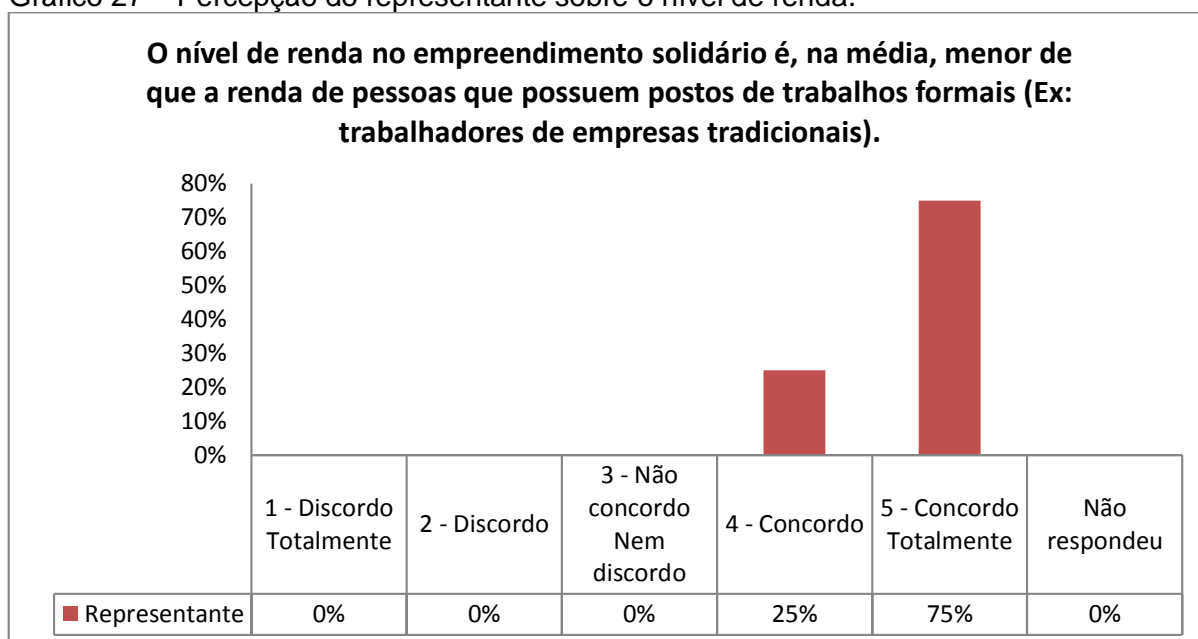
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

O princípio da solidariedade é quando a preocupação com o outro está presente de várias formas na Economia Solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável (MTE, 2017). Assim, conforme respostas da pesquisa, verifica-se que o princípio da solidariedade é percebido tanto pela maioria dos representantes quanto pela maioria dos participantes.

4.4.2 Aspecto Econômico

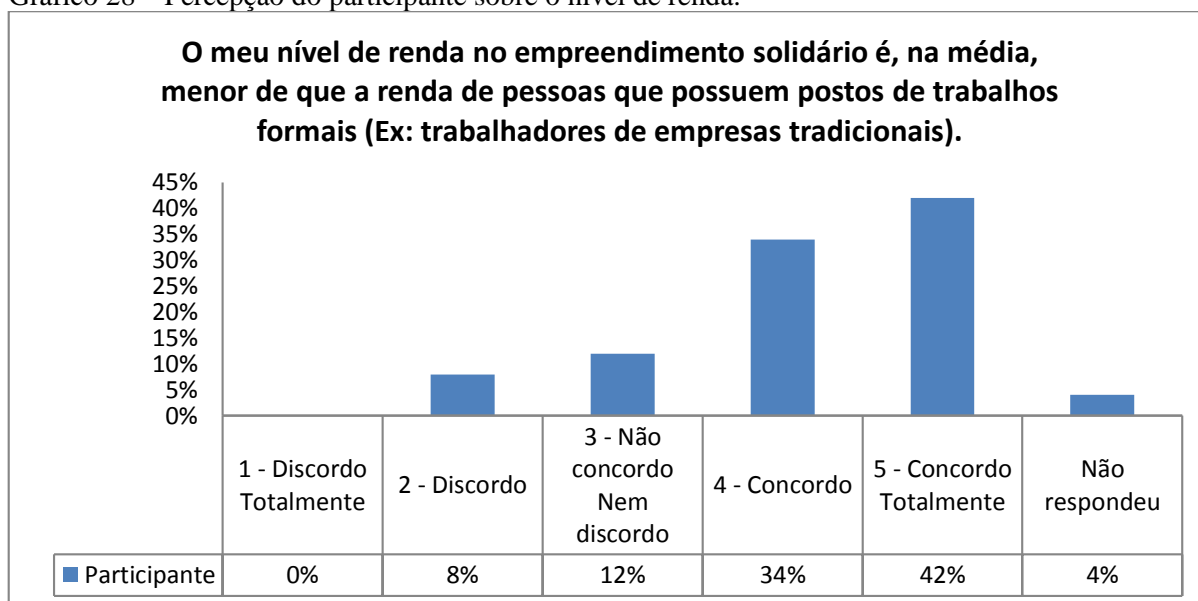
Conforme demonstrado nos Gráficos 27 e 28, é expressiva a concordância dos pesquisados de que o nível de renda dos trabalhadores no empreendimento solidário é menor que de outros trabalhadores de empresas tradicionais e capitalistas. Os dados aqui levantados confirmam a constatação realizada por Schütz (2008) de que a renda das pessoas que sobrevivem de empreendimentos solidários é, na média, menor de que das pessoas que possuem postos de trabalhos formais.

Gráfico 27 – Percepção do representante sobre o nível de renda.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 28 – Percepção do participante sobre o nível de renda.



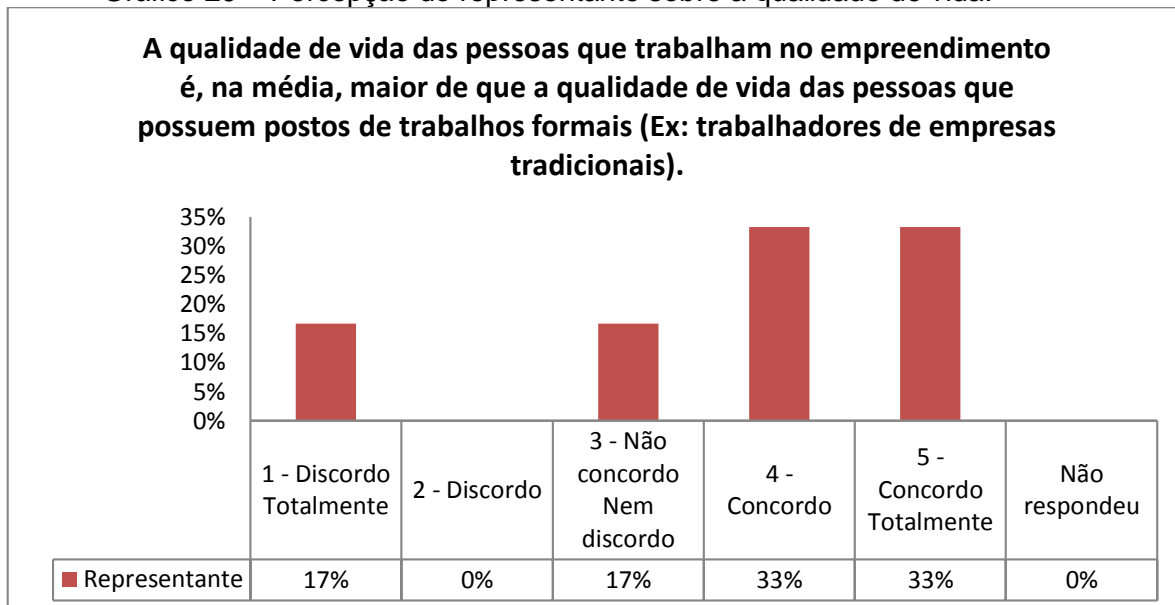
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

4.4.3 Qualidade de Vida

A maioria dos participantes da pesquisa, representantes e participantes, concorda ou concorda totalmente que a qualidade de vida das pessoas do empreendimento solidário é, na média, maior que das pessoas ocupantes de trabalhos convencionais. Contudo, através dos Gráficos 29 e 30, percebe-se que

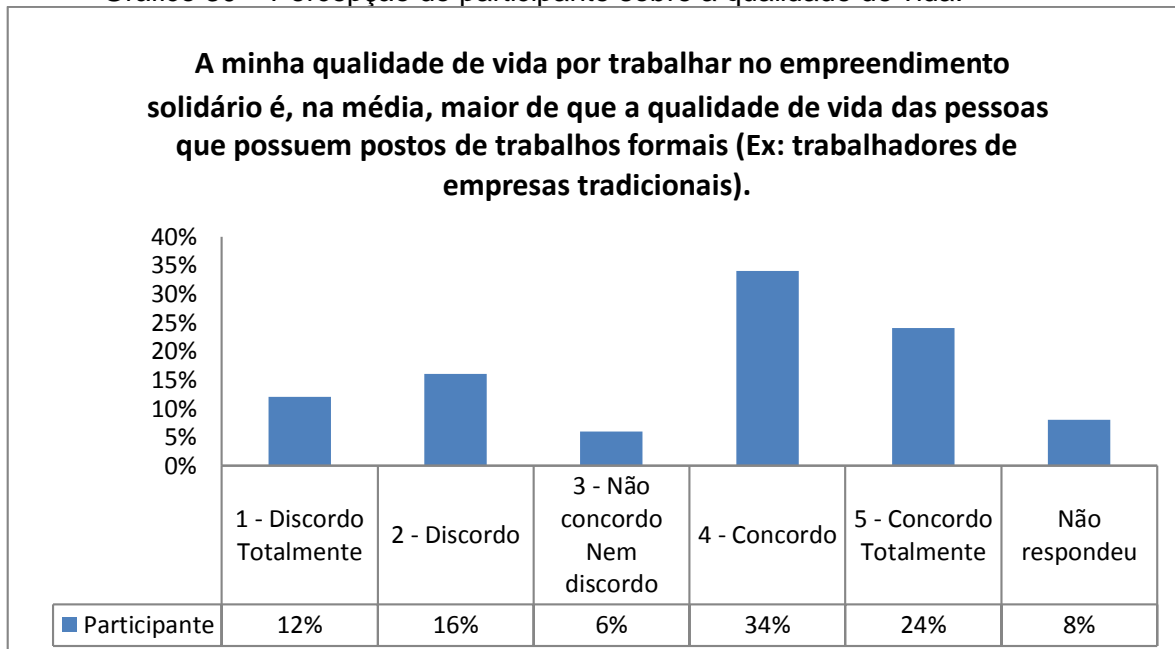
praticamente 1/3 dos pesquisados não concorda e nem discorda, discorda ou discorda totalmente da afirmação.

Gráfico 29 – Percepção do representante sobre a qualidade de vida.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 30 – Percepção do participante sobre a qualidade de vida.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Conforme Schütz (2008), a Economia Solidária torna possível o bem-viver das pessoas, representa uma alternativa qualitativamente diferente e reacende a esperança dos excluídos. O êxito está em apresentar soluções melhores que as

capitalistas para o bem-viver. Já Singer (2002) aborda que a Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar uma vida melhor às pessoas.

Assim, confirmando Schütz (2008) e Singer (2002), a maioria dos pesquisados entende que o trabalho realizado no empreendimento solidário proporciona melhor qualidade de vida. Contudo, é importante ressaltar que parcela considerável dos pesquisados não tem a mesma percepção, totalizando 34% dos representantes e 34% dos participantes.

4.4.4 Educação

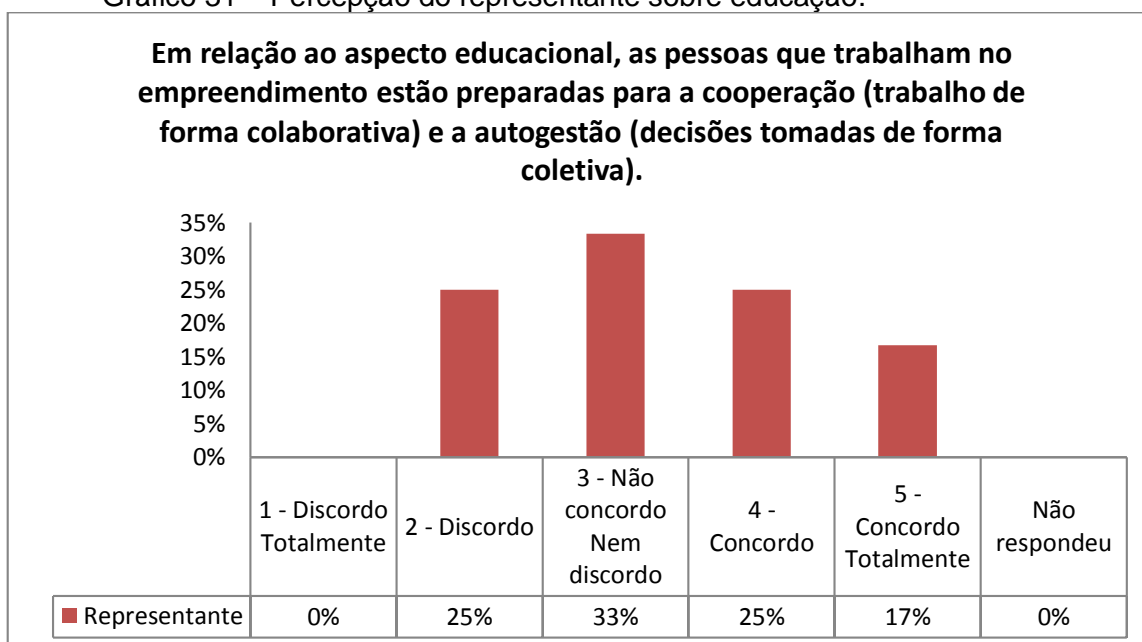
A Economia Solidária tem um componente educativo. A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista (GADOTTI, 2009).

Os representantes dos empreendimentos avaliaram a seguinte afirmação: em relação ao aspecto educacional, as pessoas que trabalham no empreendimento estão preparadas para a cooperação (trabalho de forma colaborativa) e a autogestão (decisões tomadas de forma coletiva). Conforme dados demonstrados no Gráfico 31, a maioria dos representantes (33%) citou que não concorda e nem discorda da frase.

Já os participantes foram solicitados a avaliar se sentiam preparados para trabalhar em um empreendimento solidário voltado para a cooperação e a autogestão. Analisando os dados dispostos no Gráfico 32, observa-se que concordo totalmente foi a resposta da maioria dos participantes (44%).

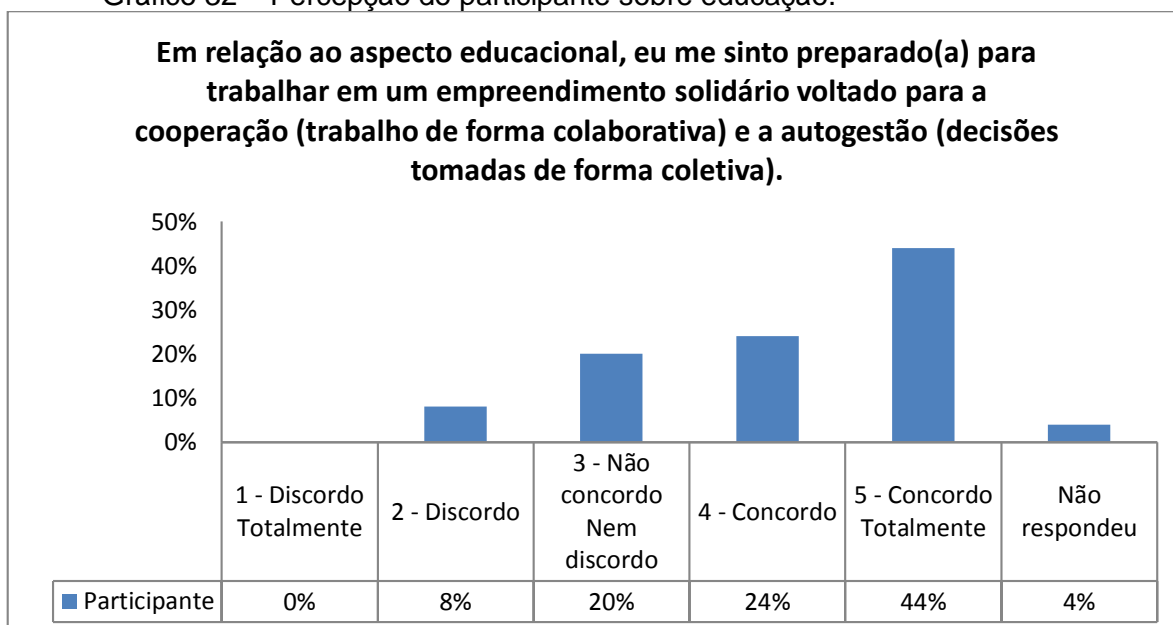
Através dos dois gráficos apresentados a seguir, observa-se que a percepção dos representantes é diferente da percepção dos participantes. As respostas dos representantes se concentraram na neutralidade, não concordo e nem discordo. Quanto aos participantes, as respostas coletadas se concentraram na concordância total com a afirmação apresentada.

Gráfico 31 – Percepção do representante sobre educação.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 32 – Percepção do participante sobre educação.

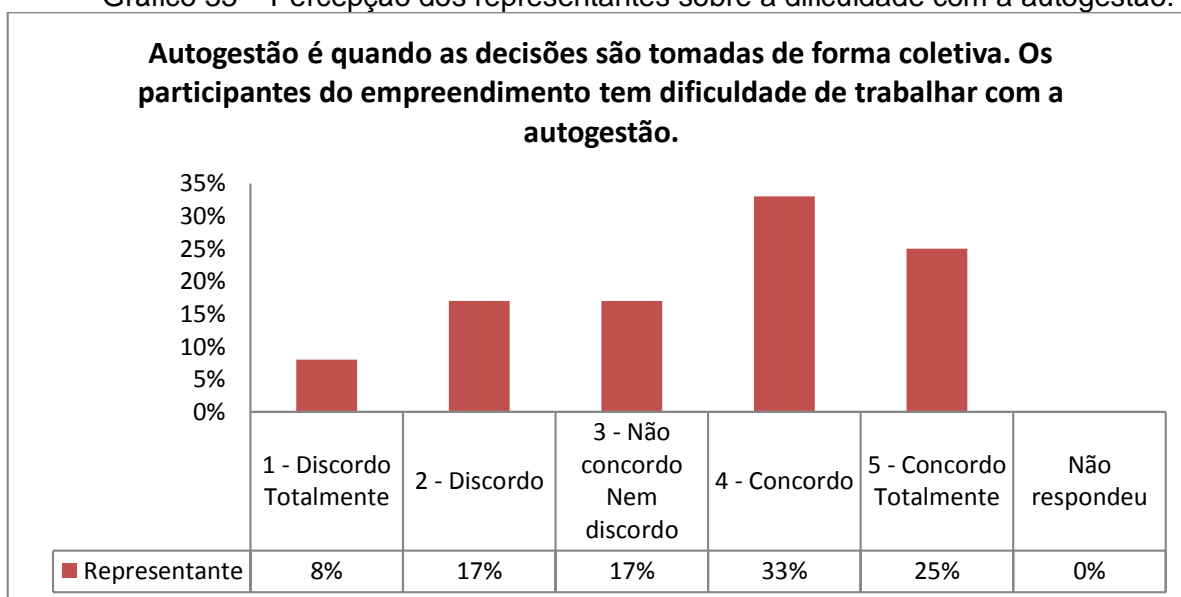


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

4.4.5 Gestão

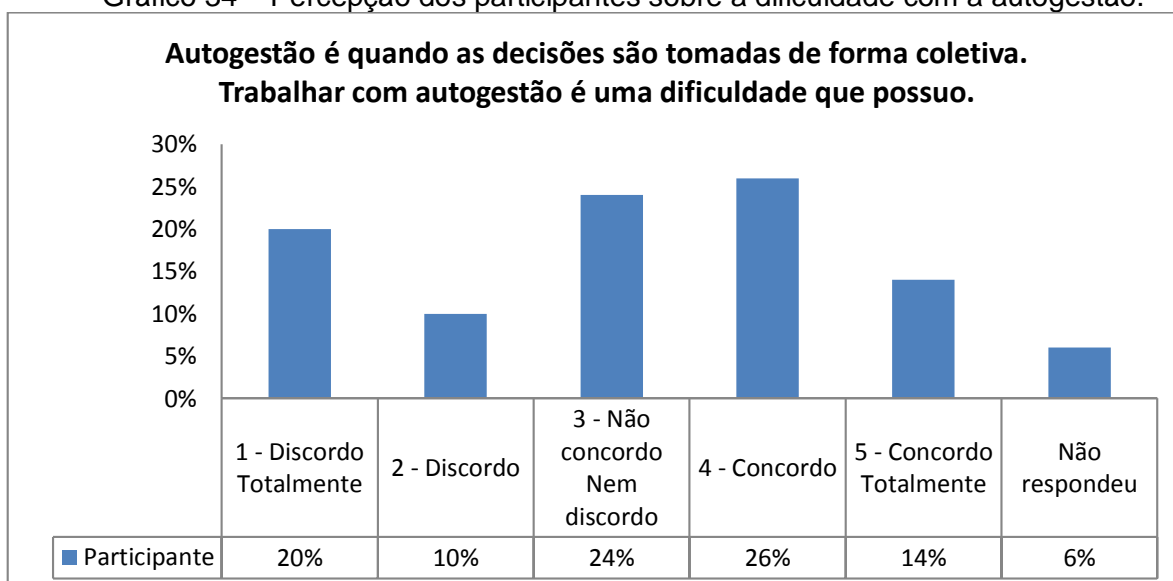
Conforme demonstrado no Gráfico 33, há uma divisão das respostas dos representantes ao analisarem a frase citando a dificuldade dos participantes do empreendimento de trabalharem com a autogestão. Contudo, cabe ressaltar que a maioria das respostas foi de concordância com a afirmação apresentada (33%).

Gráfico 33 – Percepção dos representantes sobre a dificuldade com a autogestão.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 34 – Percepção dos participantes sobre a dificuldade com a autogestão.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Já os participantes dos empreendimentos, ao avaliar a dificuldade de trabalhar com a autogestão, responderam também de forma dividida. Porém, conforme demonstrado no Gráfico 34, a maioria (26%) somente concordou com o fato de possuir essa dificuldade. Ainda, destaca-se o percentual expressivo (24%) dos participantes que não concordaram e nem discordaram da frase.

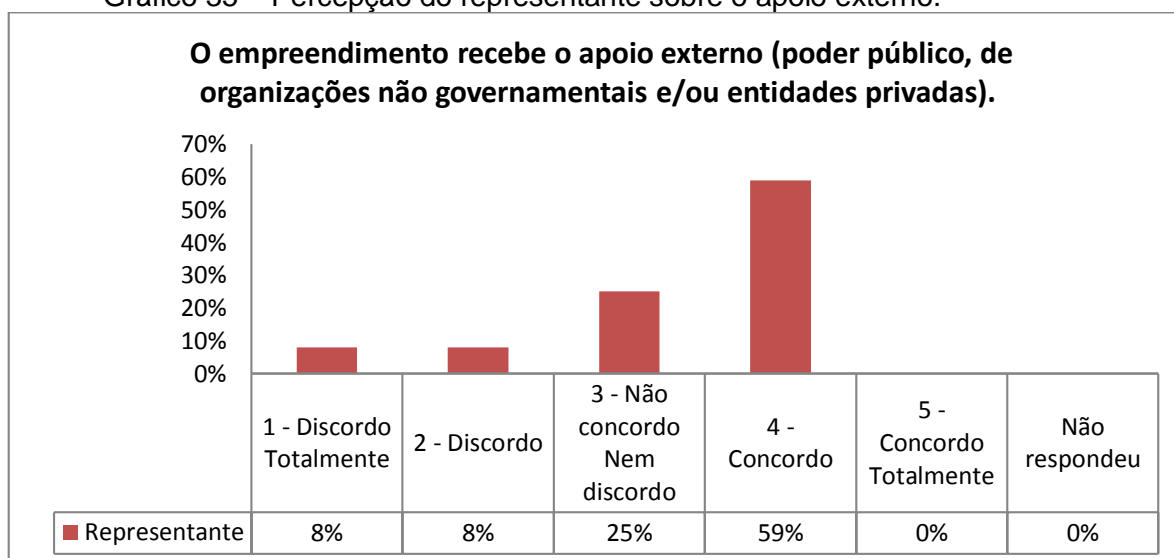
A autogestão é uma das dificuldades dos trabalhadores envolvidos, pois se comprometer como o processo de gestão pode ser uma experiência tida como acima da capacidade (VERONESE, 2008). Mesmo com a maioria dos pesquisados

concordando que possui dificuldade com a autogestão, há um número substancial de respostas neutras, somente discordando ou discordando totalmente. Portanto, essa dificuldade com a autogestão, apesar de existente, não demonstra ser unanimidade nos empreendimentos solidários de Cariacica.

4.4.6 Apoio

Os representantes pesquisados foram solicitados a analisar quanto ao recebimento de apoio externo (GRÁFICO 35). Em relação ao poder público, organizações não governamentais e/ou entidades privadas, a maioria respondeu que concorda com a afirmação que recebem esse apoio (59%). Outro ponto a destacar é o fato de nenhum representante ter respondido que concordava totalmente com a afirmação apresentada.

Gráfico 35 – Percepção do representante sobre o apoio externo.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Singer (2008) destaca a importância da cooperativa de Economia Solidária contar com o apoio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Esse patrocínio conferirá o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados.

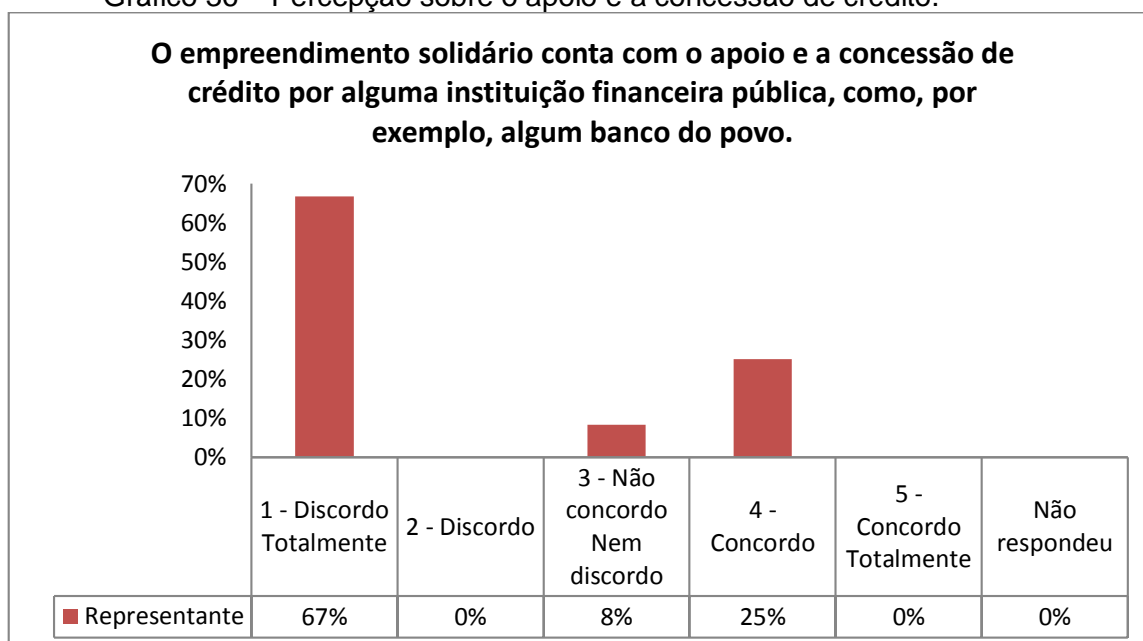
Conforme demonstrado no Gráfico 36, parcela significativa dos representantes (67%) discordou totalmente quanto ao recebimento de apoio e a

concessão de crédito por instituição financeira pública, como, por exemplo, um banco do povo. O apoio do poder público é crucial para erguer instituições de ajuda, dentre as quais a mais importante o banco do povo, para garantir crédito àqueles que não têm propriedade para oferecer como garantia (SINGER, 2008).

Através da percepção da maioria dos representantes, foi demonstrado que o poder público, organizações não governamentais e/ou entidades privadas prestam apoio aos empreendimentos. Porém, como as repostas não foram totalmente concordantes, pode-se deduzir que esse apoio poderia ser em maior escala.

Em relação ao apoio e a concessão de crédito por instituição financeira pública, ressalta-se que só são percebidos por uma minoria dos pesquisados. Desse modo, o apoio crucial defendido por Singer (2008) de uma das instituições mais importantes, o banco do povo, não é percebida, em grande parte, nos empreendimentos solidários de Cariacica.

Gráfico 36 – Percepção sobre o apoio e a concessão de crédito.

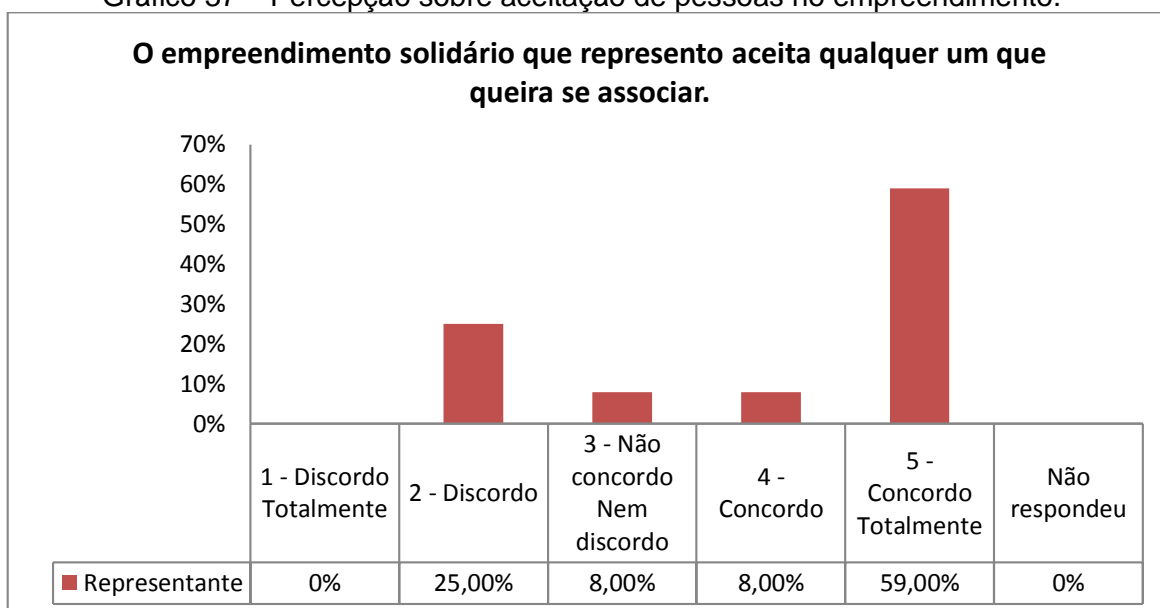


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

4.4.7 Empregabilidade

Os representantes analisaram quanto ao empreendimento solidário aceitar qualquer um que queira se associar. Conforme demonstrado no Gráfico 37, 59% concordaram, 8% somente concordaram, 8% responderam de forma neutra e 25% somente discordaram da afirmação apresentada.

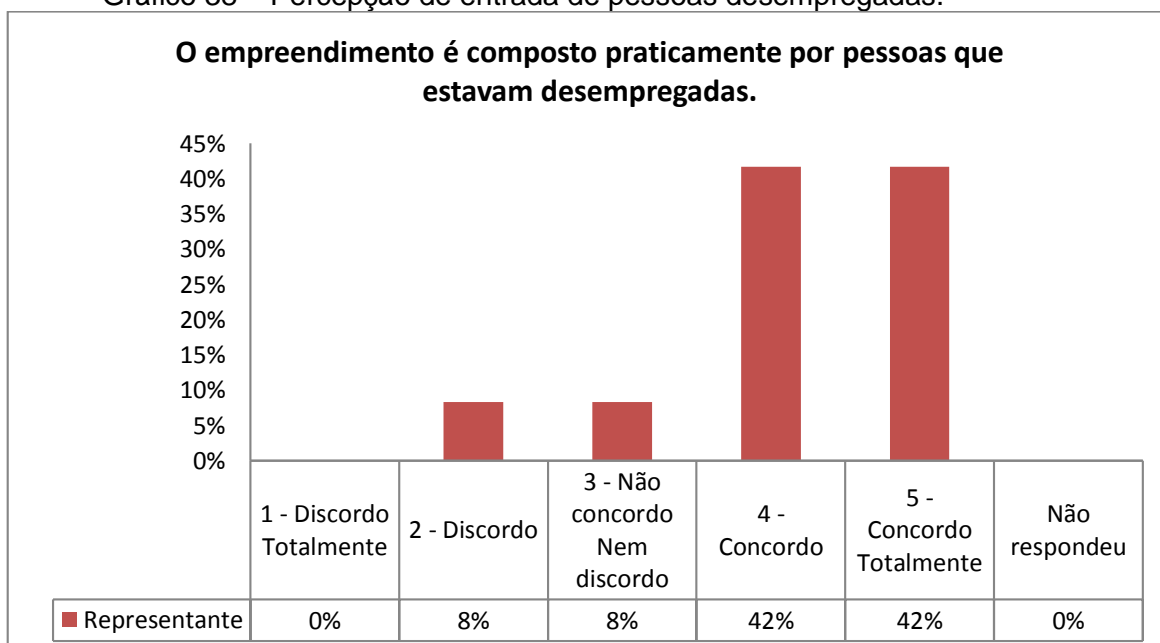
Gráfico 37 – Percepção sobre aceitação de pessoas no empreendimento.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Singer (2008) aborda que os empreendimentos devem aceitar em princípio qualquer um que queira se associar, principalmente, para resolver o problema do desemprego. Segundo dados levantados, percebe-se que, em sua maioria, os empreendimentos solidários de Cariacica se encontram de portas abertas para novos membros.

Gráfico 38 – Percepção de entrada de pessoas desempregadas.



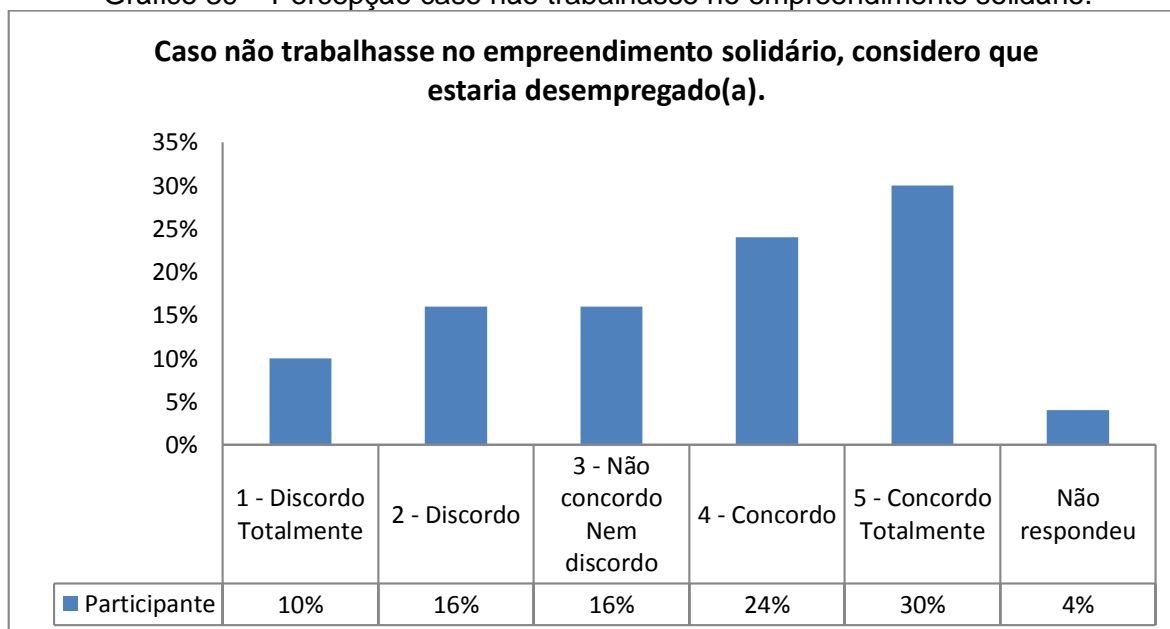
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Quanto ao empreendimento ser composto praticamente por pessoas que estavam desempregadas, parcela majoritária dos representantes concorda (42%) ou concorda totalmente (42%) com essa afirmação (GRÁFICO 38).

Já a maior parte dos participantes concorda (24%) ou concorda totalmente (30%) que estaria desempregado caso não trabalhasse no empreendimento solidário (GRÁFICO 39). Apesar de em menor número, observa-se presença expressiva de respostas neutras (16%), somente discordando (16%) ou discordando totalmente (10%).

Singer (2008) destaca que, para resolver o problema do desemprego, é necessário oferecer aos excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa. O autor Goerck (2010) afirma que, diante da falta de empregos formais, a Economia Solidária pode ser uma alternativa para os trabalhadores. Desse modo, observa-se que, segundo a percepção da maioria dos pesquisados, os empreendimentos solidários de Cariacica desempenham importante função na geração e na manutenção de empregos.

Gráfico 39 – Percepção caso não trabalhasse no empreendimento solidário.

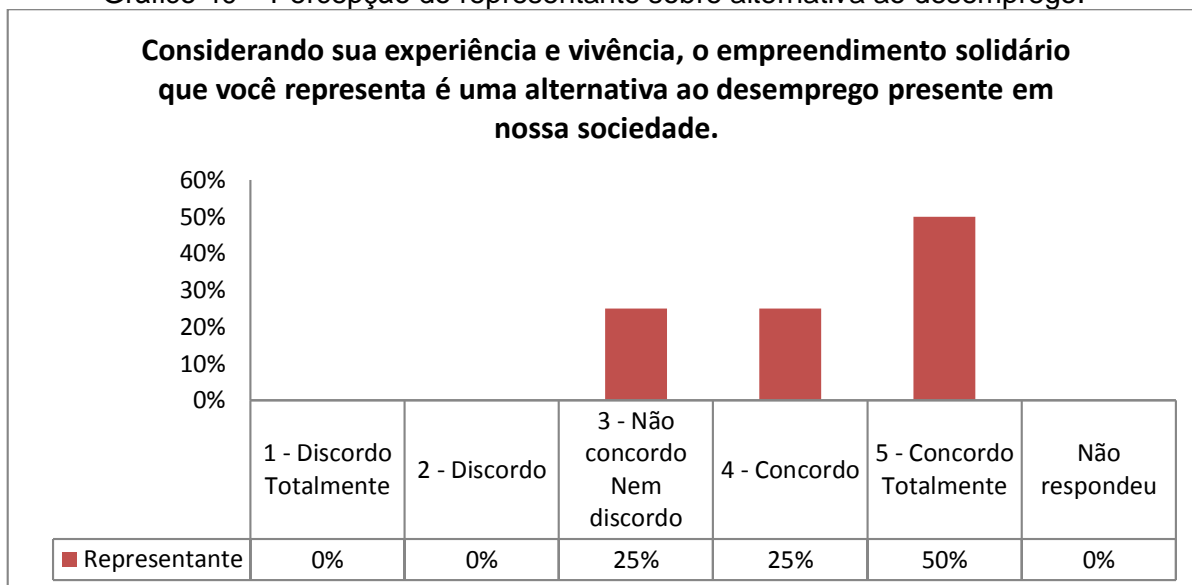


Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

A maior parte dos representantes concorda (25%) ou concorda totalmente (50%) que os empreendimentos solidários são uma alternativa ao desemprego presente em nossa sociedade (GRÁFICO 40). Da mesma forma, em sua maioria, os participantes concordam (46%) ou concordam totalmente (34%) que os

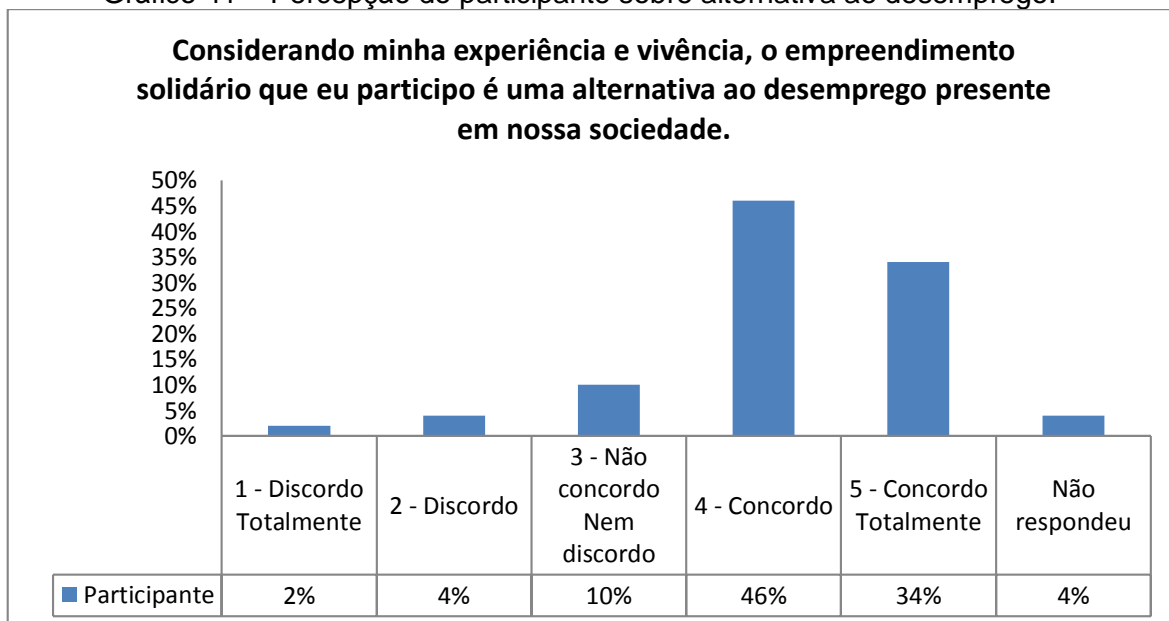
empreendimentos podem ser esse caminho alternativo para o emprego (GRÁFICO 41).

Gráfico 40 – Percepção do representante sobre alternativa ao desemprego.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 41 – Percepção do participante sobre alternativa ao desemprego.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa, 2018.

Schütz (2008) destaca que as soluções restritas aos limites impostos pelas regras de economia de mercado não dão conta do problema dos desempregados. As pessoas buscam alternativas fora destas regras, pois não alimentam mais esperanças de serem reincluídas pelos caminhos normais. As alternativas à

exclusão e ao desemprego passam também pela organização de empreendimentos autogeridos e solidários. Dessa forma, conforme a percepção majoritária dos pesquisados, os empreendimentos solidários de Cariacica podem ser instrumentos de combate ao desemprego presente em nossa sociedade.

4.5 DISCUSSÕES

Através dos resultados da pesquisa, identificamos que, predominantemente, os empreendimentos solidários de Cariacica são: urbanos; participantes de redes solidárias; constituídos sob a forma de associação; não adeptos da moeda social, local ou própria; e executantes de atividades comerciais.

Ainda, pelas informações dos representantes, constatamos que a maioria dos empreendimentos analisados está presente no CADSOL. Também, observamos que 83% das organizações analisadas possuem mais de 2 anos de existência, portanto, demonstrando o baixo índice de surgimento de novos empreendimentos solidários entre 2016 e 2018, em Cariacica.

Ressalta-se que, nos últimos 2 anos, o Brasil atravessa uma grave crise econômica e apresenta elevados índices de desemprego. Desse modo, em uma época de crise e com carência de novos postos de trabalho, surpreende o baixo índice de abertura de novos empreendimentos solidários, principalmente, devido ao citado potencial dos mesmos em contribuir com a geração de trabalho e renda.

Quanto aos representantes dos empreendimentos pesquisados, identificamos que, em sua maioria: são mulheres; possuem mais de 54 anos; e estudaram até o ensino médio.

Já, em relação aos participantes, identificamos que, predominantemente: são mulheres; possuem de 31 a 50 anos; não completaram o ensino fundamental; estão até 2 anos trabalhando com a Economia Solidária; estavam desempregados antes de trabalhar no empreendimento; e utilizam o ganho financeiro recebido no empreendimento para complementar sua fonte principal de renda.

Ainda tratando do perfil dos participantes, cabe destacar que somente 20% dos pesquisados utilizam como fonte principal de renda o ganho financeiro recebido através do empreendimento solidário. Desse modo, a maioria dos trabalhadores recorre a outra fonte de renda que não seja a gerada pelo empreendimento solidário.

Considerando a percepção da maioria dos pesquisados, verificamos o respeito aos princípios da Economia Solidária destacados pelo MTE (2017) e/ou por Singer (2002): propriedade coletiva; liberdade individual; cooperação; autogestão; ação econômica; e solidariedade. Também, as respostas majoritárias afirmaram que a média de renda no empreendimento solidário é menor que a renda nos empreendimentos tradicionais capitalistas, corroborando a afirmação realizada por Schütz (2008).

A maioria dos pesquisados destacou a qualidade de vida maior proporcionada pelo trabalho realizado no empreendimento solidário. Contudo, parcela considerável dos pesquisados respondeu não ter essa mesma percepção, portanto, nesse caso, contrariando Schütz (2008) que destaca o bem-viver possibilitado pela Economia Solidária e Singer (2002) que destaca a vida melhor proporcionada pela Economia Solidária.

No que diz respeito ao aspecto educacional, há uma divergência entre a percepção predominante dos representantes e a percepção predominante dos participantes. A maioria dos representantes respondeu de forma neutra quanto às pessoas no empreendimento estarem preparadas para a cooperação e a autogestão. Já os participantes informaram, em sua maioria, se sentirem preparados para trabalhar com a cooperação e a autogestão. A hipótese dessa divergência é que o representante, por acompanhar todos os trabalhadores do empreendimento solidário, pode ter a sua percepção influenciada pela presença de uma pessoa ou uma pequena quantidade de pessoas no grupo, ou seja, uma parte menor pode contaminar a percepção do todo. No caso dos participantes, a resposta solicitada remete a uma espécie de auto avaliação e não a avaliação de todo o grupo.

Gadotti (2009) destaca que a educação para a cooperação e a autogestão é necessária para formar as pessoas a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Desse modo, segundo as respostas dos representantes, os empreendimentos solidários têm ainda espaço para evoluir nesse aspecto educacional. Contudo, segundo a percepção majoritária dos participantes, a educação necessária destacada por Gadotti (2009) é existente.

Segundo Veronese (2008), a autogestão é uma das dificuldades dos trabalhadores dos empreendimentos solidários. Em sua maioria, os pesquisados concordaram com a existência dessa dificuldade de trabalhar com a autogestão. Contudo, também foi apontada quantidade substancial de respostas neutras ou

discordantes, portanto, essa dificuldade afirmada por Veronese (2008) não encontra unanimidade entre os pesquisados.

A maior parte dos representantes informou que os empreendimentos recebem o apoio externo do poder público, das organizações não governamentais e/ou das entidades privadas. Desse modo, percebemos a existência desse suporte, conforme trata Singer (2008), necessário aos empreendimentos solidários para atrair a adesão de um número considerável de desempregados.

Já o apoio e a concessão de crédito por instituição financeira pública somente são percebidos por uma minoria dos representantes pesquisados. Assim, o suporte crucial para garantir crédito àqueles que não têm propriedade, conforme defende Singer (2008), não é percebida, em grande parte, nos empreendimentos. Dentro desse contexto, fica evidente que a concessão de crédito aos empreendimentos solidários necessita ser, substancialmente, aperfeiçoada no município de Cariacica.

Conforme demonstrado nos resultados da pesquisa, os empreendimentos solidários de Cariacica, predominantemente, aceitam qualquer um que queira se associar. Dessa forma, ao abrir as portas para outros conforme recomenda Singer (2008), o empreendimento contribui para resolver o problema do desemprego.

A maioria dos representantes informou que o empreendimento é composto por pessoas que estavam desempregadas. Já a maioria dos participantes concordou que estaria desempregada caso não trabalhasse no empreendimento. Dentro desse contexto, observamos que os empreendimentos solidários de Cariacica têm um papel importante no combate ao desemprego. Em relação à afirmação de Goerck (2010) sobre a Economia Solidária poder ser uma alternativa ao desemprego, a percepção majoritária entre os pesquisados é também que sim, o empreendimento é uma alternativa a ser considerada em nossa sociedade.

Dessa forma, conforme resultados identificados por esta pesquisa, os empreendimentos solidários de Cariacica prestam um importante serviço à sociedade quando se apresentam como alternativa de ocupação aos desempregados. Contudo, a quantidade de empreendimentos solidários em operação identificados e analisados ainda é insuficiente para absorver o grande quantitativo de desempregados existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos levou a refletir sobre a Economia Solidária e sua atuação como alternativa ao desemprego. Pôde-se analisar as características dos empreendimentos solidários, o perfil dos seus representantes e participantes e, ainda, a percepção quanto aos aspectos vivenciados.

Fato relevante a destacar é o elevado número de pessoas que estavam desempregadas antes de comporem o quadro de trabalhadores dos empreendimentos solidários. Desse modo, constatou-se que a existência desses empreendimentos claramente contribui para a geração de postos de trabalho.

É importante destacar que poucos pesquisados informaram utilizar como fonte principal de renda o ganho financeiro recebido através do empreendimento solidário. Já a maioria informou adotar outra fonte principal de renda e utilizar a renda dos empreendimentos como complemento. A constatação aqui realizada coloca em dúvida a capacidade dos empreendimentos analisados em gerar renda de modo suficiente para a subsistência dos seus trabalhadores.

Também, na prática, verificou-se que os empreendimentos solidários não conseguem proporcionar a seus trabalhadores uma renda média maior ou igual a renda proporcionada pelas empresas tradicionais. Desse modo, os empreendimentos solidários dependem, consideravelmente, da dedicação, superação e perseverança de todos os envolvidos. Nesse contexto, um dos grandes desafios para a Economia Solidária é possibilitar rendas que estejam, no mínimo, equiparadas a maioria dos empreendimentos tradicionais existentes. No mais, percebeu-se que, em muitos dos empreendimentos analisados, é fundamental o apoio do governo e de outras instituições privadas para a manutenção das atividades.

A percepção dos representantes e dos participantes pesquisados demonstrou que os princípios essenciais da Economia Solidária estão, consideravelmente, presentes nos empreendimentos solidários. Desse modo, demonstrou-se um elevado grau de amadurecimento dos pesquisados e dos seus respectivos empreendimentos em relação aos conceitos existentes.

Ainda, constatou-se que os empreendimentos, em sua maioria, não podem contar com a concessão de crédito por uma instituição financeira, como, por exemplo, um banco do povo. Ressalta-se que esse tipo de apoio é crucial para

garantir crédito aos que não têm propriedade. Desse modo, é recomendável a realização de uma análise complementar, objetivando compreender o motivo dessa percepção predominante da falta de apoio quanto ao crédito.

No que se refere à percepção sobre a situação caso o trabalhador não estivesse no empreendimento solidário, a maioria dos participantes considerou que, desse modo, estaria desempregada. Diante do exposto, mais uma vez, verificou-se que os empreendimentos solidários prestam relevante contribuição na manutenção e geração de empregos.

Verificou-se, conforme os resultados alcançados, que a Economia Solidária é, de fato, uma possibilidade para milhões de desempregados. Contudo, existe ainda a necessidade de estudos adicionais sobre o tema, pois muitos outros questionamentos ainda carecem de respostas. Exemplificativamente, seguem algumas dúvidas identificadas e que podem propiciar a geração de novas pesquisas. Os empreendimentos solidários, em sua maioria, sobrevivem sem o apoio do governo? A Economia Solidária é divulgada nas escolas para que desde cedo as pessoas possam conhecer a possibilidade de outra economia? As pessoas estão, de uma maneira geral, preparadas para a Economia Solidária?

Assim, o presente estudo também tem a pretensão de despertar e instigar a geração de novas pesquisas, principalmente, com objetivo de aprofundar o conhecimento e possibilitar o acompanhamento das práticas adotadas pelos empreendimentos fundamentados na Economia Solidária.

A Economia Solidária é, sim, uma alternativa de ocupação a ser considerada e com potencial de gerar trabalho para uma enorme contingente de desempregados. Objetivando contribuir e, ainda, divulgar os resultados alcançados, foi elaborada uma cartilha (APÊNDICE D) para ser entregue aos empreendimentos solidários pesquisados, organizações não governamentais e órgãos públicos interessados.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ANDION, C. A Gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea On-line**. v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rac/v9n1/v9n1a05.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- ANDRADE, M. F. et al. **Caminhos para o empreendedorismo social**. Fundação Aperam Acesita & Instituto Papel Solidário: São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://brasil.aperam.com/wp-content/uploads/2015/11/caminhos-empreendedorismo-social.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAUJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra no brasil. **Revista de Economia Contemporânea [online]**. 2016, vol.20, n.2, p. 308-335. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482016000200308&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? **Revista Outubro**. 3a ed. Fev. de 1999. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. Consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. 3a ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CULTI, M. N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/handle/123456789/349>>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- DEMOUSTIER, D. **A economia social e solidária**: um novo modo de empreendimento associativo. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.
- DOMINGOS JUNIOR, S.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT: Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Volumes/15/1_Mensura%C3%A7%C3%A3o>

%20e%20Escalas%20de%20Verifica%C3%A7%C3%A3o%20uma%20An%C3%A1lise%20Comparativa%20das%20Escalas%20de%20Likert%20e%20Phrase%20Completion.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DOWBOR, L. A organização das iniciativas locais. In: Le Monde Diplomatique Brasil (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. p. 59-84.

_____. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2010.

EIDELWEIN, K. **Economia solidária**: a produção dos sujeitos (des) necessários. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

FERRAZ, F. J.; SHIMBO, I. **Economia solidária, desenvolvimento local e sustentabilidade**: possíveis relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENTAC), 2008. Fortaleza. Disponível em: < <http://www.infohab.org.br/entac2014/2008/artigos/A2064.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará (UEC), 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<http://fbes.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes de economia solidária. In: A. Cattani et al. (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p.224-230.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH (UFBA. Impresso) , UFBA - Salvador, v. 39, n.39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

_____. Empreendimento econômico solidário. In: A. Cattani et al. (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOERCK, C. **Economia popular solidária**: Processo de trabalho. Jundiaí, Paco Editorial, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 07 mar. 2018.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Programa de assistência técnica e extensão rural 2011 – 2013**. Vitória (ES). 2011. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Cariacica.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, J. C.; ARAUJO, A. M. C.; PONTES, C. Empreendimentos urbanos de economia solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social?. **Revista de Sociologia & Antropologia**, v. 01, p. 119-146, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000200119>. Acesso em: 18 jul. 2018.

LIMA, M. I. R. **Economia solidária e vínculos**. São Paulo: Ideia & Letras, 2013.

MAIO, C. A. et al. **Mulheres na liderança**: evolução das mulheres no mercado de trabalho. In: XII Encontro Latino Americano de Pós-graduação, 2012, São José dos Campos, SP. XVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, São José dos Campos, SP: Universidade do Vale do Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2012/anais/arquivos/RE_0157_0031_01.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002.

_____. Redes de colaboração solidária, In: A. Cattani et al. (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 09 out. 2017.

MOURA, M. S. S.; MEIRA, L. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Revista Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI/ Governo da Bahia, v.12, n.1, p.77-84, jun, 2002.

PAMPLONA, J. B. **O auto-emprego e os determinantes de seu sucesso**. EITT/PUCSP, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/sites/default/files/img/eitt2003_joaopamplona.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

PITAGUARI, S. O.; SANTOS, L. M. L.; CAMARA, M. R. G. Panorama da economia solidária no Brasil. In: PITAGUARI, S. O.; LANZA, L. M. B.; CORDEIRO, S. M. A. (Org.). **A Sustentabilidade da economia solidária**: contribuições multidisciplinares. 1ªed.Londrina: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2012, v. 1, p. 33-61. Disponível em: < <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/96b3B2w66Z.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

RATTNER, H. Economia Solidária – por quê? In: Le Monde Diplomatique Brasil (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. p. 53-58.

REINTJES, C. A revolução das segundas-feiras In: Le Monde Diplomatique Brasil (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008a. p. 91-94..

_____. Outra economia além do capital. In: Le Monde Diplomatique Brasil (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008b. p. 85-89

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SANTOS, G. P. G.. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-posições (Unicamp)**, v. 19, p. 151-161, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SCHÜTZ, R. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? In: Le Monde Diplomatique Brasil (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. p. 19-52.

SINGER, P. Economia solidária e a nova centralidade do trabalho. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. **Estratégias locais para redução da pobreza: construindo a cidadania**. São Paulo: EAESP, 2003.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 7a ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Prefácio. In: GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TEIXEIRA, L. R. **A ideologia política na economia solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador**. São Paulo: Hucitec, 2010.

VERONESE, M. V. **Psicologia social e economia solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

APÉNDICE

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO CADSOL - ES

Levantamento por município das quantidades de empreendimentos solidários cadastrados no CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários) - ES			
Item	Município	Quantidade	Percentual
1	Cariacica	32	4,8%
2	Colatina	30	4,5%
3	Itaguaçu	28	4,2%
4	Serra	27	4,0%
5	Domingos Martins	26	3,9%
6	Vila Velha	24	3,6%
7	Mimoso Do Sul	23	3,4%
8	Santa Maria De Jetibá	23	3,4%
9	Vitória	23	3,4%
10	Barra De São Francisco	18	2,7%
11	Nova Venécia	18	2,7%
12	Anchieta	17	2,5%
13	Venda Nova Do Imigrante	13	1,9%
14	Afonso Cláudio	12	1,8%
15	Baixo Guandu	12	1,8%
16	Cachoeiro De Itapemirim	12	1,8%
17	Mantenópolis	12	1,8%
18	Marechal Floriano	12	1,8%
19	Pancas	12	1,8%
20	Água Doce Do Norte	11	1,6%
21	Alegre	11	1,6%
22	Aracruz	11	1,6%
23	Boa Esperança	10	1,5%
24	Muniz Freire	10	1,5%
25	Vila Pavão	10	1,5%
26	Conceição Da Barra	9	1,3%
27	lúna	9	1,3%
28	Pedro Canário	9	1,3%
29	Pinheiros	9	1,3%
30	São Mateus	9	1,3%
31	Ecoporanga	8	1,2%
32	Montanha	8	1,2%
33	São Gabriel Da Palha	8	1,2%
34	Vargem Alta	8	1,2%
35	Águia Branca	7	1,0%
36	Jaguaré	7	1,0%
37	Santa Teresa	7	1,0%

Levantamento por município das quantidades de empreendimentos solidários cadastrados no CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários) - ES			
38	Alfredo Chaves	6	0,9%
39	Dores Do Rio Preto	6	0,9%
40	Guaçuí	6	0,9%
41	Guarapari	6	0,9%
42	Linhares	6	0,9%
43	Muqui	6	0,9%
44	Santa Leopoldina	6	0,9%
45	Viana	6	0,9%
46	Castelo	5	0,7%
47	Ibiraçu	5	0,7%
48	Irupi	5	0,7%
49	Mucurici	5	0,7%
50	Rio Novo Do Sul	5	0,7%
51	São Domingos Do Norte	5	0,7%
52	Alto Rio Novo	4	0,6%
53	Iconha	4	0,6%
54	Marataízes	4	0,6%
55	São Roque Do Canaã	4	0,6%
56	Brejetuba	3	0,4%
57	Ibitirama	3	0,4%
58	Laranja Da Terra	3	0,4%
59	Piúma	3	0,4%
60	Ponto Belo	3	0,4%
61	Presidente Kennedy	3	0,4%
62	São José Do Calçado	3	0,4%
63	Sooretama	3	0,4%
64	Vila Valério	3	0,4%
65	Apiacá	2	0,3%
66	Bom Jesus Do Norte	2	0,3%
67	Conceição Do Castelo	2	0,3%
68	Governador Lindenberg	2	0,3%
69	Ibatiba	2	0,3%
70	Rio Bananal	2	0,3%
71	Atilio Vivacqua	1	0,1%
72	Divino De São Lourenço	1	0,1%
73	Jerônimo Monteiro	1	0,1%
Fonte: CADSOL - Elaborados através dos dados coletados em 07/03/2018. Disponível em: http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam			

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS REPRESENTANTES DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES)

Esse questionário é destinado ao **representante** do empreendimento solidário em análise. As informações e os dados fornecidos só serão utilizados para pesquisa acadêmica. Por favor, peço alguns minutos para responder as perguntas e avaliar as afirmações abaixo. Ressalta-se que, caso não seja citado outro modo de preenchimento, a resposta é única para as opções disponíveis.

1. REPRESENTANTE – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL

1.1 Nome: _____

1.2 Quantos meses como representante do empreendimento? _____

1.3 Quantos meses de participação no empreendimento (associado + representante)? _____

1.4 Idade: _____ 1.5 Telefone: _____ 1.6 Sexo: () Masculino () Feminino

1.7 Escolaridade? () Nunca frequentou a escola () Fundamental incompleto () Fundamental completo
() Médio completo () Superior completo

2. EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO - IDENTIFICAÇÃO

2.1 Empreendimento Solidário: _____

2.2 Endereço: _____

2.3 Qual o número total de participantes no empreendimento? _____

2.4 Área de atuação? () Rural () Urbana

2.5 O empreendimento participa de alguma rede solidária? () Sim () Não

2.6 Forma de organização? () Grupo informal () Associação () Cooperativa () Sociedade mercantil

2.7 Utiliza moeda social/local/própria? () Sim () Não

2.8 Atividade (resposta pode ser múltipla)? () Comercial () Industrial () Agropecuária
() Prestação de serviços () Bancária/Finanças/Crédito

2.9 Quantos meses de operação tem o empreendimento? _____

2.10 O empreendimento está cadastrado no CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários)? () Sim () Não

2.11 O empreendimento teve alguma alteração na sua denominação? () Sim () Não

2.12 Caso a resposta do item anterior (2.11) seja sim, quais foi(ram) a(s) denominação(ções) anterior(es)?

- Leia cada uma dessas afirmativas, e utilize a escala de 1 a 5 para avaliá-las, de acordo com a sua compreensão e vivência.

Item	Afirmação	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
3	PRINCÍPIOS					
3.1	O empreendimento adota o princípio da propriedade coletiva (todos os trabalhadores também são donos do empreendimento).	1	2	3	4	5
3.2	O empreendimento adota o princípio do direito à liberdade individual, como, por exemplo, a liberdade de expressão e pensamento.	1	2	3	4	5

Item	Afirmação	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
3.3	Todos trabalham de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades e a partilha dos resultados.	1	2	3	4	5
3.4	As decisões no empreendimento são tomadas de forma coletiva (todos têm voz e voto).	1	2	3	4	5
3.5	O empreendimento é formado por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo, não abrindo mão dos outros princípios da Economia Solidária,	1	2	3	4	5
3.6	A preocupação com o outro está presente no empreendimento, como, por exemplo, na distribuição justa dos resultados alcançados, nas relações com a comunidade e na busca de um meio ambiente saudável.	1	2	3	4	5
4	ECONÔMICO					
4.1	O nível de renda no empreendimento solidário <u>é, na média, menor</u> de que a renda de pessoas que possuem postos de trabalhos formais (Ex: trabalhadores de empresas tradicionais).	1	2	3	4	5
5	QUALIDADE DE VIDA					
5.1	A qualidade de vida das pessoas que trabalham no empreendimento é, na média, <u>maior</u> de que a qualidade de vida das pessoas que possuem postos de trabalhos formais (Ex: trabalhadores de empresas tradicionais).	1	2	3	4	5
6	EDUCAÇÃO					
6.1	Em relação ao aspecto educacional, as pessoas que trabalham no empreendimento estão preparadas para a cooperação (trabalho de forma colaborativa) e a autogestão (decisões tomadas de forma coletiva).	1	2	3	4	5
7	GESTÃO					
7.1	Autogestão é quando as decisões são tomadas de forma coletiva. Os participantes do empreendimento tem dificuldade de trabalhar com a autogestão.	1	2	3	4	5
8	APOIO					
8.1	O empreendimento recebe o apoio externo (poder público, de organizações não governamentais e/ou entidades privadas).	1	2	3	4	5
8.2	O empreendimento solidário conta com o apoio e a concessão de crédito por alguma instituição financeira pública, como, por exemplo, algum banco do povo.	1	2	3	4	5
9	EMPREGABILIDADE					
9.1	O empreendimento é composto praticamente por pessoas que estavam desempregadas.	1	2	3	4	5

Item	Afirmação	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
9.2	Considerando sua experiência e vivência, o empreendimento solidário que você representa é uma alternativa ao desemprego presente em nossa sociedade.	1	2	3	4	5
9.3	O empreendimento solidário que represento aceita qualquer um que queira se associar.	1	2	3	4	5

Eu declaro para os devidos fins ter sido informado verbalmente e/ou por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa. O projeto de pesquisa será conduzido por Victor Genizelli da Cunha, do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, da Faculdade Vale do Cricaré. Estou ciente de que este material será utilizado para elaboração de dissertação e/ou artigo científico, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O objetivo da pesquisa é analisar, através dos trabalhadores dos empreendimentos solidários de Cariacica (ES), como a Economia Solidária é uma alternativa ao desemprego. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e a garantia do anonimato.

Cariacica (ES), _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante do empreendimento solidário

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS PARTICIPANTES DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES)

Esse questionário é destinado ao participante do empreendimento solidário. As informações e os dados fornecidos só serão utilizados para pesquisa acadêmica. Por favor, peço alguns minutos para responder as perguntas e avaliar as afirmações abaixo. Ressalta-se que, caso não seja citado outro modo de preenchimento, a resposta é única para as opções disponíveis.

1. PARTICIPANTE – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL

1.1 Nome (opcional): _____

1.2 Telefone (opcional): _____ 1.3 Quantos meses de participação no empreendimento? _____

1.4 Idade: _____ 1.5 Sexo: () Masculino () Feminino

1.6 Escolaridade? () Nunca frequentei a escola () Fundamental incompleto () Fundamental completo
() Médio completo () Superior completo

1.7 O trabalho no empreendimento Solidário:

() É a única fonte de renda que possuo. () Complementa minha renda principal.

() É minha renda principal, mas tenho outras rendas complementares. () Não gera nenhuma renda para mim.

1.8 O empreendimento solidário foi a alternativa que encontrou para o desemprego? () sim () não

1.9 Antes de trabalhar no empreendimento solidário, você estava desempregado? () sim () não

2. EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO - IDENTIFICAÇÃO

2.1 Empreendimento solidário que trabalho: _____

- Leia cada uma dessas afirmativas, e utilize a escala de 1 a 5 para avaliá-las, de acordo com a sua compreensão e vivência.

Item	Afirmação	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
3	PRINCÍPIOS					
3.1	O empreendimento adota o princípio da propriedade coletiva (todos os trabalhadores também são donos do empreendimento).	1	2	3	4	5
3.2	O empreendimento adota o princípio do direito à liberdade individual, como, por exemplo, a liberdade de expressão e pensamento.	1	2	3	4	5
3.3	Todos trabalham de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades e a partilha dos resultados.	1	2	3	4	5
3.4	As decisões no empreendimento são tomadas de forma coletiva (todos têm voz e voto).	1	2	3	4	5
3.5	O empreendimento é formado por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo, não abrindo mão dos outros princípios da Economia Solidária.	1	2	3	4	5

Item	Afirmação	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
3.6	A preocupação com o outro está presente no empreendimento, como, por exemplo, na distribuição justa dos resultados alcançados, nas relações com a comunidade e na busca de um meio ambiente saudável.	1	2	3	4	5
4	ECONÔMICO					
4.1	O meu nível de renda no empreendimento solidário <u>é, na média, menor</u> de que a renda de pessoas que possuem postos de trabalhos formais (Ex: trabalhadores de empresas tradicionais).	1	2	3	4	5
5	QUALIDADE DE VIDA					
5.1	A minha qualidade de vida por trabalhar no empreendimento solidário <u>é, na média, maior</u> de que a qualidade de vida das pessoas que possuem postos de trabalhos formais (Ex: trabalhadores de empresas tradicionais).	1	2	3	4	5
6	EDUCAÇÃO					
6.1	Em relação ao aspecto educacional, eu me sinto preparado(a) para trabalhar em um empreendimento solidário voltado para a cooperação (trabalho de forma colaborativa) e a autogestão (decisões tomadas de forma coletiva).	1	2	3	4	5
7	GESTÃO					
7.1	Autogestão é quando as decisões são tomadas de forma coletiva. Trabalhar com autogestão é uma dificuldade que possuo.	1	2	3	4	5
8	EMPREGABILIDADE					
8.1	Considerando minha experiência e vivência, o empreendimento solidário que eu participo é uma alternativa ao desemprego presente em nossa sociedade.	1	2	3	4	5
8.2	Caso não trabalhasse no empreendimento solidário, considero que estaria desempregado(a).	1	2	3	4	5

Eu declaro para os devidos fins ter sido informado verbalmente e/ou por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa. O projeto de pesquisa será conduzido por Victor Genizelli da Cunha, do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, da Faculdade Vale do Cricaré. Estou ciente de que este material será utilizado para elaboração de dissertação e/ou artigo científico, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e descrição. O objetivo da pesquisa é analisar, através dos trabalhadores dos empreendimentos solidários de Cariacica (ES), como a Economia Solidária é uma alternativa ao desemprego. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e a garantia do anonimato.

Cariacica (ES), _____ de _____ de _____.

Caso tenha se identificado acima, gentileza assinar.

Assinatura do participante do empreendimento solidário

APÊNDICE D – CARTILHA

PERCEPÇÕES DOS TRABALHADORES: EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES)

Apresentação

Esta cartilha demonstra como os trabalhadores dos empreendimentos solidários do município de Cariacica (ES) percebem a Economia Solidária e a sua tarefa na geração de emprego e de renda. Os resultados aqui citados fazem parte da dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré, para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Objetivos

Oferecer subsídio aos trabalhadores dos empreendimentos solidários de Cariacica (ES) para a criação de estratégias e propostas de mudanças que possam beneficiá-los.

Levar informações não apenas para a comunidade acadêmica, como também para os gestores públicos e para a sociedade como um todo, sobre a percepção daqueles que exercem as suas atividades através da Economia Solidária em Cariacica (ES).

Metodologia

A coleta dos dados foi realizada através de dois questionários, um para os representantes dos empreendimentos solidários e outro para os participantes desses mesmos empreendimentos.

Para visitação e aplicação do questionário para os representantes, o tamanho da amostra considerado foi de

12 dos 13 empreendimentos solidários identificados em Cariacica. Quanto aos participantes, ou seja, aqueles que não desempenham a função de representante do empreendimento, o tamanho da amostra para aplicação do questionário foi de 50 dos 81 participantes identificados nos empreendimentos solidários selecionados.

Os questionários foram elaborados com perguntas abertas e fechadas. Também, os questionários utilizaram escalas métricas. O objetivo é mensurar opiniões trazendo pontos para avaliar a intensidade com que um respondente concorda com um conjunto de afirmações.

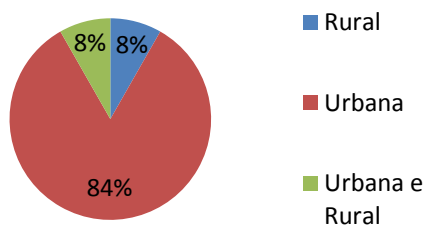
A pesquisa foi realizada durante o período de 18/04/2018 a 09/06/2018, totalizando 12 empreendimentos solidários de Cariacica, 12 representantes e 50 participantes consultados. Apesar da distinção adotada nesta pesquisa entre representante e participante, pode-se considerar tanto um quanto o outro como trabalhador do empreendimento solidário. Sendo assim, a pesquisa consultou o total de 62 trabalhadores.

Autor/Pesquisador

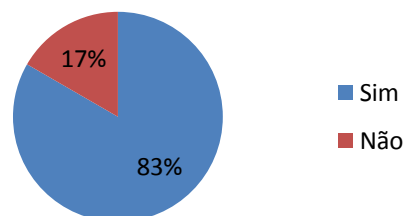
Victor Genizelli da Cunha.
Contato: vc231917@gmail.com.

Resultados Empreendimentos de Cariacica (ES)

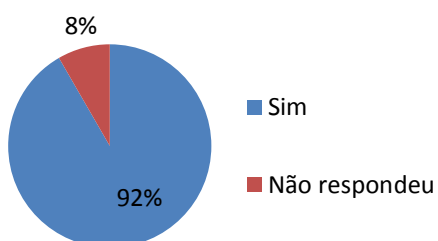
Área de atuação dos empreendimentos solidários.



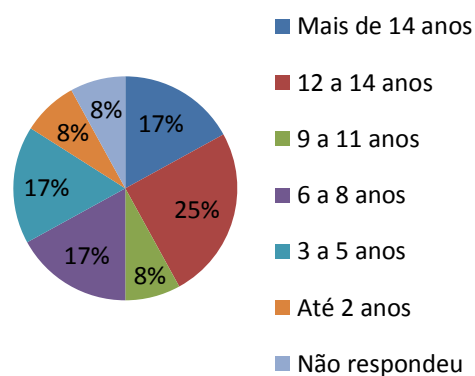
O empreendimento está cadastrado no CADSOL?



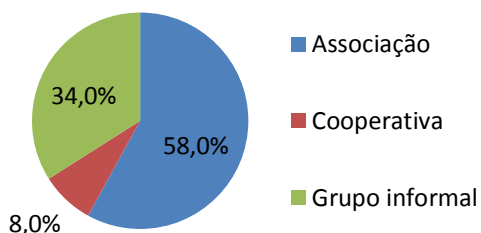
Participa de alguma rede solidária?



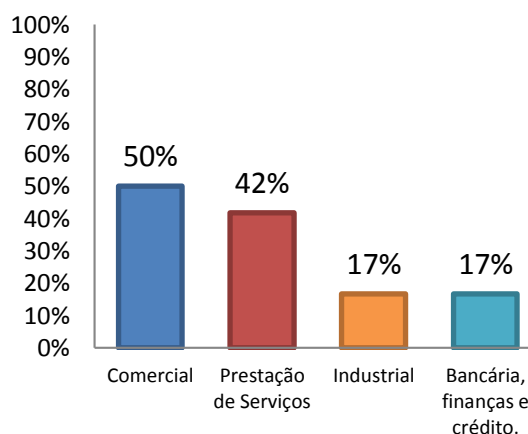
Tempo em operação do empreendimento solidário.



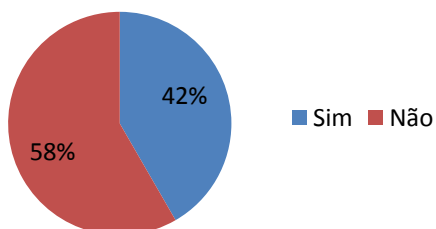
Forma de organização do empreendimento solidário.



Atividades desempenhadas pelos empreendimentos solidários*.



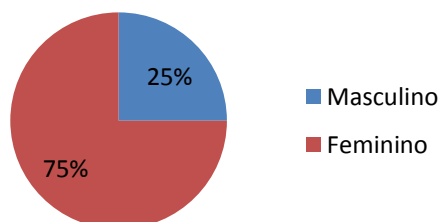
Utiliza moeda social, local ou própria?



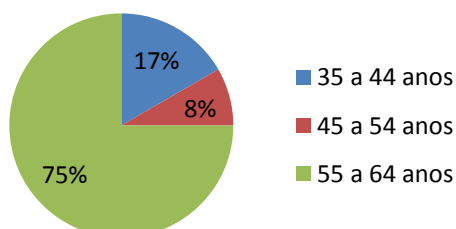
* Ressalta-se que, para esse item do questionário, foi possível o preenchimento de mais de uma resposta.

Resultados Perfil dos Representantes

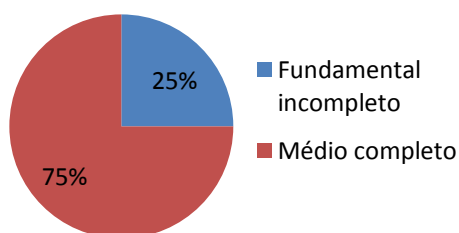
Sexo do representante do empreendimento solidário.



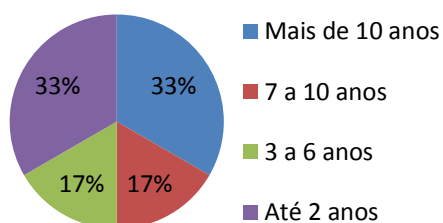
Idade do representante do empreendimento solidário.



Escolaridade do representante do empreendimento solidário.

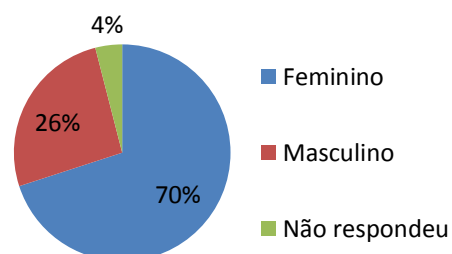


Quanto tempo como representante?

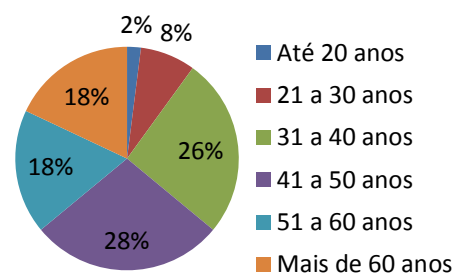


Resultados Perfil dos Participantes

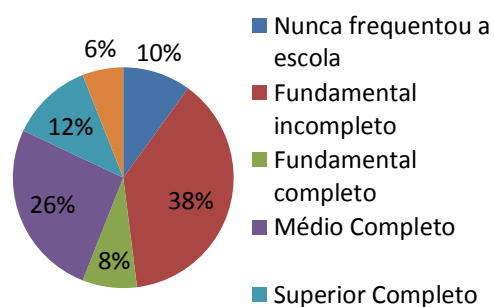
Sexo dos participantes dos empreendimentos solidários.



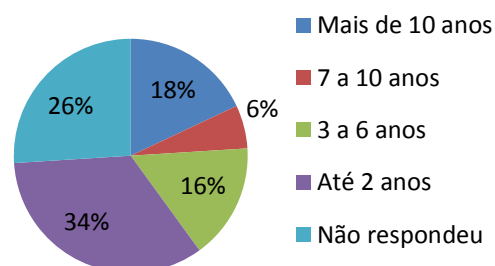
Idade dos participantes dos empreendimentos solidários.



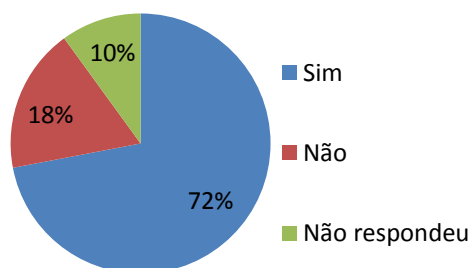
Escolaridade dos participantes dos empreendimentos solidários.



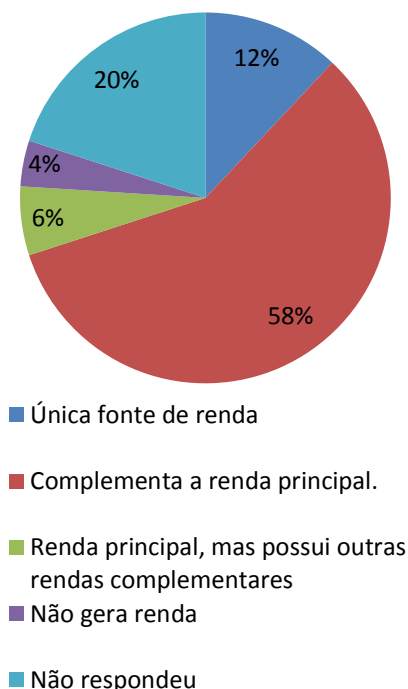
Tempo de participação.



Estava desempregado antes de trabalhar no empreendimento?

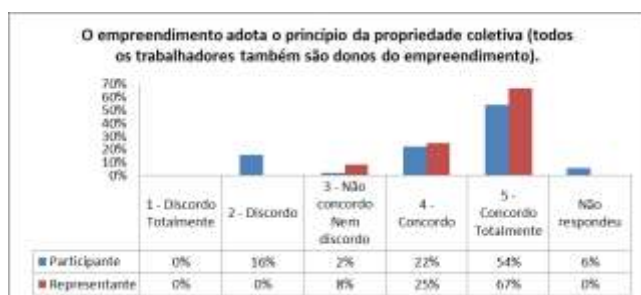


Representatividade da renda recebida no empreendimento.

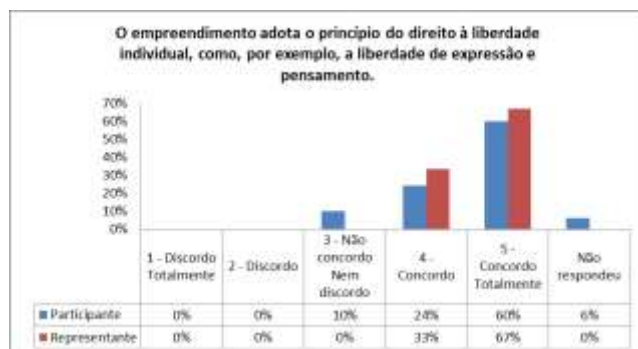


Resultados Princípios da Economia Solidária

Propriedade coletiva.



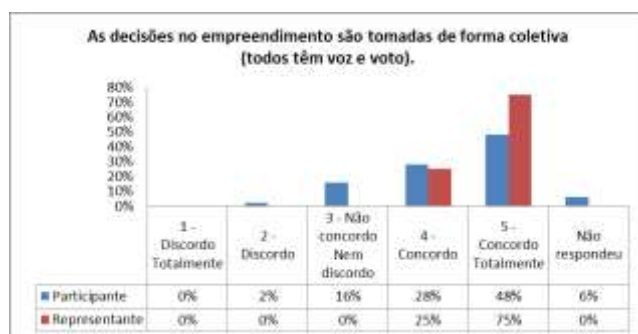
Direito à liberdade individual.



Trabalho colaborativo.



Decisões coletivas.



Ação econômica e manutenção dos princípios solidários.



A preocupação com o outro presente no empreendimento – solidariedade.



Resultados Aspecto Econômico

Percepção do representante sobre o nível de renda.



Percepção do participante sobre o nível de renda.



Resultados Qualidade de Vida

Percepção do representante sobre a qualidade de vida.



Percepção do participante sobre a qualidade de vida.

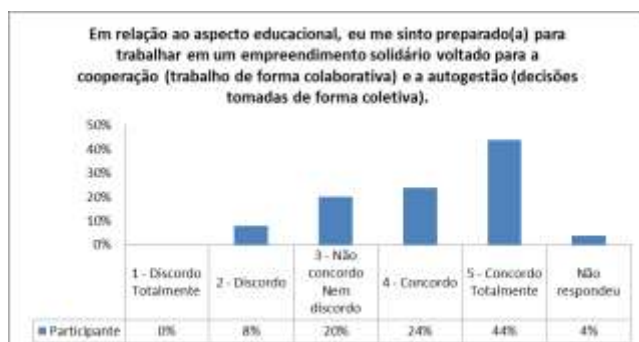


Resultados Educação

Percepção do representante sobre educação.



Percepção do participante sobre educação.



Resultados Gestão

Percepção dos representantes sobre a dificuldade com a autogestão.

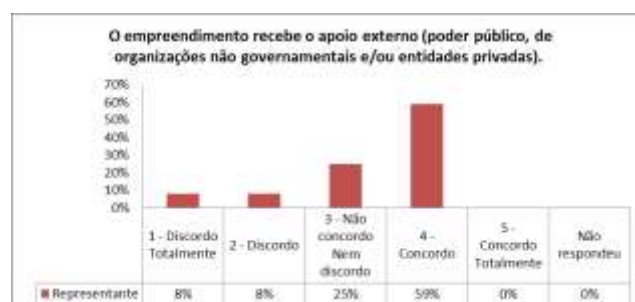


Percepção dos participantes sobre a dificuldade com a autogestão.



Resultados Apoio

Percepção do representante sobre o apoio externo.



Percepção sobre o apoio e a concessão de crédito.

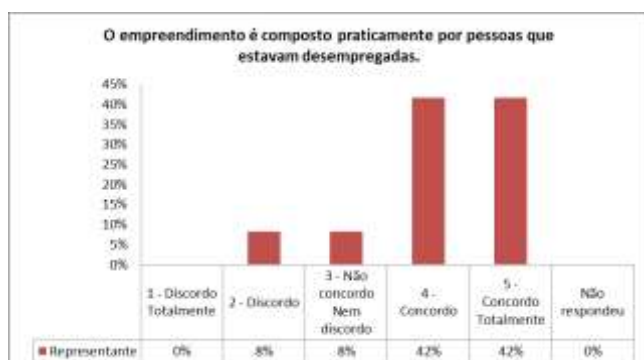


Resultados Empregabilidade

Percepção sobre aceitação de pessoas no empreendimento.



Percepção de entrada de pessoas desempregadas.



Percepção caso não trabalhasse no empreendimento solidário.



Percepção do representante - alternativa.



Percepção do participante - alternativa.



Pontos Importantes Identificados

- Considerando a percepção da maioria dos pesquisados, verifica-se o respeito aos princípios da Economia Solidária: propriedade coletiva; liberdade individual; cooperação; autogestão; ação econômica; e solidariedade.
- As respostas majoritárias afirmaram que a média de renda no empreendimento solidário é menor que a renda nos empreendimentos tradicionais.
- Destaca-se que poucos pesquisados informaram utilizar como fonte principal de renda o ganho financeiro recebido através do empreendimento solidário.
- A maioria dos pesquisados destacou a qualidade de vida maior proporcionada pelo trabalho realizado no empreendimento solidário.
- A maior parte dos representantes informou que os empreendimentos recebem o apoio externo do poder público, das organizações não governamentais e/ou das entidades privadas.
- O apoio e a concessão de crédito por instituição financeira pública somente são percebidos por uma minoria dos representantes pesquisados.
- Os empreendimentos solidários de Cariacica, predominantemente, aceitam qualquer um que queira se associar.
- A maioria dos representantes informou que o empreendimento é composto por pessoas que estavam desempregadas. Já a maioria dos participantes concordou que estaria desempregada caso não trabalhasse no empreendimento.
- Conforme respostas coletadas, a Economia Solidária é, sim, uma alternativa ao desemprego presente em nossa sociedade.

ANEXO

ANEXO A – EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CARIACICA (ES)

Empreendimento	Seguimento	Produtos
Grupo de Artesanato e Costura	Artesanato	Artesanato em fibra de Bananeira, customização e costura
Mar e Sol	Artesanato	Artesanato em conchas
Caps Cidade	Artesanato e Trabalho manual	Assessórios e Bijuterias, Patchwork, Arte em Tecido, Pintura em Tela
Caps Moxuara	Artesanato e Trabalho manual	Tapetes, bonecas, chaveiros, móveis pesos de porta almofadas
Aproac-	Artesanato e Trabalho manual	Trabalho manual, cerâmica, reciclagem, fibra de bananeira.
AIC:Associação de Idosos de Cariacica-	Trabalhos manuais	Fios e tecidos, bordados, macramê
Cooblofacc	Construção Civil	Produção de Blocos
Grupo SeteM	Alimentação	Banana chips, bombom de banana, banana passas e farinha de banana
Biscoitos Itapoca	Alimentação	Biscoitos Caseiros
Alimenta ações	Alimentação	Pães, bolos, pé de moleque.
Fazendo Arte	Costura	Jogos de toalhas, panos de pratos almofadas.
Banco Esperança	Finanças Solidária Banco Comunitário	Linhas de créditos e recebimento de EDP Escelsa
Banco Sol	Finanças Solidária Banco Comunitário	Linhas de créditos e recebimento de EDP Escelsa
ACAMARP	Reciclagem	Catadores de materiais recicláveis
Flex Vida	Reciclagem	Catadores de materiais recicláveis
Mulheres do Sol	Finanças Solidária	Fundo Rotativos Solidários
Costumes Artes	Entidade de apoio e fomento	Fomenta ações de Economia Solidária
Ipedoc (Instituto de Pesquisa e Documentação Cariaciquense.	Literatura	Produção de leitura e pesquisa